



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Guilherme Queiroz Alves

A cidadania informada à luz da Teoria Política: um diálogo para o século

XXI

Rio de Janeiro

2023

Guilherme Queiroz Alves

O papel da cidadania informada à luz da Teoria Política: um diálogo para o século XXI



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique Paschoeto Cassimiro

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D - IESP

A474 Alves, Guilherme Queiroz.
O papel da cidadania informada à luz da Teoria Política: um diálogo para o século XXI / Guilherme Queiroz Alves. – 2023.
118 f. : il.

Orientador: Paulo Henrique Paschoeto Cassimiro.
Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Cidadania – Teses. 2. Direito à informação – Teses. 3. Democracia - Teses. 4. Ciência política – Teses. I. Cassimiro, Paulo Henrique Paschoeto. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 372.832

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Guilherme Queiroz Alves

O papel da cidadania informada à luz da Teoria Política: um diálogo para o século XXI

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 28 de novembro de 2023.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Paulo Henrique Paschoeto Cassimiro
Instituto de Estudos Sociais e Políticos- UERJ

Prof. Dr. Fabiano Mendes Guilherme dos Santos
Instituto de Estudos Sociais e Políticos- UERJ

Prof. Dr. Ricardo Fabrino Mendonça
Universidade Federal de Minas Gerais

Rio de Janeiro

2023

DEDICATÓRIA

Aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Honrar pessoas através de agradecimentos é um momento único. Afinal de contas, como diria Gonzaguinha, a gente é tanta gente onde quer que a gente vá. Somos resultado da soma de pessoas e experiências que conhecemos e vivemos. Começo este espaço agradecendo a Deus, fonte de vida e de amor que preenche as lacunas do meu ser.

Aos meus pais, Romero e Vanuza, pelo apoio que não cabe em palavras. O amor deles foi combustível ao longo de todo esse período. Aos meus irmãos Sara e Lucas por me ensinarem tanto sobre cuidado e amor à nossa família. Não teve um dia ao longo da jornada que não pensei em vocês, mesmo morando longe. Aos meus familiares e amigos de Nova Serrana, agradeço também pela presença de vocês ao longo desses anos.

Agradeço ao meu orientador Paulo Cassimiro, pelos ensinamentos, pela parceria, pelo zelo e pelas boas risadas e conversas ao longo desse período. Além de pavimentar a minha jornada acadêmica, ele também ofereceu apoio em momentos em que o fardo parecia pesado demais e celebrou comigo conquistas e vitórias ao longo desses dois anos. Agradeço a você pela sua presença e generosidade.

Agradeço à Universidade do Estado do Rio de Janeiro, local que me acolheu tão bem e que foi responsável por ampliar a minha visão sobre ensino, diversidade e igualdade. Ensinamentos que carregarei comigo ao longo de toda minha vida. Na mesma linha, agradeço ao Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) que com toda a sua história, relevância e possibilidades me acolheu como uma família e me apresentou um novo jeito de enxergar o mundo. Sou muito grato aos professores, à Biblioteca, aos técnicos, veteranos e principalmente aos amigos de turma, que colaboraram para que esses dois anos fossem leves. Guardo todas as nossas risadas, conversas, desabafos, celebrações e experiências no coração com a certeza de que aproveitei ao máximo.

Agradeço também aos amigos da graduação, do trabalho e de projetos que me acompanham e celebram minhas conquistas. Vocês ocupam um lugar especial no meu coração.

Agradeço principalmente à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, apoio essencial para condução de todo o trabalho ao longo desses anos.

Acima de tudo, agradeço às pessoas que acreditaram em mim mesmo quando eu titubeei em fazê-lo. A missão foi cumprida. Resgato Adélia Prado para dizer que não quero a faca nem o queijo, eu quero a fome. Que venham os próximos desafios.

RESUMO

ALVES, Guilherme Queiroz. *O papel da cidadania informada à luz da Teoria Política: um diálogo para o século XXI*. Orientador: Paulo Henrique Paschoeto Cassimiro. 2023. 118f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

A informação dos cidadãos desempenha um papel central nas teorias democráticas. Além disso, é possível dizer que, em essência, os cidadãos informados seriam a base do processo democrático. Nessa linha, é possível dizer que o “ideal dos cidadãos bem informados”, nasce explicitamente no final do século XIX e há, nesse período, uma alteração nas expectativas dirigidas a eles. No século XX, a justificação e a viabilidade da cidadania informada adquiriram novos contornos, evidenciando que o estudo da informação política dos cidadãos é acompanhado de contradições. Entre elas, a constatação empírica que existe um descompasso entre os níveis de informação exigidos nas teorias democráticas e as dificuldades ou incapacidades dos cidadãos em atingir esses níveis. Assim, no campo da Ciência Política, têm sido elaboradas abordagens com o propósito de lidar com a variação nos níveis de informação entre os indivíduos e entender como essas discrepâncias afetam suas tomadas de decisão. Com o advento da internet e das redes sociais, a cidadania informada adquire novas dimensões. Para analisar esse conjunto de transformações, a dissertação é dividida em três capítulos. No primeiro, é feita uma revisão de literatura mapeando o quadro teórico/conceitual do papel da informação dos cidadãos a partir do viés da Teoria Política Clássica, Moderna e Contemporânea, examinando os fundamentos ético-políticos que deram origem aos ideais orientadores dos regimes democráticos ao longo da história. No segundo, discute-se o surgimento e desenvolvimento de técnicas para investigar e analisar os níveis de informação dos cidadãos com foco nos estudos de comportamento político. Por fim, o terceiro capítulo tem como intuito destacar as mudanças significativas na paisagem informacional desencadeadas principalmente a partir de 2016, após as eleições presidenciais americanas, debatendo as novas camadas que desafiam a informação política e a viabilidade de uma cidadania informada. Conclui-se que a incorporação dos novos contornos da informação são elementos indispensáveis na compreensão de assimetrias informacionais existentes entre os indivíduos. Além disso, evidencia-se que a cidadania informada, enquanto um modelo, vem sendo substituída gradualmente por conceitos alternativos, que levam em consideração o papel das novas tecnologias na redefinição das relações sociais e políticas que indivíduos possuem com a informação.

Palavras-chave: cidadania informada; informação política; democracias; desinformação.

ABSTRACT

ALVES, Guilherme Queiroz. *The role of informed citizenship in the light of Political Theory: a dialogue for the 21st century*. Orientador: Paulo Henrique Paschoeto Cassimiro. 2023. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Citizen information plays a central role in democratic theories. Furthermore, it can be argued that, essentially, informed citizens form the cornerstone of the democratic process. In this regard, it can be said that the "ideal of well-informed citizens" explicitly emerged in the late 19th century, marking a shift in the expectations placed upon them. In the 20th century, the justification and feasibility of informed citizenship took on new dimensions, highlighting that the study of citizens' political information is rife with contradictions. Among these contradictions is the empirical observation that there is a mismatch between the information levels required by democratic theories and the difficulties or incapacity of citizens to attain these levels. As a result, within the field of Political Science, approaches have been developed to address the variation in information levels among individuals and understand how these discrepancies affect their decision-making. With the advent of the internet and social media, informed citizenship has taken on new dimensions. To analyze this array of transformations, the dissertation is divided into three chapters. The first chapter conducts a literature review mapping the theoretical/conceptual framework of the role of citizens' information from the perspectives of Classical, Modern, and Contemporary Political Theory, examining the ethical-political foundations that underpin the guiding ideals of democratic regimes throughout history. In the second chapter, the emergence and development of techniques for investigating and analyzing citizens' information levels are discussed, with a focus on studies of political behavior. Finally, the third chapter aims to highlight significant changes in the informational landscape, primarily triggered after the 2016 US presidential elections, discussing the new layers that challenge political information and the feasibility of informed citizenship. It is concluded that the incorporation of the new dimensions of information is indispensable for understanding informational asymmetries among individuals. Moreover, it becomes evident that informed citizenship, as a model, is gradually being supplanted by alternative concepts that take into account the role of new technologies in redefining the social and political relationships individuals have with information.

Keywords: informed citizenship; political information; democracies; disinformation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Desordem da Informação.....	71
Figura 2 –	Três elementos da desordem da informação.....	74
Figura 3 –	Sete categorias da desordem da informação.....	75
Figura 4 –	Tipologia das fake news.....	77
Figura 5 -	Classificação de abordagens de detecção de fake news	78
Figura 6 -	Tendências de pesquisa sobre fake news na última década (2010–2020)	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abraji	Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo
Covid-19	Doença do Coronavírus
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
FAFICH	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Frente	Frente Nacional de Enfrentamento à Desinformação
HIV	Vírus da imunodeficiência humana
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
PMR	<i>Partisan Motivated Reasoning</i>
PNDD	Procuradoria Nacional de Defesa da Democracia
PPED	Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação da Justiça Eleitoral
SPDIGI	Secretaria de Políticas Digitais
PT	Partido dos Trabalhadores
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	13
1	REQUISITOS INFORMACIONAIS DA CIDADANIA DEMOCRÁTICA.....	16
1.1	A ascensão de um ideal.....	18
1.2	Heranças do Iluminismo.....	23
1.3	John Stuart Mill e a participação política como instrumento educativo.....	27
1.4	Robert Michels: incompetência das massas e organização do regime político.....	31
1.5	Walter Lippmann e a ficção do cidadão onicompetente.....	35
1.6	Joseph Schumpeter e a redefinição do método democrático.....	38
1.7	Anthony Downs e o cálculo sobre a movimentação na política.....	42
2	MENSURAÇÕES DA POSSE DE INFORMAÇÃO.....	47
2.1	As origens da sofisticação política.....	47
2.2	A medida de sofisticação política: conhecimento político e nível de informação.....	52
2.3	Os estudos sobre a sofisticação política e os sistemas de crença no Brasil.....	60
3	TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM INFORMACIONAL.....	68
3.1	Desordem da informação: um conceito em camadas.....	70
3.2	Estudos da desinformação a partir do Brasil.....	81
3.3	Em busca de um novo ideal?.....	88
	CONCLUSÃO.....	94
	REFERÊNCIAS.....	100

INTRODUÇÃO

Uma análise de obras clássicas de John Stuart Mill, John Locke e Alexis de Tocqueville nos permite notar que a maioria dos teóricos democráticos convergem na ideia de que a democracia requer cidadãos bem informados (Dalton e Klingerman, 2007; Dalton, 2008; Blais, 2010). Na democracia eleitoral, por exemplo, o pressuposto de que os cidadãos estão bem informados sobre os fatos políticos relevantes representa um componente fundamental para tomada de decisões por meio do voto (Berelson et al., 1954).

Nesses termos, a lógica de ação esperada do cidadão democrático poderia ser representada da seguinte maneira: ele deve estar bem informado sobre assuntos políticos, saber quais são os problemas, qual é a história deles, quais são os fatos relevantes, quais alternativas são propostas, quais são as prováveis consequências, quais partidos estão disputando o poder entre outros contextos e elementos que possam ser relevantes para a tomada de decisão. A partir dessa somatória, então, ele estará apto a fazer julgamentos sólidos e escolhas fundamentadas (Delli Carpini e Keeter, 1996; Dalton, 2000; Aalberg, 2003; Lutz, 2006).

Apesar dessa lógica interna que sustenta as expectativas teóricas de um cidadão bem informado, evidências empíricas, derivadas em grande parte de estudos de democracias avançadas, indicam que a maioria dos cidadãos geralmente carece de informações políticas pertinentes (Converse, 1964; Page e Shapiro, 1992; Delli Carpini e Keeter, 1996; Lupia e McCubbins, 1998; Galstone, 2007; Shenkman, 2008), revelando que esse pressuposto é raramente é cumprido. De fato, um extenso corpo de literatura tem sido dedicado à investigação da falta de informações políticas no público em geral e suas implicações para a democracia (Althaus, 1998; Arnold, 2012; Bartels, 1996; Delli Carpini e Keeter, 1996; Batista Pereira, 2013; Rennó, 2007). Para alguns destes autores, mesmo os atalhos informacionais são desigualmente distribuídos na sociedade, levando alguns grupos a terem mais informações do que outros (Delli Carpini e Keeter, 1996; Rennó 2007). Há também a ênfase de que tais desníveis informacionais poderiam gerar ou aprofundar distorções no processo de decisão e representação política, com implicações sérias para a responsividade entre governantes e governados.

Recentemente, o aumento da penetração da internet e a ascensão das plataformas digitais têm apresentado novos desafios, modificando e acelerando a disseminação de informações e tópicos na esfera pública democrática (Karlova e Fisher, 2013; Hinds, 2019). Essa evolução trouxe consigo uma nova dinâmica à análise do papel da informação política dos

indivíduos, destacando, em especial, a emergência de fenômenos como a desordem informacional, a proliferação de notícias falsas e a desinformação.

Apesar da existência de estudos realizados sobre a informação política em geral, a abordagem do tema dentro da Teoria Política é difusa. Similarmente, embora a Teoria Política forneça o fundamento ético-político para a cidadania informada nas democracias, têm havido uma escassez de discussões acerca das dimensões políticas, sociais e cognitivas dos cidadãos diante das novas dinâmicas informacionais na formação de preferências e atitudes políticas. A partir desse cenário, o presente trabalho busca explorar o papel da informação e da cidadania informada à luz da Teoria Política, abarcando as tensões, controvérsias, contestações e concordâncias ao longo de diferentes épocas.

A motivação central do trabalho é a compreensão de que a Ciência Política possui um papel protagonista na discussão do tema. Conforme veremos adiante, a importância da informação política perdura no campo pelo menos desde os gregos e moldou percepções sobre regimes democráticos e responsabilidades dos cidadãos no curso da história. Nesse sentido, através da revisão bibliográfica e análise de fontes secundárias, busca-se realizar uma espécie de Estado da Arte sobre o tema da informação e da cidadania informada.

O trabalho é dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, é realizada uma revisão de literatura mapeando o quadro teórico/conceitual do papel da informação dos cidadãos a partir do viés da Teoria Política Clássica, Moderna e Contemporânea. O foco do capítulo é evidenciar no interior da Teoria Política as diferentes abordagens em relação ao papel da informação política dos indivíduos, assim como a construção de um ideal com heranças no Iluminismo. Dessa forma, fundamentam-se aqui as bases conceituais do trabalho.

No segundo capítulo, enfatiza-se o surgimento e desenvolvimento de técnicas para investigar e analisar os níveis de informação dentro do público em geral. Além disso, resgata-se o conceito de sofisticação política como um elemento importante não apenas ao nível internacional, mas também em análises de comportamento político no Brasil. A escolha do conceito é justificada devido à sua utilização em estudos de desinformação contemporâneos, que aponta tanto para a capacidade dele elucidar as desigualdades informacionais existentes entre os indivíduos quanto como variável que determina a crença em informações falsas.

Por fim, o terceiro capítulo tem como intuito destacar as mudanças significativas na paisagem informacional que se desencadearam principalmente a partir de 2016, após as eleições presidenciais americanas. Neste capítulo, direcionamos nossa atenção para a introdução de novas camadas que desafiam a compreensão da informação política e do conceito de cidadania informada. Exploramos como os eventos desse período influenciaram o acesso, a disseminação

e o processamento da informação, bem como o impacto dessas transformações na participação cidadã e no funcionamento das democracias contemporâneas. Além disso, são trazidas também discussões relacionadas à reformulação de ideais e modelos de cidadãos a partir das transformações colocadas pelas novas tecnologias.

De acordo com John Ferejohn (1990, p.3), nada impressiona mais fortemente o estudante de opinião pública e democracia do que a escassez de informações que a maioria das pessoas possui sobre a política. O trabalho em questão é movido não somente por essa curiosidade, mas também pela constatação de que a informação assume centralidade nos processos políticos. Além disso, parte de uma preocupação crescente com os regimes democráticos ao entender que a mudança nos ambientes informacionais das democracias, redefine não somente as dinâmicas de participação, representação e decisão, mas também a própria lógica de fenômenos como o populismo (Batista e Nunes, 2021).

É preciso enfatizar também que cresce no país pesquisas que incorporam os novos contornos da informação em temas como uso das redes sociais como propaganda política (Machado et al. 2019), polarização e desinformação (Ortellado e Ribeiro, 2018), os impactos das fake news nas eleições (Dourado, 2020), desconfiança nas urnas eletrônicas (Borba e Dutt-Ross, 2022), comportamentos de resiliência em relação a rumores (Batista Pereira et al., 2022), estratégias de inoculação (Batista Pereira et al., 2023), ascensão do populismo reacionário e adoção de discursos negacionistas (Lynch e Cassimiro, 2022; Szwako e Ratton, 2022) entre tantos outros. Este estudo busca somar nesse rol e possui como propósito principal resgatar os alicerces associados à cidadania informada, bem como abordar as críticas dirigidas a esse conceito ao longo da história dialogando com fenômenos do século XXI, destacando a importância de incorporar os novos contornos da informação no entendimento das responsabilidades e expectativas atribuídas aos cidadãos.

1. REQUISITOS INFORMACIONAIS DA CIDADANIA DEMOCRÁTICA

“A informação é a moeda da democracia.”
frase atribuída a Thomas Jefferson (1743-1826)

A informação dos cidadãos desempenha um papel central nas teorias democráticas. É possível dizer, inclusive que, em essência, o cidadão informado seria a base fundamental do processo democrático (Dennis, 1970) e a informação política seria para a política democrática, o que o dinheiro é para a economia: “a moeda da política” (Delli Carpini e Keeter, 1996).

Não é exagero reconhecer que o nível de informação dos cidadãos é um elemento fundamental que se traduz em expectativas de ações políticas legítimas e de alta qualidade. Isso se manifesta em diversas formas, como o voto nas eleições, consultas locais e a participação popular no bom funcionamento do regime político por meio de mecanismos de controle social, transparência e governança. Autores como David Held (1987) destacam que, em uma democracia liberal, a informação dos cidadãos deve ser compreendida como uma condição indispensável para a tomada de decisões coletivas, um elemento constitutivo. Além disso, a noção de que a legitimidade das decisões políticas pode ser comprometida se não estiver fundamentada em um raciocínio coletivo informado reflete intuições profundamente enraizadas na sociedade (Perez, 2008).

O debate sobre a informação política dos cidadãos perdura há bastante tempo. É possível mapeá-lo desde os gregos aos dias atuais se levarmos em consideração aspectos como a participação política, racionalidade, conhecimento e opinião pública. Embora esses sejam termos com significados diferentes, na Teoria Política eles estão geralmente associados à preocupação sobre a competência política dos cidadãos e a qualidade de suas decisões em um regime democrático.

Sem dúvida alguma, este é um tema que perpassa a história como uma questão inescapável ao se discutir democracia. Além disso, ele parece ser sempre o "elefante na sala" – uma realidade e um problema tão evidentes que não podem ser ignorados. A importância da informação dos cidadãos, sua disponibilidade e os meios para adquiri-la já estavam presentes, por exemplo, nas formulações de James Madison (1822). Nesse contexto, mesmo mantendo sua fé no processo democrático, Madison alertava para as consequências da ausência desses elementos. Para ele,

A popular government without popular information, or the means of acquiring it, is but a Prologue to a Farce or a Tragedy; or perhaps both. Knowledge will forever govern ignorance. And a people who mean to be their own Governors must arm themselves with the Power that knowledge gives (Madison, 1822).

Nota-se aqui que Madison associa a “informação popular” como um pré-requisito para o exercício de um governo popular. Adicionalmente, os meios para alcançá-la são essenciais, o que indica a necessidade de pensar na importância das mediações em relação ao acesso à informação. Por fim, há ainda a menção ao conhecimento, que triunfa sobre a ignorância e traz poder aos que governam. Madison, autor de obras influentes na concepção do sistema constitucional americano, toca diretamente em um tipo de cidadania informada, calcada na superioridade do conhecimento dos indivíduos sobre a ignorância (Cook, 1989).

Na literatura sobre o tema, é possível constatar que o “ideal dos cidadãos bem informados”, nasce explicitamente no final do século XIX (Delli Carpini, 1999), motivado principalmente pelo surgimento da mídia impressa e a veiculação de notícias em papéis e folhetins, pelo surgimento do telégrafo e posteriormente o telefone. Há, nesse período, uma mudança não apenas na relação dos cidadãos com a mídia e vice-versa, mas também uma alteração nas expectativas dirigidas aos cidadãos (Schudson, 1998). O surgimento dessas novas interações com a informação formatou diretamente a maneira como os cidadãos se comportavam na arena política.

Hegel (2002, p.247) escreveu na virada do século XIX que “ler o jornal é a oração matinal do homem realista”, ilustrando uma era em que a disseminação em massa de notícias permitia que as pessoas tomassem decisões fundamentadas, transcendendo suas crenças religiosas. A busca pelo conhecimento e pela melhoria do julgamento político em uma democracia tem raízes profundas no Iluminismo e se fortaleceu ao longo dos anos como um atributo de prestígio. Ao longo do século XX, conforme veremos adiante, a justificação e a viabilidade da cidadania informada adquiriram novos contornos, revelando que o estudo da informação política dos cidadãos é acompanhado de contradições e contestações. Há nesse período, por exemplo, uma variedade de autores que apontam para o descompasso existente entre os níveis de informação exigidos nas teorias democráticas e as dificuldades ou incapacidades dos cidadãos em atingir esses níveis (Lutz, 2006).

No século XXI, ampliam-se os desafios relacionados à busca da cidadania informada e à melhoria do julgamento político. Com a ascensão da internet e das redes sociais, o acesso à informação política se tornou instantâneo, permitindo que as pessoas acessem uma ampla variedade de fontes e conteúdos de forma imediata. No entanto, essa profusão de informações trouxe consigo questões significativas como a manipulação através de notícias falsas e a desinformação representando uma ameaça real tanto para a cidadania informada quanto para a própria democracia.

Conforme ilustrado acima, é preciso dizer que cada época deu origem a visões específicas sobre a maneira como indivíduos obtêm, processam e armazenam informações necessárias para o exercício da cidadania democrática. Dessa forma, o ideal da cidadania informada não se resume a um conjunto único e coeso de aspirações, mas, em vez disso, abrange uma mescla flexível e, em alguns casos, contraditória, influenciada por diversas correntes teóricas (Cook, 1978). Além disso, cada uma dessas correntes oferece uma perspectiva única sobre como a informação política (muitas vezes tida como o conhecimento político) contribui para o funcionamento do regime político.

1.1.A ascensão de um ideal

É comum que ao nos referirmos à democracia surja, de imediato, uma lembrança dos conceitos aprendidos nas escolas e nos livros didáticos sobre filosofia e política dos gregos. Neles há uma ênfase principalmente às origens de um regime político responsável por incluir o povo (*demos*) nas decisões públicas. Os gregos representariam, dessa forma, os precursores de um regime político cuja centralidade das decisões estaria ancorada na competência política dos cidadãos.

É por conta dessa centralidade do povo no regime democrático que houve um período no qual ele foi visto como algo perigoso e, conseqüentemente, indesejado. O receio principal seria de atribuir poder de governar para pessoas consideradas incapazes de fazê-lo (Meyer, 1974; Landemore, 2013), isto é, a grande maioria da população, analfabeta, ignorante e sem conhecimento político. Esse grande receio motivou propostas que vão desde uma compreensão procedimental ou restritiva da democracia até mesmo uma defesa de arranjos voltados ao governo dos que possuem conhecimento suficiente para tal responsabilidade, como os filósofos, sábios, técnicos e cidadãos qualificados. Como mencionado, a competência e o desempenho político dos cidadãos é tema que anda lado a lado com a democracia e, embora os gregos sejam associados ao surgimento de um primeiro ideal de cidadãos democráticos, eles também carregavam fortes preocupações quanto ao seu funcionamento.¹

¹ É interessante observar que a ideia de democracia enquanto o único regime legítimo, no entanto, é algo recente na história da humanidade (Landemore, 2013). O prestígio, a popularidade e a atração que ela exerce atualmente em governos, organizações e pessoas não possui mais do que cem anos (Held, 1991). É principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial que a democracia passa a ser completamente aceita e o século XX é coroado como o século do seu triunfo (Dahl, 2016; Santos, Avritzer, 2002). É a partir desse período denso em matéria política que a democracia torna-se um conceito que passa a conferir entusiasmo (Hobsbawm, 2007), prestígio social (Sartori, 1994) e até mesmo uma aura de legitimidade (Held, 1987).

Há muitos anos, Platão expressava preocupação de que os cidadãos em uma democracia poderiam não estar aptos o suficiente para governar de forma adequada por conta de sua falta de conhecimento. Ainda é debatido entre os estudiosos se Platão realmente acreditava que a autoridade política deveria estar nas mãos de pessoas mais capazes de exercê-la com sabedoria e justiça, apontando para o papel de líderes sábios e nobres, com formação em filosofia como a melhor opção de governo. Conforme afirma John Dunn (2019, p.20-22) embora “A República” de Platão discuta questões como valores morais, justiça e formas de governo para uma cidade-Estado (*pólis*) esse não é um livro sobre democracia. No entanto, nenhum leitor sério poderia deixar de reconhecer a crítica firme que é feita à democracia ateniense. Hélène Landemore (2012, p.28) endossa tal pensamento ao argumentar que se a filosofia ocidental pode ser definida como uma série de notas de rodapé de Platão, o tom geral delas é de desconfiança em relação à democracia.

Existem diferentes razões possíveis que estão relacionadas a essa crítica de Platão à democracia. Elas envolvem desde um contexto social, uma vez que Platão tinha origem em uma das grandes famílias atenienses forçadas coletivamente a diminuir seu poder e influência contra sua vontade, até mesmo um motivo que predomina na literatura: a morte de seu mentor Sócrates (Dunn, *op.cit*). Ele, que era seu professor, amigo e mentor, foi considerado culpado (por uma pequena diferença na votação) e condenado por um tribunal democrático a tomar o cálice contendo a cicuta, veneno utilizado para sua execução. Dentre as acusações para sua morte estariam a corrupção da juventude da cidade e sua devoção a novas divindades.²

A denúncia e a insatisfação de Platão em relação à morte de Sócrates encontram espaços em escritos como “Apologia de Sócrates”, “Críton” e em “Fédon”. Eles representam, respectivamente, momentos dessa jornada final de Sócrates. No primeiro, é possível acompanhar a versão de Platão de um discurso proferido por Sócrates em que ele se defende das acusações de Meleto, Ânito e Lícon. Um ponto de destaque é que Sócrates encerra sua defesa exclamando para uma praça lotada de pessoas para que elas decidam aquilo que for melhor para todos eles³.

Acompanhando esses momentos finais de Sócrates, em “Críton” há uma narrativa relacionada à possibilidade de fugir da prisão, que é descartada por ele principalmente ao pontuar que realizar tal feito seria cometer uma injustiça. Sócrates argumenta que retribuir a injustiça com a injustiça, como pensa a multidão, seria algo sempre inadmissível⁴. No Epílogo

² Cf. PLATÃO, 1985, 11c, p.77

³ Cf. PLATÃO, 1985, 35d, p.92

⁴ Cf. PLATÃO, 1985, 49d, p.121

de ‘Fédon’ é possível acompanhar os momentos finais de Sócrates. É Críton, discípulo de Platão, que realiza um sinal para que um de seus servos traga a taça com a cicuta e, após um questionamento sobre a permissão para fazer uma libação às divindades⁵, Sócrates bebe a taça contendo cicuta. Para Dunn (2019) a morte de Sócrates marcaria, dessa forma, uma mancha primordial na honra da democracia. Nas palavras que encerram ‘Fédon’, Sócrates teria sido um dos homens mais sábios e justos (Platão, 1972, p.132).

Sócrates ao citar em sua defesa para que fosse feito conforme fosse melhor para todos eles pontua uma questão central que diz respeito à capacidade de discernir o que é melhor. Compreender a decisão coletiva de matar um dos homens mais sábios e justos através de acusações injustas não é tarefa fácil. É preciso reconhecer que, da mesma forma que a vida de Sócrates teve um impacto significativo em Platão, a sua morte também o teve.

Plato makes many charges against democratic rule, and the way of life which forms around it and arises out of it. He sees it in essence as an all but demented solvent of value, decency, and good judgment, as the rule of the foolish, vicious, and always potentially brutal, and a frontal assault on the possibility of a good life, lived with others on the scale of a community (Dunn, 2019, p.22).

O Livro VI de “A República” é também importante referência para compreender a questão do conhecimento político. Nele, em resposta às objeções de Adimanto, Sócrates descreve uma analogia da navegação para pontuar os problemas de governo que prevalecem em sistemas políticos que não são baseados no conhecimento. Na analogia conhecida como “navio dos loucos”⁶ haveria uma situação hipotética em que um navio seria conduzido por uma tripulação disfuncional. Nela, o capitão do navio é forte, mas não enxerga nem ouve bem, além de não dominar a arte de navegar. Os marinheiros disputam o controle do navio, cada um deles convencidos de que possuem o direito a assumir o leme, sem jamais ter aprendido a arte de navegar ou poder indicar quem foi seu mestre ou a ocasião em que estudou.

A alegoria continua ao pontuar que esses marinheiros começam então a disputar o controle do leme, ficam próximos ao capitão e tentam persuadi-lo. Ao constatarem que o capitão não os deixará assumir o leme, alguns marinheiros partem para imobilização dele com bebidas e assumem o controle da embarcação. Eles bebem, festejam e navegam de maneira

⁵ Era comum nos banquetes gregos que todos os convidados, antes de tocarem na primeira taça, derramassem no chão algumas gotas em homenagens aos deuses. Conforme salientam os tradutores Jorge Paleikat e João Cruz Costa (PLATÃO, 1972, p.131), ao mencionar esse ritual Platão deseja transmitir a tranquilidade que Sócrates estava ao cumprir sua pena, como se estivesse em um banquete comum, realizando hábitos que são próprios dessa ocasião.

⁶ Analogia também conhecida como “nau dos insensatos”, “navio dos insensatos” ou “nau dos loucos” a depender da tradução. É mencionada no Livro 6 de *A República*.

desgovernada sem direção alguma. Os que se opõem a isso, são chamados de inúteis pelos marinheiros no controle do leme.

Sócrates encerra a alegoria pontuando para Adimanto que há uma ordem natural das coisas e a inversão dessa ordem, conforme apresentada, seria algo errado. Caso um homem esteja doente, seja rico ou pobre, baterá à porta do médico. Da mesma forma, aqueles que precisam ser governados baterão à porta do governante. Na mesma lógica, os capitães de navios não devem suplicar aos marinheiros que se deixem comandar por eles, mas sim os marinheiros que devem suplicar aos capitães de navios para que naveguem, por seu conhecimento. A alegoria é encerrada com um pedido de Sócrates a Adimanto, para que ele comparasse os que atualmente governavam na democracia ateniense com os marinheiros.⁷ É precisamente através dessa alegoria que há a defesa de um governo liderado por filósofos. Um verdadeiro filósofo seria alguém apaixonado pelo conhecimento e pela busca da verdadeira realidade⁸. Dessa forma, aqueles que buscam a realidade seriam os mais aptos para liderar, pois teriam acesso maior ao conhecimento.

Seu discípulo, Aristóteles, carregou uma aproximação mais comedida em relação à democracia, menos impulsionada pelos seus sentimentos e mais aberta aos julgamentos de outras pessoas às suas conclusões (Dunn, 2019). Para Brennan (2017), embora a regra dos governantes filósofos fosse a melhor, na visão de Aristóteles esse representaria um cenário que nunca haveria de acontecer e tentar transformar indivíduos comuns em filósofos e depois em bons governantes seria uma tarefa hercúlea.

É a partir da definição da cidade-Estado como uma comunidade política composta por uma multidão de cidadãos que Aristóteles avança na tentativa de definir rigorosamente quem tem o direito ao título de cidadão e qual seria a natureza do cidadão. O autor começa definindo o cidadão integral como aquele que possui o direito de administrar a justiça e exercer funções públicas. Aqui o questionamento avança também na direção das qualidades que formam um cidadão legítimo e chega à conclusão de que existem, na realidade, várias espécies de cidadãos. O cidadão em sentido absoluto seria aquele que partilha os privilégios da cidade-Estado (Aristóteles, 1985, Livro III, Cap. 1, 1275a-b).

Seguindo essa linha de pensamento que se inicia na cidade-Estado e perpassa pelo cidadão, Aristóteles chega nas formas de governo. Aqui, a pergunta central é saber quem deve deter o poder soberano na cidade-Estado, uma vez que ele pode ser exercido pelas massas, pelos

⁷ Plato, 2000, *The Republic*, 489c.

⁸ Expressão que Platão desenvolve no livro seguinte através da alegoria da caverna, representando a importância do conhecimento filosófico e da educação como formas de superação da ignorância.

ricos, pelos homens bons ou até mesmo por um só homem que seja melhor que todos os outros. Cada uma dessas alternativas envolve, em sua visão, consequências desagradáveis que estão na ordem da justiça. Ao questionar a autoridade dos homens livres e a autoridade da massa dos cidadãos - aqueles que não são ricos nem se distinguem por algum tipo de excelência, Aristóteles chega à conclusão de que não seria seguro deixá-los participar das funções mais elevadas de governo, porque sua insensatez os induziria a errar, e sua desonestidade a cometer injustiças. Apesar disso, deixá-los sem participar criaria uma situação inquietante, pois quando muitas pessoas são deixadas sem os privilégios conferidos pelo exercício de funções de governo, elas acabariam se tornando inimigas (1985, Livro III, Capítulo VI, 1281b).

A proposta que é desenhada a partir dessa reflexão é que a participação dessas pessoas deve ser restrita somente às funções deliberativas e judicantes. Lintott (1992) pontua duas grandes evidências a partir dessas discussões iniciais sobre a democracia na visão de Aristóteles. A primeira diz respeito à atuação da massa de cidadãos, que possuem em sua visão um papel a desempenhar na cidade-Estado. Já a segunda, enfatiza o fato de que as massas tendem a procurar seu próprio interesse e negligenciar o interesse da comunidade, a não ser que o papel que ela desempenha seja restrito. É devido a esse pensamento que o filósofo entende a democracia como uma forma perversa e introduz o seu conceito de *politeia*, uma forma de governo ideal na qual as massas governam, mas há a busca pelo interesse da comunidade política.

Embora Aristóteles tenha sido fortemente influenciado por Platão - haja vista inclusive a proximidade na sistematização do pensamento e da atribuição de esquemas lógicos sobre as formas de governo, a sua desconfiança em relação à democracia é motivada por fatores que ultrapassam uma influência direta. Ela está presente no campo da observação sobre o funcionamento da democracia na história ateniense e também em sua memória sobre a atuação de Sólon, por exemplo. Em resumo, para Lintott (*op.cit*, p.128), Aristóteles compreende em detalhe os elementos que constituem uma democracia e aprecia a sua coerência, no entanto ele abomina o seu resultado, uma vez que existe a facilidade de que o *demos* busque seus próprios interesses.

De acordo com Geraint Parry (1978) citado por Peter Cook (1989), para cumprir a lista de qualificações de cidadania ideal de Aristóteles seria necessário que o cidadão compreendesse o suficiente da constituição estabelecida para ser capaz de apreciar o que a lealdade a ela implica. Além disso, seria necessário saber quais os deveres envolvidos no cargo de cidadão que ocupa. Na visão de Parry isso implicaria em uma educação tanto de "saber como" e "saber o quê". O cidadão politicamente educado, nessa visão, deveria saber como se movimentar em

sua sociedade, como apresentar um caso para ação pública e seria também sensível às possibilidades de vitória e derrota para suas próprias propostas. A ação política também é algo essencial, uma vez que seria necessário que os cidadãos conhecessem seus direitos políticos, o modelo de constituição definido e também os limites de sua atuação.

Os questionamentos trazidos por Platão e Aristóteles são essenciais para ancorar a discussão sobre competência e informação política dos cidadãos. É interessante notar que a desconfiança de ambos em relação a democracia congrega elementos que variam desde a qualidade das decisões públicas dos cidadãos, a sofisticação do conhecimento político, a prevalência da justiça e da coletividade sobre os interesses privados até mesmo a suscetibilidade da democracia aos vícios e excessos, uma vez que representava um sistema político imperfeito.

É por conta das linhas argumentativas trazidas acima que filósofos políticos contemporâneos atribuem Platão como o primeiro defensor da epistocracia⁹ por exemplo. Esse regime político seria traduzido como o governo no qual são distribuídos poderes aos que possuem o conhecimento, habilidade e competência (Brennan, 2017), uma resposta à impossibilidade de uma democracia. De fato, as dúvidas sobre as competências dos cidadãos rapidamente deram origem a debates filosóficos fundamentais sobre o realismo e os perigos associados à ideia democrática. Os termos desse debate, que remontam a Platão e Aristóteles, também têm alimentado a ciência política nas últimas décadas. O papel dos cidadãos e, mais precisamente, o surgimento do ideal de cidadão bem informado, que historicamente sustentou a visão de uma democracia eficaz, foi gradualmente sendo contestado à medida que avançaram as metodologias de pesquisa e os estudos sobre o comportamento político. Conforme veremos a seguir, a busca de respostas para essa questão adquire novos contornos a partir de intensas transformações sociais, políticas, culturais e tecnológicas.

1.2 Heranças do Iluminismo

A ascensão do liberalismo moderno teve um impacto significativo nas concepções teóricas clássicas dos requisitos de conhecimento e informação dos cidadãos. Durante o período do Iluminismo nos séculos XVII e XVIII, uma nova perspectiva sobre as bases da sociedade política começou a emergir. Herman van Gunsteren (1978) observou que as escolas de pensamento político anteriores concebiam a ideia de uma sociedade justa como algo dado por meio da revelação, da graça, da tradição ou do legislador fundador, na forma de arranjos e regras

⁹ Cf. Estlund (2003)

de direito substantivos. Em contraste com isso, os pensadores iluministas enxergavam a sociedade justa não como algo dado, mas como algo que era produzido por meio das atividades livres de indivíduos racionais, por exemplo, por meio de um contrato social.

É com a ênfase na escolha racional do indivíduo que há cada vez mais maior reconhecimento da importância e a incorporação da esfera dos interesses na vida política. Ao longo do século XVII, houve uma transformação significativa no pensamento político ocidental e na formulação das teorias políticas, proporcionada pela incorporação de termos como "interesse" e "interesses" na análise das ações políticas e motivações de estados, grupos e indivíduos. Em sua obra, Peter Cook (1989) destaca o argumento de Sheldon Wolin sobre essa mudança, enfatizando que ocorreu a substituição ou deslocamento do interesse individual pela consciência individual como elemento central desse processo. Paralelamente, ao longo do tempo, os conceitos de heroísmo, altruísmo cristão e virtude clássica foram gradualmente substituídos pela centralidade dos interesses na análise e nas práticas políticas.

Essa nova ênfase, centrada na busca do interesse próprio, dá origem a uma dualidade que se torna uma das tensões perpétuas do pensamento liberal: a tensão entre os interesses públicos e os interesses privados (Cook, 1989). É válido observar que em Platão e Aristóteles essa já era uma preocupação, mas ela reaparece no contexto do Iluminismo motivada por novas provocações.

At a broader level, these changes in the outlook of political theory were accompanied by the promotion of a new conception of scientific knowledge. The Enlightenment initiated an active conception of knowledge which identified reason with power: theoretical knowledge, most preeminently the knowledge of the physical sciences, was now to be oriented towards prediction and control. In order to accomplish this, the natural world, and even the world of human action, had to be seen anew, unencumbered by traditional explanations based on religion, myth, folklore—now branded as superstition and ignorance. (Cook, 1989, p.26)

Hundert (1986) fornece um resumo lúcido do caráter dessa mudança. Em seu argumento, o Iluminismo acarretava os riscos e as promessas do conhecimento. Para isso, bastava recuperar o lema utilizado por Kant, "*sapere aude*", ou "atreva-se a saber".¹⁰ É no século XVIII, no entanto, que "*sapere aude*" adquire um sentido mais amplo e crítico, e passa a ser utilizado como um slogan para se opor às autoridades. Hundert (*op.cit.*) prossegue ao dizer que a frase transmitia o poder do conhecimento em oposição à sabedoria convencional e às doutrinas arbitrariamente impostas e irracionais. Os filósofos do Iluminismo, de acordo com o autor, estabeleceram um ideal cognitivo duradouro, buscando um conhecimento desvinculado

¹⁰E.J. Hundert explica que essa expressão foi retirada da Epístola de Horácio a Lollius, onde significava "atreva-se a ser sábio" e era usada como uma injunção ao bom senso enquanto o poeta repreendia um tolo que hesitava em atravessar um rio até que a água parasse de correr.

de solidariedades históricas contingentes e influências sociais emocionais. Eles conseguiram isso ao promover a ideia de um eu autônomo capaz de se desvincular de qualquer perspectiva particular e fazer uma avaliação crítica dessa perspectiva a partir de um espaço epistemológico privilegiado.

Com o surgimento dessa nova gramática do Iluminismo que há a distinção entre o conhecimento verdadeiro e falso, entre o mundo da ignorância e o Iluminismo. Nesse sentido, todas as áreas da consciência humana que ainda não estavam em contato com o conhecimento científico eram parte deste mundo antigo. Hundert completa ao dizer que essa ênfase resultou em uma atenção intensa para as falácias das crenças e costumes "do povo", ao ponto em que em círculos intelectuais, o termo "popular" passou a denotar o sentido de "equivoco".

É através desse desprezo que há um olhar para a deficiência da mentalidade popular, equiparando-a a selvagens, crianças e povos arcaicos que realizavam suas ações ainda no mundo da ignorância, sem refletir e pensar criticamente. O ponto central é que a tentativa de "desfamiliarizar" cientificamente o povo comum para explicar suas ilusões também deu origem a esperanças de que sua situação poderia ser melhorada. Para Hundert, à medida que as mentalidades populares passaram a ser compreendidas como expressões daquilo que era infantil e primitivo, os que possuíam conhecimento poderiam ver mais prontamente a cura e a reforma dessas condições como uma das tarefas especializadas para as quais os intelectuais eram singularmente adequados (Hundert, 1986, pp. 155-156).

O casamento dos ideais humanitários do Iluminismo com o papel de seus defensores de educar as massas, melhorar as condições sociais, eliminar a ignorância social e ampliar a opinião pública esclarecida contribuiu para a validação do conhecimento como algo indispensável na vida política. Cook (1989) pontua que esse ideal educativo racional baseado no método científico representa um componente-chave do ideal moderno de cidadania informada. Nesse sentido, haveria uma elite do conhecimento responsável por intervir, utilizar o conhecimento científico em desenvolvimento para promover o progresso social e político. Apesar disso, a ideia de melhoria social por meio das ações de um público mais informado e autônomo seria apenas uma herança do Iluminismo. Uma herança contrária diz respeito por exemplo à desconfiança quanto ao processo de esclarecimento popular.

A contribuição significativa de Peter Cook (1989) reside em destacar que o ideal do cidadão informado não é uma coleção única e coerente de aspirações, mas sim uma combinação flexível e, por vezes, contraditória, derivada de diversas correntes teóricas, todas com uma grande dívida para com o Iluminismo moderno. Além disso, cada corrente oferece uma perspectiva diferente sobre a contribuição do conhecimento e da informação para a cidadania.

Se em Platão e Aristóteles, o ideal de cidadania se relaciona com o cumprimento da essência política dos cidadãos, o Iluminismo desafia e abala esse quadro ao negar que esse conhecimento da essência poderia ser obtido (Cook, 1989). No lugar da busca pela essência, é empregada a razão, essencial para a observação dos fatos e no cálculo matemático das relações sociais. Uma vez que o objetivo colocado pela metafísica havia sido destituído, os pensadores do Iluminismo foram deixados com a tarefa de construir uma ética pautada na racionalidade.

Um aspecto adicional que merece destaque é a forma como as crenças na cidadania democrática durante esse período enfatizam que, a longo prazo, os indivíduos são os melhores juízes de seus próprios interesses e, portanto, devem possuir direitos iguais para participar da política. Por mais que a democracia moderna ainda estabeleça critérios de competência para a inclusão dos indivíduos no corpo político, sua característica distintiva é que ela não exclui com base no nível de conhecimento individual ou competência política. Essa característica, no entanto, representa um dos questionamentos presentes ao longo de toda a história democrática.

Uma vez que os cidadãos não são obrigados a possuir nada além de um nível mínimo de competência (isto é, critérios simples como ser um adulto, racional, apto a pensar), quais garantias existem de que o resultado das decisões democráticas produzirá boas políticas e líderes sábios? O que garante que a democracia seja uma forma superior de governo em relação a uma meritocracia ou tecnocracia? Aqui reside um grande dilema da democracia: exigir cidadãos competentes e informados para funcionar adequadamente, mas também não privar os cidadãos de participar politicamente apenas por serem mal informados ou ignorantes.

É diante desse repertório de heranças e influências que o cidadão democrático passa a ser definido no Iluminismo pela autonomia e pelo julgamento: autonomia para tomar decisões relacionadas à sua própria vida e capacidade de exercer um julgamento sólido ao tomar tais decisões (Cook, 1989).¹¹ Dennis Thompson (1970) também enfatiza dois pressupostos dessa cidadania, a autonomia e o aperfeiçoamento. Há um forte destaque para o segundo, apontando que ela representaria a crença na capacidade dos cidadãos de aprimorar seu julgamento sobre o que é do seu interesse. Essa é uma linha argumentativa que não assume que o cidadão democrático necessariamente exercerá seu julgamento de forma adequada, mas apenas que a

¹¹ Peter Cook (op.cit, p. 35) ressalta ainda a emergência de três modelos de cidadania, nenhum dos quais prevaleceu completamente ou foi completamente destruído. São eles: i) O modelo de cidadania de mercado, que busca o interesse próprio, com ênfase na maximização da liberdade na esfera privada e na reivindicação do direito de não se envolver na política, bem como na mínima intervenção do Estado na vida social. ii) O modelo de um público racional, que valoriza a disseminação do conhecimento científico e de informações factuais. iii) O modelo tecnocrático, que diz respeito ao controle do comportamento e das atitudes dos cidadãos para garantir o apoio às decisões das elites.

competência de todos os cidadãos para tomar decisões sólidas pode, sob as condições certas, ser aprimorada a um nível aceitável.

Essas três características do cidadão democrático, a autonomia, o julgamento e o aperfeiçoamento, não apenas influenciaram, mas também formataram grande parte das visões de cidadania de teóricos políticos e de modelos incorporados pelo Estado liberal-democrático. A relevância da suposição de que a competência do cidadão pode ser aprimorada e a presença do ideal educativo racional são particularmente evidentes nas obras políticas de John Stuart Mill. É interessante observar que Mill escreve em um momento de intenso debate sobre a expansão do sufrágio, no qual a discussão sobre as qualificações para a cidadania era tema central.

1.3 John Stuart Mill e a participação política como instrumento educativo

Em uma carta de 22 de janeiro de 1850, endereçada a Edward Herford, John Stuart Mill expressou sua preocupação com os níveis intelectuais e morais considerados baixos em todas as classes, os quais estavam impedindo o progresso. É precisamente a partir da segunda metade do século XIX que John Stuart Mill empreende a tarefa de conceber um sistema eleitoral capaz de proporcionar uma representação justa para a minoria letrada. Por reconhecer a importância de elevar o nível de liderança política e prevenir a imposição de uniformidade pela maioria, Mill propôs um sistema em que os eleitores com maior nível de educação teriam mais votos, de modo que suas escolhas teriam maior peso na tomada de decisões. Essa engenharia eleitoral visava garantir uma representação mais justa e evitar a tirania da maioria, permitindo que a minoria letrada tivesse um papel importante na condução dos assuntos políticos (Brilhante e Rocha, 2013).

Esse pensamento fica ainda mais evidente em seu texto “*Thoughts on Parliamentary Reform*”, considerado uma primeira grande tentativa de responder institucionalmente a uma de suas maiores preocupações: a tirania da maioria. (Brilhante e Rocha, 2013). É nesse trabalho que Mill aponta para um sistema eleitoral ancorado em um nível básico de educação para o sufrágio. Mill acreditava que a participação no processo eleitoral era importante para treinar a mentalidade popular tanto intelectual quanto moralmente. Além disso, sua convicção de que eleitores educados deveriam possuir maior influência na escolha de seus representantes estava firmada tanto na crença de que essas pessoas possuíam maior conhecimento aplicado às

questões da comunidade, quanto no inverso, isto é, indivíduos que não eram educados possuíam baixa capacidade de participação eleitoral.

He referred to the uneducated as ‘superstitiously attached to the stupidest and worst of old forms and usages’, as ‘eager to clutch at whatever they have not and others have’, and as ‘incapable of clearly conceiving the rights of others’ (CW, v. 19b, p. 327). Mill believed that deference to the intellectual excellence of the educated few was necessary in order to provide a balance between numbers and education, and thereby promote the well-being of society. Otherwise, the lowest on the educational scale would outvote the educated, and virtually exclude them from parliament (Brilhante e Rocha, 2013, p.56).

É interessante observar que John Stuart Mill chega a citar uma quantia mínima de educação necessária para o exercício do sufrágio, com o objetivo de prevenir desastres. Em seu exemplo, o voto de milhares de pessoas, em sua maioria camponesas, que não possuíam habilidades mínimas como ler, escrever e fazer contas teria sido um dos motivos que levou a França a uma degradação através da ascensão de Napoleão Bonaparte. O voto dessas pessoas iletradas, que possuíam apenas conhecimento de figuras públicas através da tradição oral, superou os que possuíam educação.

A ênfase de Mill ao encarar a democracia como o governo da maioria numérica faz com que o filósofo político chegue à conclusão de que seria possível que o poder dominante esteja sob a influência de interesses seccionais ou de classe. Para Mill (1980, p.68), um dos maiores perigos da democracia consiste nos interesses sinistros dos detentores do poder, o perigo da legislação de classe, do governo que visa o benefício imediato da classe dominante em perpétuo detrimento da massa. Desse receio surge a questão central quando se pretende determinar a melhor constituição de um governo representativo: como reunir precauções eficazes contra esse mal?

Haveria dessa forma dois perigos centrais para a democracia de acordo com o autor: o perigo de um baixo nível de inteligência no corpo representativo e na opinião pública que é responsável por controlá-lo, e o perigo de uma legislação de classes comandada pela maioria numérica de uma mesma classe. A organização do regime democrático que pudesse eliminar esses dois grandes males, ou pelo menos suavizá-los sem interferir nos benefícios desse regime, representaria uma tarefa difícil.

A democracia não será jamais a melhor forma de governo, a não ser que este seu lado fraco possa ser fortalecido; a não ser que possa ser organizada de maneira a não permitir que nenhuma classe, nem mesmo a mais numerosa, possa reduzir todo o resto à insignificância política, e dirigir o curso da legislação e da administração segundo seus interesses exclusivos de classe. O problema está em achar os meios de impedir este abuso, sem sacrificar as vantagens características do governo popular. (Mill, 1980, p.87)

Em sua obra “Origem do Governo Representativo”, Mill define a democracia pura em contraste com o modelo praticado em seu tempo. A primeira, seria definida como o governo do povo inteiro pelo povo inteiro, representado de maneira igual. A segunda, seria o governo do povo inteiro por uma mera maioria, exclusivamente representada. Enquanto a democracia pura seria o sinônimo da igualdade de todos os cidadãos, a segunda seria um governo de privilégios em nome da maioria numérica, a única a ter voz.

Apesar desse reconhecimento, o filósofo acreditava que limitar o sufrágio não seria a solução ideal, uma vez que acarretaria uma exclusão compulsória de parte da população de seu direito à representação. A educação da inteligência e dos sentimentos das camadas populares mais baixas era vista como um benefício do governo livre, umas vezes que elas viriam justamente da sua participação em temas que interessavam diretamente o país. Nota-se que aqui o autor tenta conciliar as dificuldades de se ter uma população iletrada deliberando sobre assuntos pertinentes ao país, ao mesmo tempo em que ele acredita na participação como um instrumento político-educacional, que traz consciência e robustez política.

Em sua discussão sobre a seleção de representantes, Mill enfatiza a importância de um processo que envolve a deferência à superioridade intelectual, onde os eleitores escolhem representantes mais sábios do que eles próprios e concordam em ser governados com base nesse conhecimento superior. Isso seria algo natural, já que os indivíduos saberiam reconhecer o valor da sabedoria superior, apesar das diferenças de opinião. No entanto, o autor também identifica certas pessoas que não têm consideração por quem quer que seja, que não acham que a opinião de outra pessoa valha mais do que a sua própria. Quando os eleitores são pessoas desse tipo, eles só escolherão representantes que compartilhem ou professam seus sentimentos (Mill, 1980, p.124).

Uma de suas grandes constatações é apontar que a democracia pura ou completa tem uma forte tendência de dar esse traço aos sentimentos dos eleitores, chegando inclusive a afirmar que “a democracia não é favorável ao espírito de respeito” (Mill, *op.cit.*, p.125). Isso se dá porque a democracia em sua própria essência atribuiria mais valor à igualdade geral dos homens do que aos títulos privados que colocariam uma pessoa acima da outra, a superioridade nesse caso ficaria provavelmente abaixo do que ela realmente deveria ser.

Eis porque, entre outras razões, considero tão importante que as instituições de um país estabeleçam o direito de influência das pessoas mais instruídas sobre as menos instruídas; e eu ainda estou de acordo, apesar de quaisquer conseqüências políticas diretas, com que se conceda a pluralidade de votos à superioridade comprovada de instrução, mesmo que apenas para afinar o sentimento público. (Mill, 1980, pp.124-125)

Conforme Dalaqua (2018, p.6) salienta, outro ponto presente na obra de Mill e que será abordada com maior profundidade ao longo deste trabalho, é que ele acreditava que as invenções modernas como os jornais e as ferrovias facilitariam a troca de informações e seriam responsáveis por atrair regiões distantes das grandes democracias representativas em uma ágora. Os cidadãos, a partir dessa perspectiva, se tornam soberanos uma vez que eles formam sua opinião e trocam julgamentos sobre assuntos políticos na esfera pública.

Ao mesmo tempo que essas modernidades eram vistas como pontos de fortalecimento da democracia, Mill também as encarava como um perigo. Em sua crítica à tirania da maioria, o filósofo chega a mencionar que os meios de comunicação na sociedade em massa podem impedir o debate público e crítico uma vez que começam a propagar as ideias de apenas um grupo. Dessa forma, a existência de um poder concentrado e homogêneo na formação do discurso representaria uma grave ameaça à democracia.

Basta lembrar que na época em que escrevia John Stuart Mill, os jornais eram os meios mais importantes de comunicação em massa. Nesse sentido, eles conectavam as pessoas, com algum conhecimento e ideias comuns sobre assuntos públicos, mas também ensinavam às pessoas a entenderem seus próprios desejos (Baum, 2000, p.81). O perigo consistia justamente em sua capacidade de formatar o pensamento dos indivíduos, moldar o que elas pensam e, assim, agir sobre suas vontades. Dessa forma, nas palavras de Baum (*op.cit*, p.82), a visão de Mill sobre o poder social e político revelaria que “a concentração de propriedade e controle dos meios de comunicação leva a uma considerável concentração de poder para moldar o que as outras pessoas pensam. Isso, por sua vez, conflita profundamente com os ideais democráticos”.

A partir dessa análise Brilhante e Rocha (2013) salientam que Mill claramente buscava estabelecer um equilíbrio de poder que permitisse a participação das pessoas no processo político, sem marginalizar aqueles eleitores que possuem níveis mais elevados de educação. Dessa forma, seu objetivo central era pensar como harmonizar as demandas por competência com as demandas por participação. Contudo, seu sistema de voto plural poderia ter justamente o efeito contrário, gerando desinteresse e ressentimento.

Plural voting would have tended to generate apathy and resentment, which would prevent people from exchanging their experiences in a way that Mill deemed essential to produce improvements. Besides, there is no evidence that plural voting would have produced the sort of leadership that he aimed at. If people were alienated from the electoral process, there was no reason to think that they would engage in the task of keeping the government accountable, which was his deeper concern (Brilhante e Rocha, 2013, p.63).

Embora Mill fosse um pensador científico, na época em que ele escreveu, a maioria dos países ainda não tinha governos representativos e, quando tinham, restringiam o sufrágio a uma

minoria elitista e não representativa. Além disso, a participação política era vista como uma atividade principalmente para cavalheiros educados. Nesse sentido, o autor tinha a esperança de que a participação das pessoas na política pudesse torná-las mais inteligentes, preocupadas com o bem comum, melhor educadas e nobres. Para Brennan (2017, p.2), ele acreditava que fazer com que um trabalhador de fábrica pensasse em política seria como fazer um peixe descobrir que há um mundo fora do oceano. Adicionalmente, ele esperava que o envolvimento político fortalecesse a mente das pessoas e, ao mesmo tempo, amolecasse seus corações, levando-as a olhar além de seus interesses imediatos e adotar uma perspectiva mais ampla e de longo prazo.

É precisamente durante o século XX que uma série de avanços teóricos e práticos levou ao questionamento e rejeição da teoria de democracia desenvolvimentista de Mill em setores da teoria política e social. Dentre os principais motivos estão o crescente ceticismo em relação à suposição de que as ações humanas eram predominantemente guiadas pela razão. A participação competente não apenas era considerada indesejável, mas também inviável, devido à natureza das grandes organizações políticas e burocráticas, à complexidade das questões políticas e à falta de tempo para que os cidadãos pudessem deliberar sobre elas de forma adequada.

1.4 Robert Michels: incompetência das massas e organização do regime político

A obra de Robert Michels (1876-1936) é amplamente reconhecida como a mais importante sobre a oligarquia moderna, a análise da relação entre democracia e organização é fundamental para entender sua tese. Reconhecido como o maior teórico sobre a oligarquia moderna, Michels, juntamente com Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto, compõe a trinca de autores da chamada teoria das elites. Foram eles os primeiros teóricos a explorar, no final do século XIX e início do século XX, o papel da organização como meio capaz de criar uma vontade coletiva e o fato de que, embora vissem em um regime democrático, eram poucos aqueles que verdadeiramente governavam. Nesse sentido, esses pensadores abordaram a questão da dominação da minoria em um contexto moderno específico, marcado principalmente pela disseminação do sufrágio universal e pelo surgimento de um moderno partido de massa altamente centralizado, burocrático e disciplinado para organizá-lo (Michels, 1962, p. 334 *apud* Drochon, 2020).

Michels analisou os partidos políticos modernos em seus estudos, em especial o Partido Social Democrata Alemão (SPD) quando escreveu "Political Parties: A Sociological Study of

the Oligarchy Tendencies of Modern Democracy", considerando-o o partido socialista mais forte, mais rico, melhor organizado e mais poderoso do mundo na época (Drochon, 2020). É a partir da análise dos partidos da classe operária que Michels chega à conclusão de que é somente através da organização que os proletários conseguirão adquirir resistência política e dignidade social (Michels, 1982). A sua obra representa também uma importante análise sobre a atuação das massas em um contexto de democracia moderna.

Elizabeth Rapaport (1982, p.335) afirma que a crítica de Michels à democracia moderna estaria baseada em duas condições que, embora importantes na época, seriam impossíveis de serem alcançadas nas sociedades modernas, segundo ele. A primeira condição diz respeito à competência das massas, que precisariam ter uma compreensão clara dos objetivos que desejam que seus representantes busquem, além de ter informações suficientes e racionalidade política para avaliar o desempenho dos mesmos. A segunda condição da responsabilidade democrática criticada por Michels seria a existência, nas massas, de pessoas com as habilidades necessárias para substituir os representantes caso estes não estejam desempenhando suas funções de maneira satisfatória.

Para Michels a democracia seria inconcebível sem organização. Ainda que as reivindicações fossem econômicas ou políticas, a organização seria o único meio para a criação de uma vontade coletiva (Michels, 2001, p.19). A necessidade da delegação como um sistema em que representantes pudessem traduzir e buscar as vontades das massas seria algo necessário, uma vez que a democracia no sentido de participação direta, seria realizável apenas em uma escala pequena de pessoas. A organização, no entanto, também teria um efeito direto na democracia.

But if we pass from the sphere of the state to the sphere of party, we may observe that as democracy continues to develop, a backwash sets in. With the advance of organization, democracy tends to decline. Democratic evolution has a parabolic course. At the present time, at any rate as far as party life is concerned, democracy is in the descending phase. (Michels, 2001, p.26)

Essa organização teria uma forte tendência de tornar o regime democrático em uma oligarquia, uma vez que o grau de complexidade da vida pública seria muito grande para que as decisões fossem tomadas de maneira direta. O autor chega a falar inclusive que o argumento mais formidável contra a soberania das massas deriva justamente da impossibilidade técnica e mecânica de sua realização (Michels, *op.cit*, p.21). Um aspecto que aparece a partir disso é o tema da profissionalização política uma vez que os partidos de massa seriam nesse sentido as alternativas possíveis, em condições de uma sociedade capitalista, de levantar o ideal igualitário e representar interesses das classes.

O papel das lideranças profissionais e das massas também é algo a ser observado. Com o surgimento de uma liderança profissionalizada haveria uma espécie de acentuação das diferenças culturais em relação aos liderados. Michels aponta que entre os fatores que asseguram a dominação de minorias sobre maiorias estariam o dinheiro e seus equivalentes (superioridade econômica), a tradição e transmissão hereditária (superioridade histórica) e também a instrução formal dos líderes (chamada de superioridade intelectual). Esse último, dentre todos os outros seria possível encontrar através de observação mais superficial. Michels enfatiza que, nos partidos voltados ao proletariado, os líderes seriam, em termos de educação, muito superiores aos liderados (Michels, 2001, p.53).

Michels salienta também que a incompetência das massas populares seria quase universal ao longo dos domínios da vida política e tal inaptidão forneceria aos líderes uma justificativa sólida para o exercício do poder. Para ele, o reconhecimento da imaturidade política das massas e a impossibilidade da aplicação prática do princípio de soberania do povo levou outros autores a propor que a democracia fosse limitada. Estão presentes nos argumentos de Michels autores como Edward Bernstein, ao negar que o homem médio possuía competência política para legitimar a soberania popular. Na visão de Bernstein, uma grande parte das questões públicas seria de interesse específico de poucos que possuem conhecimento e, para obter um grau adequado de informação em relação às questões públicas, seria necessário um senso raro de responsabilidade, ausente na maioria dos cidadãos.

Além de Bernstein, Michels cita também Victor Considérant, um entusiasta da soberania popular que reconheceu a dificuldade de operacionalização da engenharia governamental por parte dos cidadãos. Apesar dessa incompetência, há momentos em que as massas podem se tornar um obstáculo para a extensão da influência partidária.

The indifference which in normal times the mass is accustomed to display in ordinary political life becomes in certain cases of particular importance, an obstacle to the extension of the party influence. The crowd may abandon the leaders at the very moment when these are preparing for energetic action. This happens even in connection with the organization of demonstrations of protest. (Michels, 2001, p.40)

No entanto, ainda que essa seja uma ameaça, Michels é enfático ao dizer que a prova mais evidente da fraqueza orgânica da massa é demonstrada pela sua incapacidade de se reorganizar de forma instintiva quando privada de seus líderes durante momentos de ação, resultando em uma fuga desordenada do campo de batalha. Essa incapacidade persistiria até que novos líderes surgissem e pudessem substituir os que foram perdidos. Para ele, o fracasso de inúmeras greves e agitações políticas é facilmente explicado pela rápida ação das autoridades que, ao colocarem os líderes sob custódia, impedem a continuidade dessas ações.

Além da indiferença política das massas e de sua necessidade de orientação, há outro fator que contribui para a supremacia dos líderes na visão de Michels: a gratidão que a multidão sente por aqueles que falam e escrevem em seu nome. Para ele, os líderes adquirem fama como defensores e conselheiros do povo e enquanto a massa, economicamente indispensável, realizaria tranquilamente seu trabalho diário, os líderes, por amor à causa, muitas vezes precisariam sofrer perseguição, prisão e exílio.

Enquanto as massas estariam ocupadas com afazeres diários que tornariam impossível adquirir conhecimento profundo sobre o funcionamento das estruturas sociais e da engenharia política o líder partidário, de origem proletária, passaria cada vez mais a ficar íntimo com os detalhes técnicos da vida pública e aumentar sua superioridade em relação às massas. Isso só seria possível graças à sua nova posição de liderança dentro do partido, por exemplo. É a partir dessa pactuação que a democracia se torna cada vez mais uma forma de governo dos melhores, uma aristocracia (Michels, 2001, p.54)

Amaral (2013, p. 13) argumenta que para Michels o desenvolvimento dos partidos seria incompatível com a manutenção de estruturas democráticas, resultando em limitações mecânicas e técnicas que restringem a participação das massas na tomada de decisões. Nesse sentido, Michels não acredita que os grandes partidos pratiquem princípios democráticos, nem tampouco que a soberania das massas seja algo possível de existir. Ambos os princípios seriam válidos apenas no plano teórico e de forma abstrata. Isso se dá pois a elite dirigente tornaria-se tão independente que seus interesses seriam diferentes dos interesses das massas. Além disso, é justamente o aspecto conservador da própria massa que possibilitaria a estabilidade desses líderes.

A perspectiva de Michels é importante para identificar as massas, conforme argumentado anteriormente, como caracterizadas não apenas como incompetentes ou inaptas politicamente, mas também assumindo uma posição passiva em relação à vida pública. Esse argumento de apatia política ou desinteresse combinado com a incapacidade das massas representa a junção de dois dos maiores argumentos contrários ao poder em suas mãos. É a partir dessa discussão das capacidades políticas dos indivíduos que autores como Walter Lippmann, Joseph Schumpeter e Anthony Downs escrevem buscando entender a maneira como os indivíduos se movimentam na esfera pública a partir de análises da psicologia política, economia, opinião pública e propaganda.

1.5 Walter Lippmann e a ficção do cidadão onicompetente

A ideia de que os cidadãos diferem nos níveis de informação, conhecimento político e na capacidade de usar conceitos ideológicos também está presente nos estudos de opinião pública. Walter Lippmann, reconhecido como pai do jornalismo moderno e um dos jornalistas mais influentes do século XX, escreveu sua obra “Public Opinion” no contexto da Primeira Guerra Mundial. Ao se aprofundar em desafios relacionados ao governo representativo e democrático e destacar as falhas no processo de formação da opinião pública, ela tornou-se influente e somou à discussão sobre o papel da imprensa e informação que os indivíduos possuem.

A trajetória de Lippmann esteve acompanhada de uma grande aproximação com o universo da política e da opinião pública. Além de auxiliar no rascunho dos Quatorze Pontos de Woodrow Wilson em janeiro de 1918, Lippmann escreveu discursos para diferentes políticos. Embora Lippmann tenha participado desse universo e desempenhado um papel direto na configuração da opinião pública, ao longo de sua atuação surgiram uma série de indagações relativas à responsabilidade dos jornalistas e à sua habilidade limitada para compreender e comunicar as notícias de maneira precisa. Dessas indagações, destacam-se principalmente a função da mídia ao apresentar informações, a essência da opinião pública em um sistema democrático e o seu impacto nas questões de interesse coletivo e os paradoxos associados à predominância da maioria no governo (Lippmann, 1922).

Em uma carta direcionada a Ellery Sedgwick em 1919, Lippmann enfatiza que a liberdade de pensamento e expressão assumiu uma nova dimensão, trazendo à tona novos desafios devido à descoberta de que é possível fabricar opiniões (*Ibid.*, p.13). Nesse sentido, o autor reconhecia que a noção de verdade não se alinhava necessariamente com as informações veiculadas pela imprensa. Em outra carta direcionada a Oliver Wendell Holmes, o autor admitiu estar profundamente inquieto com suas investigações em curso sobre opinião pública e teorias relacionadas ao governo democrático. Nesse período, Lippmann via instituições como a imprensa, a propaganda e a censura como obstáculos no percurso em direção à verdade (*Ibid.*, p.14).

Além de compreender a possibilidade de distorção dos fatos através do uso da propaganda no contexto da Primeira Guerra Mundial, o autor também questiona a relação dos indivíduos com a informação. Com inspirações no campo da psicologia política e no estudo das comunicações em massa, ele enfatiza que o ambiente externo é incrivelmente vasto e complexo,

tornando desafiador para os cidadãos compreenderem plenamente. Além disso, as sutilezas e nuances da política frequentemente escapam ao conhecimento do público em geral devido a diversos fatores como a quantidade limitada de tempo para se envolver em assuntos públicos e a dificuldade de assimilar as informações devido ao ritmo acelerado dos eventos, exigindo que elas sejam condensadas em mensagens curtas e pouco abrangentes. Como resultado, o entendimento do público sobre o funcionamento da política permanece incompleto, descrito por ele como um zumbido confuso (*Ibid.*, p.16).

Esse pensamento é fruto também de uma desconstrução do ideal do “cidadão onicompetente”, considerado uma suposição da teoria democrática clássica. Cook (1989) citando Lippmann (1922) aponta que esse mito não apenas pressupunha a ficção intolerável e inviável de que os indivíduos devem adquirir uma opinião qualificada sobre todos os assuntos públicos, mas também assumia que eles seriam consistentemente altruístas e dotados de um interesse incansável. Porto (2003) também menciona a partir de Lippmann (1922) que um dos argumentos mais fortes do pai do jornalismo é pontuar que existiam falhas no processo de formação da opinião pública. Para ele, as pessoas desenvolvem os seus entendimentos sobre o mundo de uma forma distorcida e indireta, baseadas em representações falsas da realidade, ou *pseudo-environments*.

A qualidade da informação e a circulação de ideias são dois conceitos centrais na obra de Lippmann (1922, pp.46-48). Diante do contexto da Primeira Guerra Mundial o autor chega à conclusão de que essa qualidade poderia ser afetada não apenas através do uso da propaganda para distorcer os fatos, mas também através da criação de realidades distorcidas nas mentes dos cidadãos. O problema-chave era pensar alternativas que pudessem superar percepções distorcidas moldadas por estereótipos, subjetividades, heranças culturais e pseudoinformações que determinam grande parte do comportamento dos indivíduos. Na visão dele, as pessoas vivem em sua rotina, são focadas em seus próprios assuntos e excluídas de assuntos maiores, possuem pouco contato com pessoas diferentes delas mesmas e realizam poucas leituras. Como resultado, cada um desses fatores afeta o fornecimento e a qualidade das informações e opiniões (*Ibid*, p.48).

Regalzi (2012) argumenta que, ao escrever no período entreguerras, Lippmann estava profundamente interessado na relação entre opinião pública e democracia principalmente ao constatar que a propaganda de guerra demonstrou o quão fácil era construir o consentimento e moldar opiniões. Nesse período, ele ressaltou as falhas no sistema de informação, como em 1920, ao revelar que o New York Times não conseguiu oferecer uma cobertura adequada da Revolução Bolchevique e através de trabalho intitulado "Liberty and the News", no qual

argumentou que a crise da democracia estava intrinsecamente ligada à crise do jornalismo, que não estava cumprindo adequadamente seu papel.

Além de propor reformas e profissionalização do jornalismo, a solução proposta por ele estava ancorada em uma imprensa eficaz e do uso de conselhos de especialistas. Em seu argumento sobre o governo representativo, Lippmann salienta que ele não pode ser bem-sucedido, não importa qual seja a base da eleição, a menos que exista uma organização independente e especializada para tornar compreensíveis os fatos invisíveis para aqueles que precisam tomar as decisões. Essa organização teria um caráter de formulação, responsável por antecipar decisões e seria tarefa principalmente dos cientistas políticos. A partir disso, haveria uma descentralização que permitiria aos cidadãos escaparem da responsabilidade de adquirir uma opinião competente sobre todos os assuntos públicos (Lippmann, 1922, pp. 31-32).

Ideias semelhantes também estão presentes em "The Phantom Public," de 1925. Neste trabalho, Lippmann expressa um profundo pessimismo em relação à condição humana e à democracia. Ao retomar alguns de seus argumentos, o autor observa que o homem comum foi incumbido de uma tarefa impossível, além de ser pressionado a alcançar um ideal inatingível (Lippmann, 1925, p. 10). Além disso, os acordos políticos que ocorrem nos longos intervalos entre as eleições são numerosos, complicados e obscuros para a maioria da população. Para ele, a massa observa, julga e é afetada apenas ocasionalmente, pois esses acordos são excessivamente numerosos, complexos e opacos em seus efeitos para serem o foco de um exercício contínuo da opinião pública (*Ibid.*, p. 31).

Lippmann chega a sugerir que, uma vez aceita a argumentação de que o que o público faz não é expressar suas opiniões, mas sim alinhar-se a favor ou contra uma proposta, deveríamos abandonar a noção de que o povo governa. Além disso, ele propôs que deixássemos de lado a ideia de que o povo, por meio de suas mobilizações ocasionais, apoia ou se opõe às pessoas que estão no poder. Em vez disso, devemos reconhecer que a vontade popular não exerce um comando contínuo, mas intervém ocasionalmente (Lippmann, 1925, pp. 51-52).

Conforme Marcus (2002) destaca, desde Walter Lippmann, a preocupação com o nível de informações precisas tem sido uma constante entre os cientistas políticos. As análises feitas pelo autor sobre o afastamento da experiência direta dos eleitores em relação às questões públicas são essenciais para entender a formação de opinião pública moldada pela mídia, interesses e políticos. Ao contrário de certos elitistas que compartilham parte dessa opinião, Lippmann considera essas limitações cognitivas dos indivíduos como traços intrínsecos a todos os seres humanos, dessa forma todas as pessoas, incluindo presidentes e professores seriam incapazes de agir de acordo com o ideal democrático de público (Campos, 2015). Outros

teóricos, apesar de menos pessimistas em suas conclusões, também chamam atenção para esse dilema democrático. É o caso de Joseph Schumpeter, que revive a conversa sobre a responsabilidade dos cidadãos comuns e busca explicar o alto grau de ignorância e a falta de capacidade de discernimento em relação a questões da política.

1.6 Joseph Schumpeter e a redefinição do método democrático

A ideia de que os cidadãos deveriam estar bem informados revelou-se não apenas pouco realista, mas também resultou no surgimento de novas abordagens para resolver o dilema da democracia. O economista Joseph Schumpeter, em seu livro "Capitalismo, Socialismo e Democracia", questiona a concepção de um processo democrático que emerge de uma vontade popular formada por cidadãos plenamente informados e suas vontades individuais convergindo em direção a um bem comum. Em sua visão, essa filosofia da democracia, presente ao longo do século XVIII, teria sido o farol orientador da política (2017, p.339). De acordo com essa corrente, não haveria desculpa para não enxergar o bem comum, a não ser a ignorância, ou o desinteresse. Dessa forma, as decisões relativas à vida política e social poderiam ser facilmente classificadas como boas ou ruins.

Para Schumpeter, ao aceitar os pressupostos dessa teoria política a democracia adquire de fato um significado evidente e não há nenhuma dificuldade em relação a ela, a não ser fazê-la funcionar. Nesse sentido, seria impossível chegar a uma concepção de bem comum explicitamente determinada que o povo aceitasse ou que pudesse aceitar por meio da argumentação racional, uma vez que indivíduos e grupos divergem entre o significado de bem comum. Adicionalmente, mesmo que haja um consenso na definição de um bem comum, as soluções para casos individuais não seriam igualmente claras. Isso se evidencia em situações como a saúde, um bem desejado por todos, mas que ainda assim gera divergências em questões como vacinação e vasectomia (*Ibidem*, p.342).

Apesar de criticar a concepção tradicional da vontade do povo, Schumpeter (2017, p. 343) ressalta a importância de adotar uma abordagem realista do processo democrático, levando em consideração as dificuldades na sua operacionalização e as limitações dos indivíduos. Ele adverte contra a armadilha de idealizar os resultados do processo democrático, enquanto reconhece cada vez mais as realidades desse processo, comparando isso a tentar aplicar princípios do século XVIII aos desafios modernos.

Para o economista, ainda que desconsiderássemos o bem comum, outras questões apareceriam. É o caso da obrigação em atribuir ao indivíduo uma independência e uma qualidade racional que são completamente irrealis. Schumpeter afirma que para considerar a vontade do cidadão como um fator político respeitável, essa vontade precisa, antes de mais nada, existir. Para ele,

Em outras palavras, ela [a vontade] tem de ser mais que um punhado indeterminado de vagos impulsos a girarem frouxamente em torno a *slogans* dados e a impressões equivocadas. Cada qual precisaria saber exatamente o que quer defender. Essa vontade claramente definida teria de ser implementada pela capacidade de observar e interpretar corretamente os fatos que são diretamente acessíveis a todos e de peneirar criticamente a informação sobre os fatos que não o são (Schumpeter, 2017, 344).

Em sua análise sobre a natureza humana na política, o autor também ressalta enfaticamente que o cidadão comum deveria desempenhar essa tarefa de forma independente, sem se deixar influenciar pela pressão de grupos ou propaganda. O indivíduo conforme descrito por Schumpeter é caracterizado por um senso de realidade limitado e pela falta de uma volição efetiva. Embora possua desejos, ilusões, queixas, simpatias e antipatias, esses elementos não se traduzem na verdadeira vontade, que ele define como a manifestação psicológica de uma ação decidida e responsável.

É por conta desse senso reduzido de responsabilidade e a falta de volições efetivas dos cidadãos que a sua ignorância é explicada. A informação mesmo que completa, abundante, correta e prontamente acessível não parece fazer diferença sem a iniciativa que provém da responsabilidade imediata dos indivíduos e, nesses casos, persiste a ignorância. Ao entrar no campo político, o cidadão-comum schumpeteriano desce um nível de performance mental. Ele passa a ocupar uma esfera infantilizada de interesses e torna-se primitivo novamente. Seus pensamentos tornam-se puramente associativos e afetivos (2017, p. 355).

Dessa forma, o cidadão-comum tenderia a ceder a preconceitos e impulsos irracionais relacionados às questões políticas, ainda que não houvesse nenhum grupo político empenhado em influenciá-lo. Esse comportamento seria explicado principalmente devido à fragilidade dos processos racionais que ele aplica à política e à falta de controle lógico em relação às conclusões que ele chega. Como resultado, torna-se desafiador transmitir informações imparciais ao público sobre temas políticos, uma vez que as pessoas tendem a aceitar apenas informações que confirmem suas concepções. Seria comum, conforme salienta Schumpeter, que informações e argumentos persuasivos fossem moldados em prol de interesses políticos, uma vez que as pessoas distorcem a verdade para servir a seus ideais e interesses, transformando informações genuínas em narrativas seletivas e tendenciosas.

A sua crítica à doutrina clássica da ação coletiva ultrapassa os resultados da análise empírica, apontando para a forte associação com a fé religiosa mencionada em seu trabalho. Um ideal, ou um esquema ideal de funcionamento das coisas. Em contraposição, o autor propõe outra teoria democrática, calcada na competição pela liderança política e em uma abordagem realista que define o método democrático como “o sistema institucional para chegar a decisões políticas, no qual os indivíduos adquirem o poder de decidir por meio de uma luta competitiva pelo voto do povo” (Schumpeter, 2017, p.366).

Ao contrário da teoria clássica, que atribui ao eleitorado um grau irrealista de iniciativa, praticamente desconsiderando o papel da liderança, aqui, a importância da liderança é devidamente reconhecida. Ao enfatizar que as coletividades geralmente agem mediante a aceitação da liderança, a dinâmica da ação coletiva é reconsiderada. Além disso, a escolha do eleitorado, muitas vezes enaltecida como "o chamado do povo", não surge espontaneamente, mas é artificialmente construída. No âmbito desse método democrático, para Schumpeter (2017, p.383) o papel dos eleitores não se resume a resolver problemas ou selecionar membros do parlamento. A grande iniciativa recai sobre o candidato que se apresenta para eleição e sua capacidade de angariar apoio. Portanto, os eleitores se limitam a aceitar essa candidatura em comparação com as outras ou rejeitá-la.

Os partidos políticos assumem um caráter de organização, uma tentativa de regular a luta eleitoral e podem ser definidos como grupos cujos os membros resolvem agir de maneira concentrada na luta competitiva pelo poder político. A lógica do arranjo institucional competitivo com enfoque em procedimentos e regras de competição pelo voto. De acordo com Macpherson (1977, p. 77), enquanto, por um lado, a teoria de Schumpeter é rotulada como "elitista", devido à atribuição do papel principal no processo político a líderes auto selecionados, por outro lado, sua teoria é considerada pluralista. Nesse sentido, ela parte do pressuposto de que a sociedade que possui um sistema político democrático moderno é, na verdade, uma sociedade plural, composta por indivíduos com interesses diversos que os puxam em várias direções. Além disso, a teoria é pluralista em sua concepção de uma luta competitiva entre líderes políticos pelos votos dos cidadãos.

Para Schumpeter a ideologia da democracia presente na doutrina clássica, que se baseia em uma concepção racionalista da ação humana e dos valores da vida, possui origem burguesa. Além disso, historicamente, a democracia moderna surge ao mesmo tempo que o capitalismo e em conexão causal com ele. Em resumo, ainda que o método democrático funcione igualmente em certas sociedades extra capitalistas e pré-capitalistas, a democracia moderna é apontada por ele como um produto do processo capitalista (2017, pp. 401-402).

Uma das ideias brilhantes de Schumpeter na teoria política foi a sua percepção de que os indivíduos operam com um "minimalismo informacional" em relação à política. Ao destacar que as pessoas tendem a possuir um conhecimento político limitado e muitas vezes se baseiam em informações superficiais para tomar decisões políticas, o autor lança luz sobre uma dinâmica realista da democracia. Essa noção reconhece que, em um mundo complexo e sobrecarregado de informações, os cidadãos muitas vezes operam na lógica de suas preconcepções, ideologias pré-existentes e resumos simplificados para formar suas opiniões políticas. Essa perspectiva inovadora contribuiu significativamente para a compreensão da tomada de decisões políticas nas sociedades democráticas e trouxe à tona questões essenciais sobre a qualidade da informação e a influência da liderança política na formação da opinião pública.

Como observado por Cook (1989), é notável que a teoria elitista tenha demonstrado relativamente pouca preocupação em relação à ignorância dos cidadãos, especialmente por constatar que o sufrágio masculino universal não resultou na temida tirania da classe trabalhadora, como havia sido temido quando foi introduzido no final do século XIX. Na realidade, na teoria elitista, também conhecida como teoria do equilíbrio, a apatia e a ignorância eram vistas como elementos funcionais para a democracia. Nesse contexto, uma participação exagerada poderia ser percebida como potencialmente desestabilizadora em uma sociedade industrial complexa.

Vale ressaltar que, conforme Porto (2003) enfatiza, os autores que apontam a falta de conhecimento dos cidadãos comuns muitas vezes propõem uma abordagem elitista para enfrentar o dilema democrático. Nesse contexto, a "incapacidade" das pessoas em compreender questões públicas complexas seria atenuada pelo papel desempenhado por especialistas e elites. Sob essa perspectiva, essas soluções para o paradoxo da política de massa podem restringir de maneira perigosa o funcionamento do regime democrático, criando a possibilidade de oligarquias que não representam verdadeiramente as preferências dos cidadãos.

No final da década de 1960, um novo paradigma começou a ganhar proeminência na ciência política: a teoria da escolha racional (Porto, 2003). O surgimento da teoria da escolha racional trouxe consigo uma compreensão renovada do papel da informação política dos cidadãos. Ao enfatizar que os indivíduos tomam decisões políticas com base na racionalidade instrumental, avaliando cuidadosamente os custos e benefícios para maximizar seus próprios interesses a partir de informações disponíveis, há uma maior ênfase na relevância do acesso à informação, na qualidade das fontes de informação e nos custos de processamento das informações. Um dos precursores desse debate é Anthony Downs.

1.7 Anthony Downs e o cálculo sobre a movimentação na política

Em seu livro, "Uma Teoria Econômica da Democracia", Anthony Downs formula uma teoria do cidadão comum moderno que está apenas minimamente envolvido na política. Seu trabalho é importante pois contém uma das poucas discussões explícitas sobre a cidadania informada no mundo moderno e é invocado frequentemente por cientistas sociais e políticos para explicar os baixos níveis de informação, conhecimento e interesse dos cidadãos em estados democráticos liberais.

De maneira axiomática, modelística e dedutiva, Downs aplica métodos e suposições da teoria econômica marginalista ao comportamento dos indivíduos no mercado político e propõe um modelo de democracia em que todos os atores são assumidos como motivados pelo interesse próprio. Os cidadãos, dessa forma, são tomadores de decisão racionais, responsáveis por votar no partido que é capaz de proporcionar mais benefícios do que outros. A fórmula downsiana coloca diante do cidadão a necessidade de agregar informações não somente sobre o passado e o futuro, candidatos ou partidos, mas também sobre os efeitos dessas decisões para sua vida, sua renda e o seu bem-estar.

Aqui, a carga de informações é maior do que no modelo schumpeteriano e uma constatação é clara: o indivíduo se movimenta na política minimizando os seus custos de informação, por meio de atalhos cognitivos (shortcuts) que auxiliam na economia dos custos informacionais. De maneira semelhante, a incerteza assume um papel importante na obra de Downs. Para ele (1957, p.77), ela se refere a qualquer falta de conhecimento seguro sobre o curso de eventos passados, presentes, futuros ou hipotéticos e pode variar em termos de sua remoção, intensidade e relevância. Além disso, a maioria das incertezas pode ser eliminada por meio da aquisição de informações, desde que uma quantidade suficiente de dados esteja disponível.

Seguindo a teorização de Cook (1978), para nossos propósitos, a característica mais interessante do argumento de Downs diz respeito à relação entre informação e racionalidade do cidadão. Downs reconhece que os cidadãos vivem em um ambiente de incerteza e informação imperfeita. Uma vez que um certo nível de informação é necessário para tomar qualquer decisão, então os cidadãos precisam de regras para ajudá-los a determinar quanto de informação necessitam. Para ele, a regra básica de decisão é que o cidadão invista recursos na obtenção de dados até que o retorno marginal da informação iguale seu custo marginal. Nesse ponto, ao

assumir retornos marginais decrescentes, custos marginais crescentes ou ambos, ele possui informações suficientes e toma sua decisão (1957, p.215).

Essas diretrizes estão subjacentes a qualquer processo de tomada de decisão racional que envolva informações. Além disso, a tomada de qualquer decisão presume que o indivíduo já possui um conhecimento mínimo, caracterizado pela consciência de que uma decisão precisa ser feita e a compreensão geral do contexto dela. Ao considerar o exemplo do voto, Downs destaca que um eleitor precisa adquirir informações básicas, como a data da eleição, o número de partidos concorrentes, seus nomes e os procedimentos de votação, entre outros. Ele sugere que o fluxo contínuo de informações gratuitas, presente em todas as sociedades, já teria fornecido a esse eleitor o conhecimento mínimo necessário antes de ele começar a avaliar a necessidade de adquirir informações adicionais (1957, p. 215).

Seguindo esse princípio, Downs descreve como todos os cidadãos se deparam com um conjunto de informações gratuitas ou subsidiadas fornecidas por partidos políticos, governo, mídia de massa, grupos de interesse, amigos e conhecidos, mídia de entretenimento e outras fontes incidentais. Se os cidadãos desejarem mais informações além do que está disponível gratuitamente, eles devem pagar custos de transação para obtê-las. Apesar disso, mesmo as informações gratuitas devem induzir alguns custos como a disponibilidade de tempo para absorver as informações e os custos de capital envolvidos em obter acesso aos canais de informação gratuitos.

Outro fator que influencia a quantidade de informações gratuitas que os indivíduos recebem é a natureza de seus contatos informais, tanto no trabalho quanto durante o tempo de lazer. Em seu argumento, os tipos de dados que um homem obtém por meio desses contatos varia com sua classe social e com a porcentagem de seus contatos que atravessam as linhas de classe social. Assim, é como dizer que o presidente de uma grande empresa muitas vezes recebe informações de importância política nacional em conversas com seus colegas, enquanto um lavador de pratos pode nunca ouvir falar de política. Da mesma forma, a quantidade de tempo dedicada para se informar é fundamental. Homens que têm tempo livre ou cuja programação de trabalho inclui tempo para absorver informações têm a maior oportunidade de assimilar dados gratuitos.

Seguindo a lógica do modelo de Downs (1957), é racional para os cidadãos reduzirem ao máximo os custos de obtenção de informações, o que pode ser feito de várias maneiras. Por exemplo, eles podem optar por seguir atalhos cognitivos e informacionais e votar em partidos políticos com base na ideologia partidária em vez de realizar uma análise detalhada das políticas (p.98). Além disso, os cidadãos podem aproveitar informações adicionais gratuitas de fontes

personais e midiáticas, embora depender destas últimas envolva abrir mão do controle sobre os princípios de seleção de informações pelos operadores de mídia. Os cidadãos também podem "delegar" as funções de análise e avaliação de informações a especialistas profissionais, indivíduos de confiança ou grupos de interesse (1957, p. 230-231)

Na visão do economista, para a maioria dos cidadãos não é racional buscar grandes quantidades de informações políticas. Nem os cidadãos fortemente comprometidos com um partido nem os apáticos têm muito incentivo para obter mais informações. Para os cidadãos com preferências fortes por um partido, seria necessária uma grande quantidade de informações custosas para mudar de opinião, o que implicaria em um gasto irracional. Já para o cidadão apático, uma vez que eles não se importam com o resultado da eleição, não faz sentido investir em informações.

Uma razão adicional pela qual muitos cidadãos fazem uma escolha racional de não investir na busca por informações políticas é baseada em um cálculo utilitário dos benefícios esperados de tomar uma decisão informada ou não. Ao considerar que o voto individual tem praticamente nenhuma probabilidade de influenciar o resultado e que, independentemente da decisão informada ou não, os benefícios serão distribuídos igualmente na sociedade, o indivíduo é motivado a evitar os custos associados. Dessa forma, ele se abstém de adquirir informações suficientes para descobrir suas verdadeiras opiniões.

É interessante observar que Downs (p. 245-246) reconhece que essa concepção de racionalidade entra em choque direto com a ideia tradicional de boa cidadania em uma democracia, e o próprio conceito de governo representativo perde significado se o eleitorado não possuir opiniões a serem representadas. Em resumo, esse conflito decorre da simultaneidade de duas proposições aparentemente contraditórias: (1) cidadãos racionais desejam que a democracia funcione bem para colher seus benefícios, e ela funciona melhor quando o eleitorado está bem informado; e (2) é individualmente irracional estar bem informado. Nesse contexto, a racionalidade individual parece entrar em conflito com a racionalidade social, ou seja, os objetivos que as pessoas buscam como indivíduos contradizem aqueles que buscam como membros da sociedade.

Apesar de reconhecer o valor da informação política, pois auxilia os cidadãos na tomada de decisões mais acertadas, Downs argumenta que é irracional estar bem informado politicamente, uma vez que os benefícios proporcionados pela informação não justificam seus custos. Portanto, muitos eleitores não se preocupam em descobrir suas verdadeiras opiniões antes de votar e a maioria dos cidadãos não possui conhecimento suficiente para influenciar diretamente a formulação de políticas que os afetam.

Therefore, many voters do not bother to discover their true views before voting, and most citizens are not well enough informed to influence directly the formulation of those policies that affect them. These results demonstrate that true political equality is impossible even in democracies as long as (1) uncertainty exists, (2) there is a division of labor, and (3) men act rationally (Downs, 1957, p.259).

A contribuição de Downs é, de fato, paradigmática. Ao apresentar o pressuposto de que os indivíduos fazem suas escolhas dentro dos limites da racionalidade instrumental, sua contribuição foi importante para consolidar o diagnóstico de que cidadãos comuns são capazes de tomar decisões consistentes e racionais. Apesar disso, diferentes apontamentos foram feitos em relação à sua teoria. Downs (1957, p.33) propõe que o modelo de análise de um "mundo certo", caracterizado por um contexto de informação perfeita, serve como uma norma positiva para determinar o impacto da incerteza e o custo da informação na democracia. No entanto, em sua visão, o mundo da informação perfeita é tão radicalmente diferente de qualquer "mundo incerto" que não seria possível levar seu modelo de informação ideal muito longe.

De fato, conforme afirma Porto (2003) o paradigma tendeu inicialmente a sustentar o pressuposto da economia neoclássica de que os consumidores decidem em uma situação de "informação perfeita". Esse pressuposto foi revisitado por outros autores que constataram, na realidade, um contexto de "informação perfeita" no qual os eleitores possuem poucas informações. Em razão disso, autores dessa tradição propuseram análises mais realistas combinando um cenário de racionalidade mesmo com baixos níveis de informação.

Outra crítica feita diz respeito à dificuldade de realização do cálculo quando o retorno marginal da informação se iguala ao seu custo marginal. Baseado nessa premissa os cidadãos deveriam decidir o valor de uma informação que não possuem para poder determinar se vale a pena ou não ter o trabalho de coletar esta informação (Elster, 1986; Green e Shapiro, 1994, Porto, 2003). A partir desse cenário, a expectativa de que os cidadãos avaliam racionalmente como coletar informação soa bastante irrealista. Além disso, um ponto central trazido por Porto (2003) é a existência de outras fontes e recursos de informação, como a comunicação audiovisual das televisões, que reduziriam consideravelmente os custos envolvidos na coleta de informação e demandariam menos esforço do que outros meios de comunicação. O acesso à informação foi mundialmente transformado devido à ascensão de novas tecnologias e principalmente a internet, dessa maneira as dinâmicas de custo e retorno não seriam facilmente parametrizadas pelos indivíduos.

Para John Plamenatz (1973) o erro de Downs é concluir que, como informações perfeitas não são possíveis, é geralmente racional para um cidadão permanecer mal-informado. Em contraste, Plamenatz sugere que diferentes papéis políticos exigirão diferentes tipos e níveis

de informação. Para ele, a divisão do trabalho na vida social e política inevitavelmente leva a desigualdades de informação, mas isso não impede que os cidadãos comuns obtenham informações suficientes para julgar se sua confiança em líderes políticos é justificada. Além disso, o eleitor, ao votar, não toma de maneira incompetente uma espécie de decisão que o especialista ou o líder político toma com mais competência; ele toma uma decisão de natureza diferente. Não seria possível aplicar a ele os mesmos critérios de compreensão e racionalidade aplicada ao especialista ou ao líder.

Apesar desses apontamentos, o modelo proposto por Downs teve uma influência significativa no estudo do comportamento político. Essa ênfase no papel da informação política influenciou estudiosos a começarem a medir o nível de informação política dos indivíduos, desenvolvendo pesquisas e questionários para avaliar o grau de compreensão política dos eleitores, incluindo seu conhecimento sobre questões políticas, instituições, partidos políticos e candidatos. No início das aplicações em 1930, a ciência política já apontava para o fato de que os cidadãos comuns possuíam um baixo nível de informação política, opiniões em grande parte incoerentes e não demonstravam grande interesse pela política. A discussão começou com os primeiros trabalhos da Escola de Columbia (Lazarsfeld et al., 1944), continuou com a Escola de Michigan (Campbell et al., 1960) e decolou com o artigo seminal de Converse (1964). Desde então, a pesquisa na área de conhecimento político evoluiu, e novas abordagens e instrumentos de pesquisa foram desenvolvidos para medir o nível de informação e a compreensão política dos cidadãos.

2 MENSURAÇÕES DA POSSE DE INFORMAÇÃO

As duas verdades mais simples que conheço sobre a distribuição de informações políticas nos eleitorados modernos são que a média é baixa e a variância é alta.

Converse 1990, p. 372

2.1 As origens da sofisticação política

Segundo Porto (2003), o surgimento e desenvolvimento de técnicas para investigar a opinião pública nas ciências sociais no início do século XX, especialmente por meio de pesquisas e métodos de amostragem, proporcionaram uma base empírica e científica para a análise dos níveis reduzidos de informação dentro do público em geral. Desde então, conforme Batista Pereira (2010) afirma, diversos termos foram usados para designar a existência do domínio e do uso das informações e conceitos próprios dos assuntos da política. Entre eles, destacam-se a sofisticação (Neuman, 1986; Luskin, 1987, 1990; Sniderman, Brody e Tetlock, 1991; Castro, 1994, Batista Pereira, 2010), conhecimento (Delli Carpini e Keeter, 1996; Niemi e Junn, 1998) e expertise (Krosnick, 1990). Sabe-se que os primeiros estudos remontam pelo menos a 1947, quando Herbert Hyman e Paul Sheatsley publicaram o artigo “Some Reasons Why Information Campaigns Fail”. No estudo, os autores buscaram medir o conhecimento factual sobre cinco fatos políticos importantes relacionados a assuntos internacionais. Apesar dos resultados terem mostrado que a população diverge em relação ao conhecimento sobre esses cinco itens, de maneira geral, os níveis de informação política na população americana eram lamentavelmente baixos.

Em seu estudo clássico "Voting" (1954), Berelson e seus colegas pesquisadores da Universidade de Columbia também concluíram que existiam algumas variações importantes entre o tipo ideal de cidadão democrático, supostamente motivado para participar da política, e o cidadão comum americano. O estudo conduzido por eles baseou-se na maneira como mil cidadãos que viviam em Elmira, Nova York, tomaram suas decisões nas eleições de 1948 entre Harry Truman e Thomas Dewey. A conclusão dos autores aponta para uma lacuna entre teoria e prática.

The democratic citizen is expected to be well informed about political affairs. He is supposed to know what the issues are, what their history is, what the relevant facts are, what alternatives are proposed, what the party stands for, what the likely consequences are. By such standards the voter falls short. Even when he has the motivation, he finds it difficult to make decisions on the basis of full information when the subject is relatively simple and approximate; How can he do so when it is complex and remote? (Berelson et. al., 1954, p. 308).

Um dos marcos importantes na tentativa organizada de medir não apenas o conhecimento político, mas as lacunas cognitivas dos cidadãos, foi a criação do "Modelo de Michigan" nos anos 1950 e 1960. Através dele, pesquisadores da Universidade de Michigan, como Angus Campbell, Philip Converse, Donald Stokes e Warren Miller, desenvolveram uma série de estudos e questionários e se tornaram pioneiros na aplicação de pesquisas de opinião pública e na medição do nível de conhecimento político da população. É interessante notar que há na obra uma crítica ao consenso dos analistas da época, que consideravam os resultados eleitorais como produtos da mudança nas preferências ideológicas dos eleitores ou no movimento dos partidos em um contínuo esquerda-direita. Conforme afirma Vasilopoulos (2012), esse ponto de vista implicava tanto que grandes segmentos eleitorais tinham preferências políticas claras e coerentes, precisamente localizadas na escala esquerda-direita, quanto o fato de que o eleitorado estaria ciente dos movimentos dos partidos no mesmo contínuo esquerda-direita.

Campbell, Converse, Miller e Stokes testaram essas hipóteses nas eleições de 1952 e 1956 dos Estados Unidos, investigando a "sofisticação conceitual" do eleitorado, definida como a capacidade dos entrevistados de pensar sobre os partidos políticos e candidatos em termos ideológicos abstratos, a diferenciação do "mundo político" do entrevistado, bem como o "grau de exatidão" entre os elementos que eram discriminados. O argumento central dos autores está presente na metáfora do funil de causalidade (Campbell et.al., 1960, p.24), que representa o processo de formação de preferências e atitudes políticas dos eleitores. O funil é uma representação visual que descreve um processo de redução gradual das opções disponíveis à medida que os eleitores se aproximam de uma decisão final. Nesse funil encontram-se três dimensões importantes: fatores exógenos versus condições relevantes, condições pessoais versus externas e condições políticas versus condições não-políticas.

Além da composição desse funil representada pelas dimensões citadas, há ainda uma variável de processamento relacionada à comunicação e "tradução política" dos eventos, relacionada à análise de veículos de comunicação, como a mídia de massa e a comunicação interpessoal, em relação às condições que um objeto se desloca de uma área não-política do funil para uma área política (Campbell et.al., 1960, p.29-32). Para testagem desse argumento, seis dimensões foram analisadas, incluindo como o eleitor se sentia em relação ao candidato Democrata e ao candidato Republicano, como cada partido administra os assuntos do governo, questões relacionadas aos interesses de grupo, questões de política doméstica e questões de política externa. A partir dos resultados, os pesquisadores puderam categorizar as respostas em um *framework* de quatro níveis de conceitualização (levels of conceptualization ou LoC).

Em resumo, o Nível A englobava entrevistados que conceituavam a política em termos ideológicos abstratos, como o contínuo liberal-conservador. O Nível B incluía aqueles que adotavam a ideologia de seus grupos (por exemplo, empresários, sindicatos), sem compreender completamente o significado dos termos ideológicos. No Nível C estavam os entrevistados que se baseavam em critérios de bondade e maldade e associavam a sua situação atual (como guerra ou recessão) ao partido no poder. Por fim, o nível mais baixo consistia em entrevistados que avaliavam partidos e candidatos sem considerar questões políticas, baseando-se em termos morais e características pessoais dos candidatos (Campbell et.al., 1960, p.222-223).

Baseando-se na pesquisa de “The American Voter” Converse em seu trabalho “The nature of belief systems in mass publics” (1964) desenvolveu cinco níveis de conceitualização política. Uma diferença notável é a segmentação do nível A mostrado anteriormente, incluindo “ideólogos”, eleitores que usavam ativamente uma dimensão conceitual abstrata para avaliar questões políticas, e “quase ideólogos”, que faziam referência à ideologia de forma mais periférica ou com dúvidas sobre sua compreensão. Além disso, Converse introduziu um teste para medir a sofisticação política, no qual os entrevistados eram questionados se viam um partido como mais conservador ou mais liberal que o outro e tinham que justificar sua escolha. Isso ajudou a avaliar o grau de sofisticação política do público.

É interessante pontuar que Converse ampliou a pesquisa de Campbell et al. (1960) sobre a falta de conhecimento político do público em massa nos Estados Unidos, principalmente ao propor o conceito de sistema de crenças¹² e investigar se o público compartilhava crenças comuns com as elites políticas. Ao analisar conjuntos de atitudes políticas, ele descobriu que, enquanto as elites políticas pareciam manter um conjunto restrito de atitudes, isso não ocorria com o público em geral, cujas crenças pareciam seguir um padrão aleatório. Através de uma pesquisa em painel que avaliou a consistência das atitudes e a estabilidade do eleitorado americano em relação às perguntas básicas de política, o autor reforçou seu argumento ao constatar que apenas 13 entre 20 pessoas conseguiram manter a mesma posição em relação a uma controvérsia quando interrogadas sucessivamente. A interpretação de Converse foi que essa mudança parecia quase exclusivamente aleatória, em vez de uma resposta a mudanças de

¹² Converse (1964, p.207) define um sistema de crenças como uma configuração de ideias e atitudes em que os elementos estão interligados por alguma forma de restrição ou interdependência funcional. Essa restrição pode ser vista como a capacidade de prever as ideias e atitudes de alguém com base em seu conhecimento inicial de uma única atitude. Isso seria usado implicitamente para fazer julgamentos sobre as crenças políticas das pessoas. Para ele, a maioria das discussões sobre ideologias pressuporiam essas restrições, que variam em grau e podem ser medidas através da média entre os indivíduos.

crenças. Por outro lado, os resultados também revelaram que 10 em cada 20 poderiam fazer a mesma coisa por mero acaso (Converse, 1964, p.239).

De acordo com Vasilopoulos (2012) a conclusão de Converse é uma das descobertas mais debatidas na história da ciência política, quando ele afirma que grandes porções de um eleitorado não possuem crenças consistentes, mesmo em questões que serviram de base para acaloradas disputas políticas entre as elites por longos períodos de tempo (1964, p.245). Além disso, Vasilopoulos (2012) destaca uma conclusão adicional decorrente da pesquisa de Converse (1964), ao revelar que, para além dos níveis gerais de sofisticação política, emerge a existência de distintos "públicos de questões" em relação a diferentes assuntos políticos. Isso implica que cada questão relevante na agenda política atrai seu próprio grupo de cidadãos interessados, que, em alguns casos, são únicos, mas, em outros, se sobrepõem a outros públicos de questões. Esses públicos de questões tendem a apresentar uma notável estabilidade em suas atitudes quando se trata de seus assuntos políticos específicos. Descobriu-se que um reduzido segmento do eleitorado fazia parte de todos os "públicos de questões" analisados por Converse, ainda que a maioria dos entrevistados não possuísse conhecimento acerca de nenhum dos temas.

A teoria de Converse sobre a ignorância pública em questões políticas e a falta de coesão nas atitudes das massas pavimentou o caminho para a criação de um novo domínio de pesquisa no campo do comportamento político, ao mesmo tempo em que moldou o cenário de um diálogo acadêmico produtivo. Diversas pesquisas realizadas nas décadas de 1960, 1970 e 1980 se dedicaram a aprimorar teoricamente e metodologicamente o conceito recém-introduzido de níveis de conceitualização. Essas pesquisas indicavam principalmente um aumento no pensamento ideológico do eleitorado ao longo dessas duas décadas.¹³

Apesar disso, é preciso mencionar que o modelo proposto por Converse não permaneceu isento de críticas. Entre elas destaca-se principalmente aquela feita por Smith (1980) acerca da baixa confiabilidade das escalas. Seu argumento central é que os critérios usados pelos eleitores para avaliar partidos e candidatos deveriam permanecer relativamente estáveis ao longo do tempo. A crítica, no entanto, foi rebatida por autores como Pierce e Hagner (1982) e Cassel (1984), que utilizam a medida original dos níveis de conceitualização proposto por Converse (1964) e apontam para a importância da teoria e das regularidades previsíveis através dela.

Apesar de ter havido um debate intenso sobre o assunto, o interesse em explorar os níveis de conceitualização e seu valor como ferramenta para mensurar a sofisticação política

¹³ Field and Anderson (1969), Pierce (1970, 1975), Miller and Miller (1976), Stimson (1975), Nie et al. (1979), Knight (1985), Luskin (1987), Smith (1980) Como resultado, ela atraiu um considerável grau de críticas de diferentes perspectivas teóricas (por exemplo, Sartori 1969, Achen 1975, Inglehart 1985).

declinou no final das décadas de 1980 e início da década de 1990, como apontado por Vasilopoulos (2012). Nesse período, a pesquisa começou a dar maior ênfase a abordagens esquemáticas e considerações normativas associadas ao conceito de sofisticação política. Nessa nova mirada, estão autores como como Jackson e Marcus (1975), Fiske e Kinder (1981), Graber (1982) entre outros, que buscaram ir além dos níveis de conceitualização, utilizando outro conceito proposto pelo autor para pensar a sofisticação política: a restrição de atitude.

O conceito de restrição de atitude (ou *attitude constraint*) de Philip Converse (1964) teve um impacto significativo na pesquisa sobre comportamento político e na compreensão da natureza do pensamento político dos eleitores e se refere à ideia de que a maioria dos cidadãos não possui uma estrutura de atitudes políticas coerente e consistente. Converse argumentou que os eleitores em democracias não têm um conjunto estável de atitudes políticas interligadas, o que significa que eles não têm uma visão política abrangente e sistêmica que guia suas escolhas políticas. Em vez disso, para ele, a maioria das pessoas forma suas opiniões políticas com base em questões individuais e específicas, e essas opiniões podem ser inconsistentes ou desprovidas de uma lógica ideológica subjacente. Em resumo, a restrição de atitude aponta para a falta de coerência nas atitudes políticas da maioria dos cidadãos e a variabilidade de suas opiniões políticas em diferentes questões.

A partir desse conceito, diferentes abordagens foram propostas para expandir teórica e metodologicamente a maneira de interpretar a sofisticação política. Jackson e Marcus (1975), por exemplo, apontaram que diferentes eleitores podem utilizar diferentes dimensões ideológicas para decidir sobre as mesmas questões. Além disso, a restrição, na visão dos autores, poderia ter várias conotações ideológicas em vez de estar apenas ligada à escala liberal-conservador. Fiske e Kinder (1981) também expandem a análise da sofisticação política baseada na restrição de atitude ao incorporar uma abordagem derivada da psicologia cognitiva e introduzir o conceito de esquema (*scheme*). Em resumo, os esquemas seriam “pacotes organizados de informações sobre o mundo, eventos ou pessoas, armazenados na memória de longo prazo” (Eysenck e Keane 2005), responsáveis por orientar o processamento de novas informações e a recuperação de informações armazenadas. Para eles, haveria uma distribuição e disponibilidade desigual de esquemas entre as pessoas que eram menos especializadas e envolvidas politicamente.

Da mesma forma, Graber (1982), somou às chamadas “teorias esquemáticas” ao buscar identificar o impacto dos esquemas nas formas de processamento de notícias pelos indivíduos. Através de entrevistas aprofundadas, a autora argumenta que há uma desigualdade em relação à distribuição de estruturas esquemáticas simples e complexas nas massas. No geral, as teorias

esquemáticas argumentam que as pessoas se baseiam em "chunks of knowledge", partes conceituais e interconectadas de conhecimento e informação que podem ser agrupadas, como fatos, dados ou até mesmo habilidades, armazenadas na memória de longo prazo para interpretar questões políticas, assimilar novas informações políticas e avaliar partidos e candidatos. A maioria das abordagens teóricas esquemáticas concorda que grande parte do público utiliza esquemas simples e às vezes isolados, enquanto apenas uma pequena minoria se baseia em esquemas abrangentes e interconectados.

É interessante notar que as “teorias esquemáticas” não apresentam uma explicação original sobre como o público aborda questões políticas, mas apenas reinterpreta a abordagem de Converse sobre a restrição ideológica em um formato conceitual inovador (Vasilopoulos, 2012). Além disso, as teorias esquemáticas apresentadas acima não são imunes a críticas, e diversas questões e desafios foram levantados em relação a essa abordagem. Se por um lado Fiske e Kinder (1981) criticaram a abordagem de Converse (1964) sobre ideologia como sendo muito restrita para captar a complexidade dos métodos que o público utiliza para decidir sobre questões políticas, por outro lado Kuklinski, Luskin e Bolland (1991) fizeram críticas contundentes ao emprego de esquemas na psicologia política, alegando que a mensuração estava sendo conduzida de maneira inadequada, com aplicações meramente superficiais e cosméticas (Lawrence, 2003) e que, em geral, não proporcionavam *insights* adicionais em relação a conceitos semelhantes, como mapas cognitivos e atitudes.

O interesse na teoria dos esquemas diminuiu durante a década de 1990, principalmente como resultado das críticas teóricas e metodológicas (Vasilopoulos, 2012). Ainda que alguns fundamentos conceituais tenham permanecido em outros trabalhos relacionados ao campo da cognição social, pouco a pouco os esquemas foram caindo em desuso na ciência política e na psicologia política, dando lugar a uma teorização duradoura relacionada ao conhecimento político e aos níveis de informação dos eleitores.

2.2 A medida de sofisticação política: conhecimento político e nível de informação

Conforme evidenciado anteriormente, a discussão ao redor da informação política anda lado a lado com o tema da sofisticação política, que se torna para parte da ciência política um fator crítico para o exercício da cidadania (Delli Carpini e Keeter, 1996). Em um sentido mais amplo, os cidadãos quando informados politicamente conseguiriam identificar seus interesses, deliberar sobre assuntos diversos e participar das decisões políticas para além das eleições.

Trabalhos mais recentes na linha psicológica têm produzido medidas de sofisticação política que se baseiam no conceito mais amplo de "expertise", muito utilizado usado na psicologia cognitiva, principalmente na década de 90 (Krosnick, 1990).

In cognitive psychology expertise refers to ‘highly skilled, competent performance in one or more task domains’ (Sternberg and Ben Zeev 2001, p. 365). Expertise has been a much discussed topic in cognitive psychology with regards to many aspects of human behavior, such as algebra, chess, bridge or even taxi driving (Vasilopoulos, 2012, p.31).

Fiske, Kinder e Larter (1983) foram os primeiros a testar a hipótese chamada “novice-expert”. Essa hipótese sugere que os especialistas políticos (experts), aqueles com um conhecimento mais profundo e uma compreensão mais abrangente da política, processam informações políticas de maneira diferente dos novatos ou leigos (novices). Além disso, investigava se a capacidade conceitual adicional dos especialistas políticos (experts) os conduzia a adotar diferentes estratégias de tomada de decisão, influenciadas por uma melhor organização cognitiva.

O que os autores descobriram, ao medir a *expertise* política a partir de itens como participação política e interesse político, foi que os novatos ou leigos (novices) levavam em consideração apenas as informações que eram consistentes com suas expectativas anteriores, enquanto os especialistas (experts) se concentravam e assimilavam tanto informações consistentes quanto inconsistentes como resultado de sua maior capacidade cognitiva e ampla gama de exposição seletiva. Embora Fiske, Kinder e Larter tenham medido a expertise política por meio de itens de participação política e interesse político, eles enfatizam que a expertise política inclui a integração desses dois itens e o conhecimento político. A sugestão dos autores é que a sofisticação política é o resultado da aquisição de conhecimento sobre o universo da política.

Experts have more chunks of knowledge, and the chunks themselves contain more concepts (Chase & Simon, 1973). In addition, however, the structure of knowledge apparently changes. As people become more expert, their knowledge becomes more organized. Experts may have a more tree-like structure (McKeithen, Reitman, Rueter, & Hirtle, 1981), or they may simply have more and stronger links among concepts (Chi & Koeske, in press). In any case, the cohesion of the organized knowledge seems to be greater in experts’ memory. Expert knowledge, then, may contain more concepts, larger chunks, and more linkage among the concepts (Fiske et.al., 1983, p. 384).

O grande pontapé dado pelos autores é indicar que, caso fosse possível medir a expertise política de uma pessoa, seria possível dessa forma entender o seu nível de sofisticação política. Nesse sentido, a expertise política para eles estaria associada ao conjunto interligado de conhecimento, interesse e participação política dos indivíduos (Fiske et.al., 1983, p. 385). Em uma linha semelhante, Neuman (1986) sugere uma definição de sofisticação política que se

origina a partir de uma relação de vai e vem entre a pesquisa teórica e empírica (Vasilopoulos, 2012).

Na abordagem de Neuman (1986), a sofisticação política pode ser definida a partir de três fatores: “political salience” (interesse ou importância política, medida com base no interesse individual, atenção e envolvimento com a política), “political knowledge” (conhecimento político, medido com base em itens de conhecimento factual, notadamente o conhecimento do que o governo é ou faz) e “political conceptualization” (conceitualização política, baseada principalmente no sistema de crenças, níveis de conceitualização de Converse (1964) e na capacidade de integrar conceitos políticos). Cada um desses componentes seriam etapas de um processo muito maior.

Interest and attentiveness to political life lead to the gradual accumulation of a reservoir of factual knowledge, which in turn manifests itself in political conceptualization, that is knowledge in use’ (Neuman, 1986, p. 54).

A partir do legado teórico de Philip Converse, Neuman (1981) também enfatizou a necessidade de distinguir conceitualmente a sofisticação política da ideologia através de duas dimensões importantes: a diferenciação conceitual, que se refere à capacidade de identificar e discriminar vários assuntos, pessoas e fatos da política; e a integração conceitual, que envolve a organização de ideias e assuntos políticos em construtos mais abstratos (Neuman, 1981, p. 1237 *apud* Batista Pereira, 2010). O autor chegou a essa conclusão através de um estudo que envolveu 137 entrevistas em profundidade, com duração de uma hora, sobre política nacional. Cada entrevista foi gravada em fita, transcrita e codificadores treinados analisaram as transcrições registrando cada referência espontânea a um objeto ou questão política e as ligações que o entrevistado estabeleceu entre eles. De acordo com os achados, houve uma variação marcante tanto no número de referências políticas feitas quanto nos padrões de ligação. Além disso, muitos entrevistados responderam repetidamente a perguntas políticas em termos estritamente pessoais.

Os resultados encontrados por Neuman (1981) indicaram que a variação na diferenciação e integração conceitual é algo mensurável (embora por meio de um procedimento de análise de conteúdo um tanto trabalhoso, conforme ele mesmo afirma) e que essas duas dimensões de organização cognitiva têm origens e efeitos únicos nas opiniões e comportamentos políticos. Dentre todas as conclusões de Neuman, uma merece destaque que, conforme o autor mesmo coloca, subjaz toda a sua análise: até que ponto os eleitores menos sofisticados e atentos são mais facilmente propagandeados e manipulados?

Embora os achados não indiquem que aqueles com pontuações mais baixas em diferenciação ou integração conceitual sejam mais facilmente manipulados por símbolos ou argumentos políticos, algumas questões intrigantes são colocadas por Neuman. Ao citar o estereótipo do "homem do Missouri", que representa os cidadãos que organizam suas respostas ao governo por meio de um mecanismo direto de recompensa e punição eleitoral, o autor aponta para possibilidade de que tais indivíduos sejam menos manipuláveis do ponto de vista retórico, uma vez que supervalorizam os resultados concretos dos governantes. Dessa maneira, Neuman pondera que pode ser que os cidadãos mais sofisticados e orientados por questões abstratas sejam na verdade mais, e não menos, suscetíveis às estratégias manipulativas das elites políticas (Neuman, 1981, p.1266).

Lado a lado com a teorização de Neuman, Luskin (1987) é um dos mais importantes autores que trabalham a sofisticação política e foi o primeiro a tentar conciliar várias abordagens teóricas e metodológicas ao conceito de sofisticação política. Conforme afirma Lawrence (2003) ele primeiro observou que a maioria das pesquisas sobre sofisticação passava rapidamente pela definição, confiando em uma citação de Campbell et al. (1960) ou Converse (1964) para fazer todo o resto. Em primeiro lugar, Luskin busca definir o conceito de forma ampla.

More precisely, a person is politically sophisticated to the extent to which his or her political cognitions are numerous, cut a wide substantive swath, and are highly organized, or "constrained". Some psychologists write in this vein of cognitive complexity, meaning the extent to which a person's cognitions of some stimulus domain are both highly differentiated (roughly, numerous and wide-ranging) and highly integrated (organized or constrained) (Luskin, 1990, p. 332).

Conforme bem destacado por Batista Pereira (2010), Luskin utiliza termos diferentes para se referir às mesmas dimensões da sofisticação política mencionadas anteriormente e utilizadas por Neuman. As três dimensões inicialmente enfatizadas por ele são: o tamanho ou o número de informações do cidadão; a amplitude de assuntos que tais informações cobrem no universo da política e a organização ou a interconexão entre as informações ou cognições políticas possuídas pelo cidadão. Posteriormente, no entanto, Luskin acabou destacando a possibilidade de interpretar as duas primeiras dimensões (tamanho e amplitude) como correspondentes à ideia de diferenciação conceitual de Neuman, e também admitiu que o que ele chama de organização poderia ser incorporado pela noção de integração conceitual (Batista Pereira, 2010).

Luskin indicou que as cognições políticas não poderiam ser quantificadas diretamente, mas sim inferidas a partir das ações e palavras de uma pessoa (1987, p. 864). Apesar disso, algumas medidas seriam mais diretas e eficazes do que outras. É a partir desse contexto que

Luskin (1987, 1990) desenvolve uma abordagem multifacetada para medir a sofisticação política, que inclui uma avaliação cuidadosa dos níveis de conceitualização, posicionamento de atores e partidos políticos, assim como o nível de informação factual. Na perspectiva dele, a simples abordagem de avaliar o grau de diferenciação conceitual por meio de perguntas diretas (sejam elas fechadas ou abertas) sobre o conhecimento factual em política já seria adequada para gerar medidas consistentes.

Por outro lado, em relação às medidas de integração conceitual, Luskin adotou uma postura mais cética. De acordo com Batista Pereira (2010) citando Luskin (1987), essas medidas variariam ora se baseando na avaliação da capacidade dos respondentes de associar corretamente pessoas e partidos no espectro político estadunidense, ora na elaboração de escores a partir da codificação das respostas que eram dadas às questões abertas, nas quais haveria capacidade de reconhecer e entender conceitos mais abstratos da política. Apesar de reconhecer algum valor nas medidas usuais de integração conceitual, Luskin expressou dúvidas quanto à sua capacidade de distinguir eficazmente os entrevistados com base nesse atributo. O autor considerou ainda essa medida excessivamente generosa ao argumentar que os entrevistados poderiam associar palavras a conceitos que não desempenham um papel significativo na organização de suas ideias sobre política, resultando em escores inflados na medida de integração conceitual (Luskin, 1987):

Com base nessa desconfiança em relação às medidas da dimensão da sofisticação chamada de integração conceitual, Luskin defendeu que as medidas convencionais de posse de informações factuais sobre política poderiam ser utilizadas como representações do construto mais geral da sofisticação, porque seriam consistentemente correlacionadas com as medidas mais pobres de integração (LUSKIN, 1987, p. 890). Outros estudos de grande relevância sobre o tema também se basearam exclusivamente nas medidas simples de informação. (Batista Pereira, 2010, p.48)

Na maioria esmagadora dos estudos sobre sofisticação política nas décadas de 1990 e 2000, são empregados testes de conhecimento político como meio de mensurar o conceito subjacente de sofisticação política (Lawrence, 2003). Luskin coloca:

Given the close correlation between quantity and organization and between quantity and accuracy. [political sophistication] is roughly the same variable as information, in the sense of information already held, which omits organization, and as knowledge, which omits organization but requires accuracy (Luskin, 2002, p. 220).

Outros acadêmicos, como Delli Carpini e Keeter (1996), escolheram definir o conhecimento político de maneira mais específica (Batista Pereira, 2010), referindo-se apenas às informações políticas factuais armazenadas na memória de longo prazo dos indivíduos. Para esses pesquisadores, essa abordagem possibilitaria a criação de indicadores mais objetivos de conhecimento político, aproveitando a precisão e a confiabilidade de medidas baseadas em

respostas corretas ou incorretas. Apesar dessa principal clarificação do debate sobre a mensuração da sofisticação política que eventualmente levou ao uso de questionários de conhecimento político factual, várias questões relacionadas à coleta de dados sobre os níveis de informação política do público permanecem em aberto, principalmente em relação à estrutura desses questionários.

O principal e mais desafiador aspecto reside na seleção dos itens a serem incluídos em uma escala de conhecimento político. A complexa tarefa de determinar os critérios que nortearão a escolha dos itens a serem abordados no estudo. Nesse sentido, questões fundamentais como: o que realmente é essencial conhecer sobre política e como podemos estabelecer critérios sólidos para justificar a inclusão de determinados itens de conhecimento? As questões de informações factuais tocam em todos os aspectos relevantes da política suficientemente para atestar a capacidade do respondente em relação ao assunto política?

As obras de Michael Delli Carpini e Scott Keeter se destacam pois oferecem uma extensa justificação teórica e metodológica para a seleção de itens específicos de conhecimento político. Baseados em trabalhos anteriores de Barber (1973) e Neuman (1986), Delli Carpini e Keeter (1993, 1996) argumentam que o cerne de qualquer questionário válido de conhecimento político deve se concentrar em três aspectos distintos, mas harmonizáveis, da política: o que o governo é e faz e quem o compõe. Além disso, eles demonstraram, por meio da análise de dezenas de questões abrangendo uma vasta gama de tópicos políticos, que é viável tratar esses itens como unidimensionais. Isso implica que um número reduzido de perguntas pode servir como uma aproximação eficaz de uma bateria mais extensa. Embora seja impossível alcançar uma representação perfeita do que os indivíduos sabem ou não sobre política, é, no mínimo, possível oferecer uma representação relativamente precisa das desigualdades de sofisticação política entre as pessoas.

De maneira geral, há um consenso de que é impossível medir a totalidade do conhecimento político de um indivíduo. É possível apenas fazer inferências sobre a distribuição de respostas corretas nos itens que os pesquisadores escolhem incluir na mensuração. Dessa forma, a seleção de itens específicos de conhecimento factual é crucial para a mensuração precisa do conhecimento político e, conseqüentemente, da sofisticação política, pois afeta em grande parte a precisão dos resultados obtidos. Conforme apontado por Vasilopoulos (2012, p.70), uma vez que a sofisticação política não é observada diretamente, os itens factuais escolhidos pelos pesquisadores no desenho da pesquisa assumem centralidade. Nesse sentido, é possível que haja uma seleção inadequada. Na visão do autor, embora existam muitas pesquisas e publicações sobre o conceito de sofisticação política e seu impacto nas decisões dos

eleitores, a discussão sobre o conteúdo das questões que devem ser incluídas nos questionários de conhecimento político permanece notavelmente limitada.

A introdução de medidas de sofisticação política, particularmente aquelas apresentadas por Robert Luskin (1987), e o esforço de encontrar um lugar-comum na análise da informação política foram duas características notáveis na análise do comportamento político. Ao apontar para desigualdades de sofisticação política entre os indivíduos, essas medidas forneceram uma abordagem valiosa para compreender como o conhecimento político e a capacidade de processar informações desempenham um papel fundamental nas decisões políticas e nas preferências eleitorais. Isso permitiu aos pesquisadores identificar lacunas significativas na distribuição de informações políticas e explorar como essas disparidades afetam a tomada de decisões políticas.

À medida que se tornou evidente que a ideologia era insuficiente para explicar as preferências políticas, os estudiosos da opinião pública passaram a se concentrar no desenvolvimento de modelos alternativos para a tomada de decisões políticas. Ao empregar ferramentas teóricas e metodológicas da psicologia cognitiva, vários estudiosos tentaram dar uma "nova visão" ao estudo da escolha política, lançando luz sobre os processos complexos que ocorrem na mente dos eleitores quando são chamados a decidir sobre assuntos políticos. Embora a visão inicial da falta de atenção e conhecimento público sobre questões políticas seja incontestável, vários pesquisadores apontam para a conclusão de que os cidadãos são capazes de empregar estratégias alternativas de tomada de decisão e formar preferências políticas significativas que refletem suas predisposições e interesses políticos sem a necessidade de grande quantidade de informação política.

Duas principais linhas de argumentação surgiram para minimizar a relevância da informação política. Por um lado, argumentou-se que os cidadãos utilizam atalhos mentais e heurísticas psicológicas para reduzir o custo da aquisição de informações e tomar decisões políticas razoavelmente informadas que se aproximam das escolhas que fariam se estivessem mais bem informados (Sniderman et al., 1991; Popkin, 1991; Lupia, 1994). Por outro lado, alguns argumentaram que, mesmo que as opiniões individuais sejam pouco sofisticadas e levem os eleitores a cometerem erros ao fazerem suas escolhas eleitorais, no final, esses erros se dissipam quando agregados. A falta de informação tem impacto no nível individual, mas não possui impactos quando analisada coletivamente e de maneira agregada. Nessa agregação, a distribuição das atitudes e preferências políticas de um determinado grupo menos sofisticado se moveria próxima a dos mais informados na sociedade. Como resultado, os erros se cancelam, possibilitando a emergência de uma opinião pública coletiva informada (Page e Shapiro, 1992).

Esses dois argumentos têm sido cada vez mais criticados nos últimos anos. Uma gama de autores têm apontado para o fato de que a falta de informação gera distorções nas atitudes e preferências políticas dos cidadãos tanto no nível individual quanto coletivo. Nessa visão, atalhos e estratégias informacionais são desigualmente distribuídas na sociedade, levando alguns grupos a terem mais informação do que outros. Além disso, embora atalhos de informação e heurísticas possam auxiliar os cidadãos a reduzir a diferença entre suas decisões políticas reais e aquelas que tomariam se estivessem mais bem informados, essa discrepância nunca pode ser completamente eliminada. Consequentemente, a desigualdade na informação política resultará em diversos níveis de viés de informação, tanto a nível individual quanto coletivo, podendo gerar ou aprofundar distorções no processo de decisão e representação política (Bartels, 1996; Althaus, 2003; Gidengil et al., 2004; Berinsky, 2005; Oscarsson, 2007; Tóka e Popescu, 2007; Bartels, 2008; Blais et al., 2009; Hansen, 2009, Delli Carpini e Keeter, 1996; Rennó 2007).

A sofisticação política é, sem dúvida, um dos atributos mais importantes que podem explicar uma variedade de comportamentos políticos individuais. Da mesma forma, a importância normativa do problema das capacidades cívicas dos cidadãos dificilmente pode ser contestada. Conforme evidenciado acima, as dúvidas sobre as competências dos cidadãos rapidamente deram origem a debates filosóficos fundamentais sobre o realismo e os perigos associados à ideia democrática. Esses termos de debate, que remontam a Platão e Aristóteles, também têm alimentado a ciência política nas últimas décadas. Os primeiros resultados das escolas de Columbia e, posteriormente, de Michigan - incluindo o trabalho clássico de Converse (1964) - inicialmente lançaram sérias dúvidas sobre a capacidade real dos cidadãos de formar opiniões políticas esclarecidas que poderiam então ser transformadas em decisões políticas coerentes.

Cada um desses resultados levantaram - e ainda levantam - questões fundamentais para o regime democrático. O trabalho de Bartels (2008) demonstrou, por exemplo, como as desigualdades na distribuição da sofisticação política também levam a desigualdades significativas na representação democrática dos indivíduos, resultando em políticas públicas que prejudicam os cidadãos menos sofisticados. Uma vez que os cidadãos menos sofisticados geralmente têm poucos recursos e capacidade de influência. Nesse sentido, o estudo da sofisticação política adquire tanto uma importância normativa para as democracias quanto pelo fato de estar intimamente ligada a uma variedade de outros processos no cerne da formação de opiniões políticas individuais e coletivas.

Com olhares para a sofisticação política e suas implicações em contextos democráticos, é importante reconhecer que essa discussão não se limitou apenas a estudos conduzidos nos Estados Unidos e Europa. No Brasil, as questões de sofisticação política também foram alvo de investigação à medida que o país se consolidou como uma democracia. Desse modo, as dinâmicas da sofisticação política no Brasil apresentam desafios e oportunidades de pesquisa significativa, principalmente ao incorporar a desigualdade como elemento responsável por acentuar as desigualdades de informação e representação política.

2.3 Os estudos sobre a sofisticação política e os sistemas de crença no Brasil

No Brasil, a preocupação com os níveis de informação e sofisticação política do eleitorado remonta principalmente aos trabalhos de Fábio Wanderley Reis (1974b, 1978, 2000b), conforme destacado por Borba e Cardoso (2019), com grande parte deles realizada no final do regime militar. Com ênfase nas posições analíticas a respeito da racionalidade no campo da política, Reis realizou uma articulação que envolveu a teoria da escolha racional, o desenvolvimento político de inspiração huntingtoniana e o desenvolvimento cognitivo a partir de Jean Piaget. Para Borba e Cardoso (2019), é interessante notar que o diagnóstico encontrado pelo autor segue linha semelhante ao encontrado no eleitorado norte-americano e em outras democracias, eleitores mal informados e com baixa conceitualização política. A diferença, no entanto, estaria na incorporação de raízes profundas e históricas da desigualdade social presente no país, que interferem nas desigualdades de informação política do eleitorado.

Com proposição de que a racionalidade inevitavelmente supõe a intencionalidade, Reis (1988) aponta para diferentes graus de racionalidade, que variam de acordo com o volume das informações processadas. Além disso, também entende que a intencionalidade pode ser constituída por um componente cognitivo que atua no processamento de informação quando o comportamento dos indivíduos é estimulado (Radmann, 2001). Há em sua análise a visão de que os diferentes graus de sensibilidade e envolvimento políticos são fomentados por questões de natureza cognitiva, além de forte vínculo entre a relação socioeconômica dos eleitores com a percepção que eles possuem sobre o mundo político. Para Borba e Cardoso (2019, p.13), esse diagnóstico revela “a transformação do populismo praticamente numa constante da vida política brasileira, cujo substrato no eleitorado popular consiste no que Reis (1978) denominou de “síndrome do flamengo”¹⁴”.

¹⁴ Reis (1988) descreve a síndrome do Flamengo como uma combinação junto aos estratos populares brasileiros que é formada tanto de elementos ligados à articulação entre identidades pessoais e coletivas, quanto à instrumentalidade e cálculo.

Na década de 1980, Fábio Wanderley Reis continuou a escrever sobre a importância dos mecanismos de natureza intelectual na política, com destaque aos níveis de desenvolvimento cognitivo dos cidadãos (Borba e Cardoso, 2019). Em parceria com Mônica Mata Machado de Castro, eles perceberam as diferenças em termos de comportamento político quando são considerados aspectos objetivos (classe social, região, escolaridade, urbano/rural) e subjetivos (interesse por política, por exemplo) da inserção dos indivíduos na estrutura social. Ademais, a partir da formulação teórica de Neumann (1986), os autores constatam que os sofisticados politicamente são aqueles que mais aderem às normas democráticas, porém estes são ao mesmo tempo os mais cínicos, ou seja, mais propensos a abrir mão de tais regras de convivência política quando os seus interesses estão em jogo (Borba e Cardoso, 2019).

Mônica Castro também explorou a relação entre sofisticação e comportamento político do eleitorado brasileiro (principalmente o comportamento eleitoral) em sua tese de doutorado no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Ao integrar as perspectivas sociológica, psicológica e a teoria da escolha racional em uma única análise, a autora propôs comparar a preferência partidária e eleitoral dos indivíduos com questões sociais e características políticas. Nesse sentido, incluindo variáveis como sexo, idade, escolaridade, ocupação, renda familiar, raça, opiniões, atitudes, interesse, envolvimento e informação a partir do contexto institucional e socioeconômico dos indivíduos.

A partir de *surveys* eleitorais realizadas pelo Instituto Vox Populi durante o início dos anos 90 e pelo *survey* realizado em 1989 pelo Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH/UFMG), Mônica Castro (1994) define a medida de sofisticação política a partir da soma de quatro variáveis: o interesse por política, o envolvimento no processo eleitoral, a exposição ao programa eleitoral gratuito na televisão e o grau de informação a respeito dos candidatos a presidente da república. Para Castro (1994), a sofisticação política é a variável explicativa que melhor caracteriza o comportamento eleitoral do brasileiro (Borba e Cardoso, 2019).

A tese proposta é que, enquanto os eleitores sofisticados (que são a minoria) baseiam seus votos em opiniões informadas sobre várias questões políticas e preferências partidárias bem fundamentadas, a maioria da população é desinformada e não possui opiniões claras sobre os principais debates políticos. Além disso, a maioria tende a atribuir aos seus candidatos as qualidades que mais lhes agradam e a ter opiniões pouco consistentes sobre diversas questões, com um baixo grau de consistência ideológica (Castro, 1994, p. 180). Entretanto, a autora preocupa-se em esclarecer que em nenhum momento, afirma que o comportamento eleitoral

das camadas populares seja orientado pela emoção e os setores de posição social mais alta, politicamente sofisticados, sejam movidos pela razão.

Os estudos sobre conhecimento e sofisticação política do eleitorado foram renovados sobretudo na década de 2000 em que houve uma incorporação dos efeitos contextuais do Brasil, principalmente político-institucionais, nos níveis de informação política do eleitorado (Borba e Cardoso, 2019). Uma das referências nesse estudo é Lúcio Rennó (2004, 2006, 2007) que não apenas trouxe o conceito de “contextos eleitorais complexos”, relacionado à sobrecarga de informação exigida para que o eleitor médio possa tomar decisões, mas incluiu em sua análise a medida de “opinação”, que indica a quantidade de opiniões emitidas pelos respondentes, o que superou os modelos utilizados anteriormente relacionados às questões de posse de informações factuais.

Em outro trabalho, Fuks e Batista Pereira (2011) realizam análises a partir dos dados de uma pesquisa de *survey* feita em 2008 com alunos do ensino médio de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais. A partir dessa seleção, foi elaborada uma amostra não aleatória de 351 casos com a finalidade de identificar os efeitos da participação no Parlamento Jovem mineiro¹⁵ sobre o conhecimento e as atitudes políticas de jovens. As variáveis de conhecimento factual e conceitual são então construídas a partir de oito baterias de perguntas de conhecimento existentes no questionário.

Outro importante ponto, é que o estudo conduzido pelos autores é resultado de duas inquietações centrais no tema da sofisticação política. A primeira diz respeito à elaboração analítica do conceito, que busca indagar se as duas dimensões (volume e à amplitude de informações políticas dos cidadãos e articulação das cognições por meio de um entendimento mais abstrato ou conceitual da política) integram, de fato, o constructo “sofisticação política”. Por outro lado, a segunda inquietação foca nas causas da desigualdade na distribuição da sofisticação política entre a população.

As conclusões são relevantes ao enfatizarem que é possível separar a posse de informações factuais e a sofisticação como conceitos diferentes, mas também é possível tratá-los como parte de um conceito geral mais amplo, o conhecimento político. O estudo também deixa claro que o tipo de escola determina as chances que o jovem tem de desenvolver as

¹⁵ O Parlamento Jovem é um programa desenvolvido pela Escola do Legislativo, vinculada à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em parceria com a Pontifícia Universidade Católica (PUC-Minas). É destinado aos alunos do ensino médio das escolas das redes pública e privada de Minas Gerais e suas atividades desenvolvem-se durante um semestre, concentradas em três dimensões: de formação política, de capacitação e de participação no Parlamento.

habilidades cognitivas de natureza política, assim como ser socializado em uma família formada por pais escolarizados e interessados e ativos na política com acesso frequente aos meios de comunicação (Fuks e Batista Pereira, 2011).

Frederico Batista Pereira é outro autor que tem revigorado o debate sobre a sofisticação política. Em sua dissertação de mestrado de 2010 e em trabalhos que se estendem desde 2011 até o momento presente, ele buscou resgatar a discussão sobre a sofisticação política conjugando fenômenos recentes com um retorno a diferentes hipóteses clássicas sobre o tema. Em trabalho de 2013, utilizou dados coletados em painel para testar quatro hipóteses clássicas a respeito do impacto da desigualdade de sofisticação política nas opiniões dos cidadãos nas cidades de Juiz de Fora (MG) e Caxias do Sul (RS). Suas conclusões sobre o cenário brasileiro seguem diversos pressupostos teóricos e apontam que: 1) as opiniões dos cidadãos mais sofisticados tendem a ser mais ideologicamente articuladas do que as dos menos sofisticados; 2) cidadãos mais sofisticados têm opiniões políticas mais estáveis ao longo do tempo; 3) cidadãos politicamente mais sofisticados adquirem mais informações do que os menos sofisticados ao longo do processo eleitoral, e; 4) os cidadãos mais sofisticados tendem a expressar mais opiniões do que os menos sofisticados (Batista Pereira, 2014, p. 313).

Mais recentemente, em trabalho de 2020, Batista Pereira também escreveu contestando a análise de Izumi (2019), que propôs uma correção à escala direita-esquerda que, supostamente, revelaria o efeito da clivagem sobre o voto para presidente, independentemente dos níveis de sofisticação política dos eleitores. Através do processo de replicação e reanálise dos dados, Batista Pereira mostrou que não há evidências convincentes de que o eleitorado brasileiro se oriente com base nos termos “direita” e “esquerda” para escolher o presidente. Os resultados mostrados sugerem que a relação poderia apenas ser observada, no melhor dos casos, em uma minoria de eleitores politicamente sofisticados. Porém, a análise de dados de painel mostra que, mesmo entre estes, não há evidências claras de que a associação estatística observada entre ideologia e voto representa uma relação causal.

É interessante notar que Frederico Batista Pereira também discute a acusação de elitismo que o estudo da sofisticação política recebe na Ciência Política brasileira. Ao citar Kuklinski e Quirk (2000, p. 154), ele argumenta que os estudos do comportamento político têm sido permeados por um debate sobre competência cívica, onde a ideia de um eleitorado competente é vista como algo atrativo do ponto de vista normativo. Nesse contexto, alguns estudiosos da democracia brasileira têm o desejo de "revelar" a competência cívica do eleitorado, buscando evitar rótulos de elitismo antidemocrático.

Outra acusação trazida pelo autor que busca negar os matizes sociais e sociopsicológicos do processo eleitoral brasileiro parece ser de origem epistemológica. Nessa formulação reside a principal ideia de que eleitores se orientam em um espaço unidimensional entre direita e esquerda ao votarem, sem que fatores de natureza social e cultural importem, reforçando a filosofia da “autonomia do institucional”. Para ele, essa corrente já foi superada até mesmo por autores mais recentes da linhagem teórica de Anthony Downs (Batista Pereira, 2020) e o reconhecimento da relevância de fatores socioeconômicos e psicossociais no estudo do comportamento político emerge como uma necessidade de entender a ciência política como uma sociologia da política (Batista Pereira, 2020).

Esse repertório de trabalhos acerca da informação e sofisticação do eleitorado brasileiro são indicativos de que estudiosos do Brasil estão acompanhando o desenvolvimento recente da literatura internacional e têm adotado técnicas metodológicas cada vez mais aprimoradas. Apesar disso, Borba e Cardoso (2019) ressaltam que os avanços metodológicos dessa importante área vieram, infelizmente, acompanhados de uma perda de reflexão no que diz respeito a questões substantivas sobre o eleitorado, como os seus níveis de informação e as consequências reais para a democracia.

A pergunta central das pesquisas conduzidas ao longo do século XX “quão informados estão os cidadãos?” parece ser substituída no século XXI por “quão desinformados estão os cidadãos?”. É devido à emergência do debate público sobre as *fake news* e sua influência nos comportamentos políticos que pesquisadores investigam o que parece ser um novo paradigma no estudo da informação política dos indivíduos. Nele, as intensas transformações na paisagem informacional ocupam centralidade, redefinindo as relações sociais e políticas dos indivíduos a partir de questões como os padrões de consumo, variedade de fontes, credibilidade informacional, ascensão das plataformas digitais entre outros.

Além disso, o surgimento crescente de ecossistemas de desinformação catalisa cada as mudanças nesse cenário, exigindo intensa investigação de temas como a manipulação, os negacionismos, a desintermediação, as teorias da conspiração, credibilidade informacional, letramento informacional e midiático entre tantos outros. Cada um desses elementos aponta para uma redefinição de modelos teórico-conceituais sobre a cidadania informada ao mesmo tempo em que exige o desenvolvimento de abordagens metodológicas que busquem analisar a movimentação dos indivíduos na esfera política a partir da posse de informações.

Um exemplo dessa crescente incorporação de temas como a credibilidade informacional para se pensar níveis de informação do eleitorado, comportamento político e sofisticação política, é o estudo feito por Rebecca Weitz-Shapiro e Matthew S. Winters (2017), que possui

como foco a corrupção no Brasil. Ao ressaltar a importância da informação para o exercício de *accountability* no país, os autores resgatam que diferentes estudiosos têm mostrado que uma maior disponibilidade de informações facilita a punição da corrupção. Apesar disso, a credibilidade das fontes de informação política no mundo real varia, seja através da omissão de informações precisas sobre o desempenho do governo, por parte de instituições dentro e fora do aparato estatal, ou através de estratégias de manipulação informacional (ampliação, ocultação ou fabricação) por uma gama de atores que apelam às preferências dos cidadãos.

É a partir desse resgate que Weitz-Shapiro e Winters (2017) apontam para a possibilidade de variação na credibilidade das informações sobre corrupção. Ao utilizar dados de um experimento original de pesquisa realizado no Brasil eles argumentam que a corrupção é mais provável de ser punida quando duas condições são atendidas: primeiro, quando informações confiáveis sobre o desempenho do governo estão disponíveis e, segundo, quando pelo menos alguns cidadãos são capazes de identificar essas informações como confiáveis e distingui-las de fontes de informações menos confiáveis.

Para tanto, estabelecem duas hipóteses norteadoras: H1. os cidadãos devem ser mais propensos a atualizar suas crenças e comportamentos em resposta a informações de fontes mais confiáveis, em comparação com fontes menos confiáveis; H2. cidadãos mais sofisticados politicamente são mais propensos a responder a informações de valência de uma maneira que varia de acordo com a credibilidade da fonte de informação. Além disso, em comparação com cidadãos menos sofisticados, os cidadãos mais sofisticados politicamente devem: H2A. dar mais peso às informações provenientes de fontes mais confiáveis. e H2B. dar menos peso às informações provenientes de fontes menos confiáveis.

Para operacionalizar as hipóteses, os autores designaram os entrevistados da pesquisa de maneira aleatória para ouvir uma das sete versões de um cenário que se inicia sempre com uma descrição de um prefeito fictício de alto desempenho. A variação entre os cenários é feita na próxima fase da pesquisa, na qual são apresentados diferentes tipos de informações sobre o comportamento corrupto do político. Na condição de controle puro, nenhuma informação sobre corrupção é fornecida, e em uma condição "limpa" (clean), o prefeito é explicitamente descrito como não envolvido em corrupção. As outras cinco variações do cenário incluíam alegações de corrupção, variando a fonte dessa informação e/ou o alvo preciso das acusações.

A partir dessa configuração experimental de pesquisa, os autores utilizaram a intenção de voto dos respondentes em uma escala de quatro pontos e trabalharam com a diferença nas médias de cada grupo. Ao testar a primeira hipótese, os autores percebem um fato curioso: todas as informações sobre corrupção foram punidas independentemente de sua fonte. Nesse sentido,

mesmo as alegações de corrupção feitas por fontes menos confiáveis foram consideradas plausíveis pelos respondentes. Weitz-Shapiro e Winters (2017, p.63) resgatam aqui o fato de que, no Brasil, a corrupção pode claramente ser considerada uma questão de valência negativa de alta importância para os cidadãos, não apenas em outras pesquisas conduzidas anteriormente, mas também devido à mobilização de massas como foi nas jornadas de junho de 2013.

Apesar disso, ainda que haja uma aparente inclinação para acreditar em informações sobre corrupção independentemente da fonte, a mudança na intenção média de voto provocada pelas acusações de corrupção mais confiáveis é significativa. Dessa forma, a credibilidade de uma fonte de informação tem considerável poder explicativo adicional para compreender as reações dos cidadãos às acusações de corrupção.

Para responder às demais hipóteses, os autores operacionalizam a sofisticação política de três maneiras diferentes, utilizando o nível de formação educacional do entrevistado, suas respostas a duas questões de conhecimento político e seu nível autoinformado de discussão política. Os resultados revelaram que entrevistados com maior nível educacional, maior conhecimento político e que participam de discussões políticas possuem maior discernimento entre informações mais confiáveis e menos confiáveis do que aqueles que possuem menor nível educacional, menor conhecimento político ou são menos propensos a discutir política.

Embora não seja um estudo no Brasil, vale mencionar também o trabalho de Federico Vegetti e Moreno Mancosu (2020), que sinaliza para uma incorporação de elementos dos novos contornos da informação como indispensáveis para se pensar e produzir análise contemporâneas, apontando para o que seria um aprimoramento conceitual e metodológico. Os autores se orientam a partir da avaliação do impacto da sofisticação política e do raciocínio motivado na crença em *misinformation* (informações incorretas) e *disinformation* (desinformação). Nele, os autores resgatam as duas principais explicações para o motivo pelo qual os cidadãos mantêm crenças políticas imprecisas que são, respectivamente, partisan motivated reasoning (PMR ou raciocínio motivado partidário) e dual process reasoning (DPR ou raciocínio de processos duplos) (Kahan, 2013; Lodge e Taber, 2013; Pennycook e Rand, 2019b).

Por meio de um experimento de pesquisa online aplicado a uma amostra de cidadãos italianos, os autores comparam a plausibilidade percebida de conteúdos reais e imprecisos com diferentes inclinações políticas. O objetivo central é testar três hipóteses que são: i) H1 - Hipótese PMR: os cidadãos têm maior probabilidade de acreditar em notícias falsas quando retratam um político de um partido que eles apoiam como positivo ou um político de um partido que eles se opõem como negativo; ii) H2 - Hipótese de Sofisticação Política: os cidadãos mais

sofisticados politicamente têm menos probabilidade de acreditar em notícias falsas do que os cidadãos menos sofisticados; iii) H3 - Hipótese de Moderação: o efeito descrito na hipótese PMR é menor entre os cidadãos mais sofisticados politicamente e maior entre os cidadãos menos sofisticados.

Os resultados são notavelmente instigantes e confirmam a ideia de que o raciocínio motivado partidário (*partisan motivated reasoning*, PMR) é um viés poderoso que afeta a maneira como os cidadãos processam informações políticas. Ao serem confrontadas com uma nova informação, as pessoas utilizam suas próprias percepções partidárias preexistentes para avaliar a sua plausibilidade. Isso significa dizer que, de acordo com o estudo, as inclinações políticas das pessoas são fatores essenciais para que informações sejam percebidas como mais ou menos acreditáveis.

Outra descoberta dos autores aponta para o fato de que os indivíduos com maior sofisticação política são melhores em distinguir notícias verdadeiras das falsas e parece existir um “fator verdade” que é mais evidente para esse grupo de pessoas (Vegetti e Mancosu, 2020, p.12). Dessa forma, os autores concluem que, embora as informações políticas sejam geralmente afetadas pelo raciocínio motivado, a sofisticação política pode efetivamente reduzir as chances de os cidadãos serem enganados por informações incorretas.

Ao tocar no tema da credibilidade informacional, o estudo aponta a sofisticação política como um mecanismo que permite tanto a distinção de fontes de informações que variam em sua credibilidade, quanto a redução das chances dos cidadãos acreditarem em informações incorretas (fenômeno de longa data, mas que adquire novas roupagens no contemporâneo). Apesar desses achados promissores, os autores reconhecem as limitações de suas pesquisas e, longe de apontar a sofisticação política como a resposta mágica aos males contemporâneos, reforçam que há um horizonte a ser aprofundado.

O grande valor da incorporação dos novos ecossistemas de informação nos estudos de sofisticação política e comportamento político reside na capacidade de prover uma análise realista da desigualdade política e informacional existente entre eleitores. Nesse sentido, adiciona-se uma camada que pode ser útil tanto para adequação e redefinição normativa da sofisticação política ou até mesmo para pensar em metodologias que consigam capturar as diferentes assimetrias informacionais que incidem sobre os indivíduos, podendo produzir desigualdades na esfera política (Delli Carpini e Keeter, 1996; Rennó 2007). Essa incorporação aponta não apenas para uma reinterpretação sobre o papel da informação política nas democracias, mas para o entendimento das desigualdades informacionais que incidem sobre a viabilidade de uma cidadania informada no século XXI.

3 TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM INFORMACIONAL

Nenhum ser humano jamais elaborou um ideal absoluto ou universal na política, pelo simples motivo de que ninguém sabe o suficiente, nem pode saber o suficiente para fazê-lo.
Walter Lippmann, 1920, p.8

O fenômeno de disseminar informações incorretas, boatos, rumores e outros, já está presente nas sociedades há muito tempo. Ao analisar o problema das *fake news* (notícias falsas) à luz da história, Dourado (2020) traz à tona exemplos como a guerra civil desencadeada pelo assassinato de Júlio César no final do Império Romano, em 44 a.C. Nesse contexto, em meio à luta pelo poder entre o general Marco Antônio e o filho adotivo de Otaviano, o sucessor de Júlio César, mensagens curtas eram espalhadas por Otaviano em esquinas, ruas e cidades na tentativa de difamar a reputação de Marco Antônio, que era respeitado entre as tropas militares. Essas mensagens narravam episódios que exploravam seu suposto comportamento "mulherengo e bêbado".

Já no século 15 d.C., a autora narra uma onda de boatos que se espalhou em Trento, na Itália, com declarações que serviram para incitar ódio a partir da ideia de que “judeus bebem sangue de crianças” (Soll, 2016). Anos à frente, em 1755 a Igreja Católica interferiu na construção de narrativas após o terremoto que quase destruiu toda a cidade de Lisboa através de fantasias e sensacionalismos que apontavam para a atuação de monstros marinhos e bruxas no desastre, assim como um castigo para aquele povo pecador que precisava de salvação e sobreviveu apenas por milagre da Virgem Maria (Araújo, 2006).

No século XIX, há uma reconfiguração na paisagem informativa através da profissionalização da imprensa, ampliando-se o espaço para folhetins partidários, impressos no formato tabloide, de baixo custo que utilizavam da invenção de fatos para atrair a atenção dos leitores (Dourado, 2020). Conforme vimos anteriormente, ao longo do século XX testemunha-se uma notável revolução no estudo da informação política. Nesse período, ocorre uma mudança significativa nos fundamentos e a viabilidade da cidadania informada, catalisada por fatores como a disseminação dos meios de comunicação em massa e a utilização da propaganda para influenciar a opinião pública (Lippmann, 1922).

Adicionalmente, ao longo do século XX, os principais conflitos armados foram moldados por propaganda política. Se até a Primeira Guerra Mundial preponderavam os impressos, na Segunda Guerra Mundial a rádio sobressaiu como veículo informacional importante, sendo o meio de comunicação usado por Joseph Goebbels, por exemplo, ministro

da propaganda alemã (Dourado, 2020). Nesse contexto de grandes conflitos mundiais seguidos de uma Guerra Fria de elevado caráter ideológico, a propaganda política para controle da opinião pública se tornou uma estratégia de guerra. Para Maurice Vaisse (1995) a Guerra Fria torna-se essencialmente um confronto ideológico, e a luta contra o comunismo passa pela mobilização ideológica. Como exemplo da utilização da propaganda, nos Estados Unidos, o senador do Wisconsin, MacCarthy, lança em 9 de fevereiro de 1950 uma violenta campanha anticomunista que se transforma em uma verdadeira "caça às bruxas", acusando todos os que são suspeitos de atividades antiamericanas.

No século XXI, um cenário cada vez mais interconectado, a tecnologia, a internet e as redes sociais modificaram e aceleraram a disseminação de informações e tópicos na esfera pública democrática (Karlova e Fisher, 2013; Hinds, 2019), tornando mais fácil o acesso a um grande volume de informações políticas. É nesse contexto que novos territórios e ferramentas digitais passaram a ser utilizados de maneira acelerada para propagar informações incorretas ou distorcidas em uma grande escala (Akers et al. 2019).

Esse conjunto de transformações evidencia que a busca pela informação passa a depender não apenas de uma força de vontade ou esforço racional em busca da verdade, mas da superação de uma série de obstáculos, ruídos, barreiras, enganações e intenções. Utilizando como princípio a abordagem de Anthony Downs (1957), que enfatizava o fato dos indivíduos se moverem na política principalmente através de um esforço para diminuir os custos informacionais, em um contexto em que a informação disponível pode ser fraudulenta, fabricada, incorreta e incerta a economia informacional assume novos contornos.

É interessante observar que, pouco a pouco, pesquisadores e teóricos buscaram endereçar essas transformações existentes ao redor do domínio da informação dos indivíduos. Delli Carpini e Keeter (1996) e Mondak (1999) por exemplo, inicialmente buscaram elaborar duas categorias: estar informado incorretamente (*misinformed*) e não estar informado (*uninformed*). No trabalho dos primeiros autores, é sugerida a simulação de uma “questão ideal” feita a dois cidadãos americanos, para averiguar se eles sabem qual o trabalho ou o cargo ocupado por Joe Biden naquele período. Nesse cenário, Delli Carpini e Keeter (1996) supõem que a primeira pessoa responda “Não sei quem é Joe Biden” e a segunda pessoa responda categoricamente que “Joe Biden é Secretário de Estado”. Para eles, há aqui uma diferença crucial entre as duas pessoas. A primeira possui um déficit informacional ou uma ignorância em relação ao tema por simplesmente não saber quem é Joe Biden e assumir que o desconhece. O segundo cidadão, no entanto, está mal informado e a sua resposta está incorreta e falsa.

Enquanto o primeiro indivíduo assume a sua ignorância ou déficit de informação, o outro ou não quer admitir seu déficit de informação ou não sabe o quão mal informado está.

Embora essa pequena distinção possa parecer pouco convincente ou baseada apenas em suposições, ela se revela extremamente útil ao apontar para uma dimensão consideravelmente mais complexa da paisagem informacional que se está construindo no século XXI. Nesse contexto, a dicotomia entre estar bem informado politicamente e estar desprovido de informação política assume novos matizes. Pode ser que o segundo indivíduo mencionado anteriormente acredite que sua informação é a correta, ou que tenha chegado a essa conclusão devido à exposição a informações incorretas de fontes pouco confiáveis (Asingo, 2012).

Em razão das várias possibilidades do domínio da informação que há uma ênfase de pesquisadores quanto à necessidade de contornos conceituais precisos sobre temas como *fake news*, desinformação, deturpação, mentiras, propagandas, distorção, dissimulação entre tanto outros, com objetivo de evitar uma compreensão ingênua sobre a maneira como o indivíduo se comporta diante dos diferentes contextos de informação (Capurro, 1991). O presente trabalho não esgota as análises e abordagens em torno desse tema, uma vez que este é um fenômeno abrangente que envolve diversas terminologias. Além disso, a definição dos conceitos não é unânime e estão em constante debate.

A literatura dominante, utilizada como referência por diferentes pesquisadores, aponta para um aumento no interesse em relação à *misinformation* (informação incorreta), que abriga a tendência das pessoas acreditarem em informações incorretas sobre fatos políticos (Flynn et al., 2017; Kuklinski et al., 2000) e à *disinformation* (desinformação), a disseminação intencional de informações duvidosas com o objetivo central de enganar o público (Wardle e Derakhshan, 2017). Conforme veremos adiante, as *fake news* podem ser definidas como uma das diferentes formas do fenômeno da desinformação, isto é, um guarda-chuva de conteúdos que causam “rupturas mais sistemáticas” nos fluxos de informação tradicionais (Bennett, Livingston, 2018). Para esse capítulo interessa abordar a desinformação como um fenômeno amplo que incide diretamente sobre diferentes processos informacionais dos indivíduos, incluindo a viabilidade de uma cidadania informada.

3.1 Desordem da informação: um conceito em camadas

Com o intuito de ampliarmos as nossas discussões utilizaremos como referência uma grade conceitual (framework) proposta por Claire Wardle e Hossein Derakhshan (2017) que oferece uma aproximação interdisciplinar para pesquisa e é tida como um ponto de

concordância entre diferentes estudos (Aïmeur et al., 2023). Nela, os autores apontam que essas manifestações, nomeadas de desordem informacional, estariam enquadradas dentro de três grandes categorias: *misinformation* (informação incorreta), *disinformation* (desinformação) e *malinformation* (informação maliciosa ou má-informação).

Figura 1 – “Desordem da Informação”



Fonte: Wardle e Derakhshan, 2017.

Conforme ilustra a figura acima, as três dimensões podem ser classificadas de acordo com a veracidade e a intenção (Santos-D’Amorim e Miranda, 2021). *Misinformation* (informação incorreta), por exemplo, descreve conteúdos falsos ou incorretos que são compartilhados pelas pessoas sem intenção de prejudicar o outro. Além disso, outros autores a definem como uma informação imprecisa (Karlova e Fisher, 2013), uma *pseudo*-informação (Kim e Gil de Zuñiga, 2021), algo que pode enganar os indivíduos ainda que resulte de um erro honesto ou negligência (Fallis, 2014) e também como um termo guarda-chuva para informações que sejam falsas ou imprecisas que não possuem a intenção de ser necessariamente prejudiciais ou enganosas (Vraga e Bode, 2020). É o caso por exemplo de sátiras e paródias que não possuem nenhuma intenção de causar dano, mas que possuem potencial para enganar e gerar confusão. O compartilhamento de informações incorretas está associado a diferentes fatores, podendo ser motivado por meio da identificação social nos ambientes virtuais por meio de grupos religiosos, étnicos, raciais além de fatores como emoções, sentimentos, valores entre outros.

Allcott e Gentzkow (2017) forneceram a primeira definição do termo fake news (ou notícias falsas), definindo como artigos de notícias que são intencionalmente e verificadamente falsos e que podem induzir os indivíduos ao erro. Outras definições foram apresentadas posteriormente, mas todas concordam quanto ao critério de autenticidade das notícias. Isto é, a

constatação de que elas não são baseadas em fatos. Recentemente, conforme relatado por Aïmeur et al. (2023), há análises como a de Nakov (2020) que indicam que o termo fake news começou a adquirir significados diversos para públicos distintos, podendo, para alguns, representar, por exemplo, "notícias que não me agradam". Nesse sentido, para diferentes autores a terminologia fake news é uma expressão imprecisa (Sullivan, 2017) que pode mais atrapalhar do que ajudar (Zuckerman, 2017), além de fazer alusão a discursos populistas.

A desinformação (*disinformation*), por outro lado, é um conteúdo intencionalmente falso que é disseminado com a intenção de enganar e prejudicar pessoas, organizações e países. Ela está na interseção entre aquilo que é falso e aquilo que é danoso. Outros autores também apontam a desinformação como o tipo mais perigoso de informação, uma vez que não é algo accidental, mas propositalmente incorreta e transmitida com o intuito de enganar (Fallis, 2014) ou até mesmo como o ato de fornecer de produtos informacionais de baixo nível cultural que seriam responsáveis por imbecilizar os setores sociais (Pinheiro e Brito, 2014).

Suas motivações variam e vão desde ganhar dinheiro, gerar confusão informacional, mudar atitudes e comportamentos políticos, desmobilizar cidadãos, reforçar polarizações ou até mesmo aumentar o cinismo político em toda a sociedade (Dourado, 2020). Além disso, a origem da palavra desinformação, por outro lado, possui uma conexão histórica com o emprego mais agressivo de propaganda política, que se originou a partir de táticas destinadas a manipular a opinião pública (Dourado, 2020). As primeiras aparições do termo foram no período da Guerra Fria e dizia respeito à disseminação de informação falsa por parte de governos e seus agentes para influenciar países estrangeiros.

Dessa maneira, apesar de serem frequentemente utilizadas como sinônimo a informação incorreta (*misinformation*) e as *fake news* diferem da desinformação (*disinformation*) porque a última apresenta uma maior amplitude, referindo-se a todos os tipos de distorções de informação com a intenção de causar algum tipo de dano (Billiet et al., 2018).

Desinformação, na literatura revisada, se caracteriza como um guarda-chuva de conteúdos que causam “rupturas mais sistemáticas” nos fluxos de informação tradicionais porque parecem “críveis por quem as consome” (Bennett, Livingston, 2018, p.124). Diante disso, uma informação incorreta, se reapropriada como informação plausível, pode ser recebida como verdadeira e resultar em desinformação. (Dourado, 2020, p.53)

Como exemplo da desinformação (*disinformation*), Wardle e Derakhshan (2017) citam a criação de uma sofisticada versão duplicada do jornal belga *Le Soir*, para fraudar a campanha eleitoral francesa ao afirmar que o candidato à presidência, Emmanuel Macron, estava sendo financiado pela Arábia Saudita. Tatiana Dourado (2020) também traz outro exemplo grave de desinformação no episódio conhecido como “Pizzagate”, durante as eleições americanas, que

foi marcado por uma onda agressiva de acusações contra a candidata pelo Partido Democrata, Hillary Clinton e seu coordenador da campanha, John Podesta, apontando que eles gerenciavam uma rede de pedofilia dentro de uma pizzaria em Washington. O caso repercutiu após um jovem de 28 anos ser preso após atirar contra a pizzaria e afirmar que havia cometido o ato porque queria investigar pessoalmente o crime. Soube-se após o episódio que a desinformação foi difundida pelo Infowars, um site de extrema-direita que apoiou a candidatura de Donald Trump, do Partido Republicano.

É preciso mencionar que a partir desse esquema analítico de desordem da informação proposto por Wardle e Derakhshan (2017), as *fake news* seriam um formato de desinformação¹⁶ (Bringula et al. 2022; Baptista e Gradim 2022), caracterizado por se manifestar enquanto um simulacro de notícia. Ainda que existam diferentes autores que apontem para equiparações do termo desinformação com o termo *fake news*, uma definição conceitual é importante. Tatiana Dourado (2020) enfatiza sua preocupação quanto ao fato da expressão *fake news* ser tratada como sinônimo de desinformação, pois ao fazer isso corre-se o risco de não reconhecer o alvo, formular políticas públicas ineficazes e incorrer em erros que possam pôr em risco a liberdade de expressão. Para ela, “tratar fake news de forma generalista e equânime a desinformação pode tornar ainda mais caótica a ordem informativa da esfera pública política online” (p.41).

A última categoria *mal-information* (má-informação ou informação maliciosa) é definida por diferentes autores como uma informação que é baseada na realidade, genuína, mas que é utilizada para impor prejuízos, causar danos e promover o desconforto (Burbules, 1997; Wardle e Derakhshan, 2017, 2019; Walker, 2019; Baines e Elliot, 2020). É frequentemente associada à publicização de informações de cunho privado e práticas como assédio, discursos de ódio, vazamentos e perseguição. Um exemplo dessa categoria é o uso político de informações sensíveis como relatórios e dados e também o uso inadequado de informações confidenciais como foi o escândalo da *Cambridge Analytica* e *Facebook* que envolveu a compra e utilização de dados com a finalidade de catalogar o perfil das pessoas e personalizar conteúdos e materiais favoráveis ao candidato republicano, Donald Trump, além de propagar mensagens contrárias à adversária dele, a democrata Hillary Clinton.

¹⁶ A revisão sistemática feita por Aïmeur et al. (2023) evidencia que existe uma quantidade notável de discordância na literatura de pesquisa e também nas políticas públicas sobre a classificação do termo *fake news*. Alguns consideram como um tipo de informação falsa (*misinformation*) (Allen et al. 2020; Singh et al. 2021; Pennycook and Rand 2019; Di Domenico et al. 2021; Sharma et al. 2019), outros consideram como um tipo de desinformação (*disinformation*) (Bringula et al. 2022; Baptista and Gradim 2022), enquanto outros associam o termo tanto à desinformação quanto à informação falsa (Wu et al. 2022; Hameleers et al. 2022; Allcott and Gentzkow 2017)

Conforme figura abaixo, Wardle e Derakhshan (2017) caracterizam a desinformação a partir de três componentes centrais: agente, mensagem e intérprete.

Figura 2 - Três elementos da desordem da informação

Agente	Tipo de protagonista: Oficial / Não oficial Nível de organização: Nenhum / Frouxa / Firme / Em rede Tipo de motivação: Financeira / Política / Social / Psicológica Nível de automação: Humana / Ciborgue / Bot Público-alvo: Membros / Grupos Sociais / Sociedades Inteiras Intenção de prejudicar: Sim / Não Intenção de enganar: Sim / Não
Mensagem	Duração: Longo prazo / Curto prazo / De acordo com o evento Exatidão: Enganosa / Manipulada / Fabricada Legalidade: Legal / Illegal Tipo de impostor: Não / Marca Comercial / Individual Mensagem-alvo: Individual / Organização / Grupo social / Toda a sociedade
Intérprete	Leitura de Mensagens: Hegemônico / Oposicional / Negociado Ação tomada: Ignorada / Compartilhada em apoio / Compartilhada em oposição

Fonte: Wardle ; Derakhshan, 2017.

O primeiro diz respeito ao emissor (seja produtor ou propagador) da desinformação, que pode ser responsável por fornecer produtos informacionais de baixo nível cultural com objetivo de sub-informar e gerar confusão (Abad, 2018), provocar danos através de informações incorretas, desinformação ou má-informação (Wardle e Derakhshan, 2017), fabricar conteúdos para obter ganhos ideológicos, políticos ou financeiros (Di Domenico et al., 2021) entre diversos outros. Em relação ao segundo componente, encontram-se variados estudos que focam principalmente no formato (Di Domenico et al., 2021), na duração ou viralização (Baptista e Gradim, 2020), na carga emocional do conteúdo (Vossoughi et al., 2018), na linguagem simples e na persuasão heurística (Baptista, 2020), no design de *clickbaits* e imagens apelativas (Lazer et al. 2018) entre outras características.¹⁷

O terceiro componente central desse fenômeno é a figura da pessoa que recebe a informação (receptora ou intérprete). Em relação a esse componente os estudos se aproximam muito da literatura de sofisticação política e incluem entre outras coisas a capacidade de buscar e avaliar informações (Budd e Stewart, 2018), a dificuldade interpretativa e crítica dos

¹⁷ Damstra et al. (2021) revisam cerca de 30 estudos para responder à questão “como uma fake news se caracteriza?”. A partir da análise, é possível verificar a preponderância de estratégias de design textual e de imagem que buscam ser um *bait* ou “fiscar” a atenção da pessoa, provocando reações emocionais diversas assim como ações a partir da interação com o conteúdo.

receptores devido à saturação informacional (Estrada-Cuzcano et al., 2020), a alfabetização midiática e informacional (Bryanov e Vziatysheva, 2021), o viés de confirmação e a dissonância cognitiva (Forster et al., 2021) entre outros. Em outro artigo, Claire Wardle que é Diretora da organização FirstDraft e uma das idealizadoras do Projeto Comprova¹⁸ no Brasil menciona sete tipos de *misinformation* (informações incorretas) e *disinformation* (desinformação), coletadas a partir das eleições americanas de 2016, conforme ilustra a figura abaixo.

Figura 3 - Sete categorias da “desordem da informação”



Fonte: Claire Wardle, 2017.

O contexto falso é, para os autores, uma das razões pelas quais o termo *fake news* é insuficiente, uma vez que conteúdos genuínos podem ser reciclados fora de seu contexto original. Além disso, os conteúdos enganadores, impostores, manipulados e fabricados também somam nessa análise. Sendo definidos como as peças informacionais que sofreram alterações, manipulações, limitações em termos de checagem da fonte ou até mesmo que foram feitas sob medida para enganar as pessoas.

Diante da variedade de elementos presentes nos ecossistemas informacionais, o estudo da desinformação é transversal por natureza, com contribuições analíticas e *frameworks* do Jornalismo, Comunicação, Ciência da Informação, Políticas Públicas, Psicologia e Ciência

¹⁸ O Projeto Comprova é uma iniciativa de jornalismo colaborativo contra a desinformação sem fins lucrativos. Ele reúne jornalistas de 41 veículos de comunicação brasileiros para descobrir e investigar informações suspeitas sobre políticas públicas, eleições presidenciais e a pandemia de covid-19 que foram compartilhadas nas redes sociais ou por aplicativos de mensagens.

Política. De acordo Vegetti e Mancosu (2020) devido à sua pervasividade, a desinformação tem sido cada vez mais considerada uma potencial ameaça à democracia e, em decorrência disso, pesquisadores buscam pensar contornos sobre o fenômeno com vistas a identificar questões como a sua prevalência (Allcott e Gentzkow, 2017; Vossoughi et al., 2018), seus padrões de difusão (Guess et al., 2019) e a resistência das pessoas desinformadas em relação à verificação de fatos e correções (Hameleers e van der Meer, 2019; Nyhan e Reifler, 2010; Porter et al., 2018).

Com o objetivo de fornecer uma revisão sistemática abrangente das pesquisas sobre *fake news*, bem como uma revisão fundamental das abordagens existentes usadas para detectar e prevenir a propagação de notícias falsas por meio de redes sociais online Aimeur et al. (2023) analisaram pesquisas e trabalhos durante um período de dez anos¹⁹ em periódicos e conferências, livros e revistas como fonte de dados para extrair artigos relevantes, além de bancos de dados científicos e bibliotecas digitais, como o Google Scholar, ScienceDirect, Scopus entre outros.

No conjunto de palavras-chave foram incluídos termos como *fake news*, *disinformation*, *misinformation*, *information disorder*, *social media*, *detection techniques*, *detection methods*, *survey* e *literature review*. Após passar pelos critérios de inclusão e critérios de exclusão (que incluem, dentre outros, os artigos em idioma diferente do inglês) os autores chegaram a 61 trabalhos de pesquisa que analisam a definição de *fake news* e os diferentes conceitos relacionados à palavra. No levantamento, os autores constatam que o tema das *fake news* está presente em várias áreas como economia (Clarke et al. 2020; Kogan et al. 2019; Goldstein and Yang 2019), psicologia (Roozenbeek et al. 2020a, Van der Linden e Roozenbeek 2020), ciência política (Valenzuela et al. 2022; Van der Linden et al. 2020; Allcott and Gentzkow 2017; Guess et al. 2019; Baptista and Gradim 2020), estudos da saúde (Alonso-Galbán e Alemañy-Castilla, 2022; Desai et al. 2022) e ciência ambiental (Treen et al. 2020).

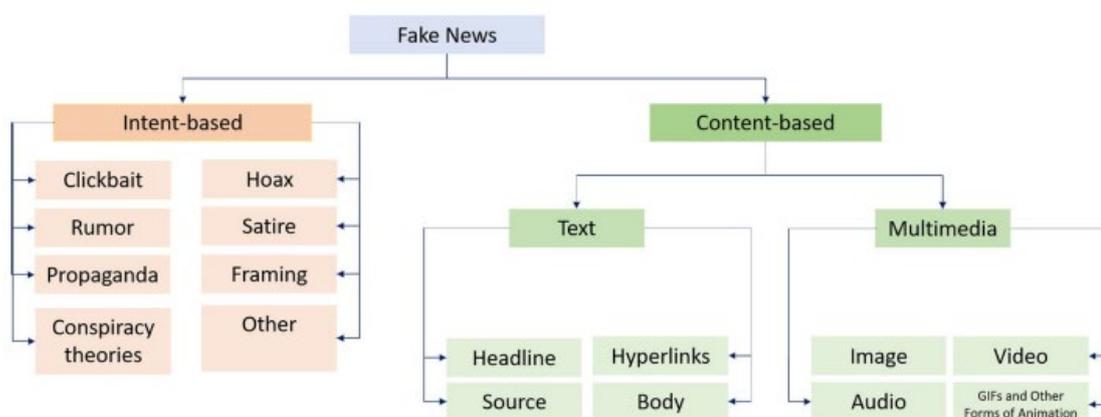
Do conjunto de autores mapeados por Aimeur et al. (2023) destacam-se por exemplo os estudos de Hameleers et al., (2022), que investigam como as percepções de desinformação e informações falsas se relacionam com a confiança nos meios de comunicação e os padrões de consumo de mídia e Jones-Jang et al. (2021) que investiga se a alfabetização midiática ajuda na identificação de *fake news*. Além deles, Fazio (2020), Luo et al. (2022), Metzger et al. (2020), McGrew (2020) e Lutzke et al.(2019) que investigam a avaliação da credibilidade de manchetes, o raciocínio cívico online e o pensamento crítico, assim como Bhuiyan et al. (2020),

¹⁹ Os autores também buscaram garantir dois terços dos trabalhos encontrados fossem referentes ao ano de 2019 ou posteriormente, com o objetivo de encontrar abordagens atuais.

Pennycook et al. (2020a), Brashier et al. (2021) que pesquisam avaliações de indicadores de credibilidade.

É através dessa grande revisão que os autores fornecem uma tipologia das *fake news*, conforme a figura abaixo. A partir do levantamento, é possível distinguir duas categorias principais de notícias falsas com base na perspectiva estudada: intenção ou conteúdo. Apesar dessa divisão os autores salientam que não se trata de exclusividade pois uma categoria específica de *fake news* pode ser descrita com base em ambas as perspectivas, isto é, de acordo com a intenção e conteúdo ao mesmo tempo. É o exemplo da sátira, que pode vir em formatos distintos como vídeos, manchetes, imagens e assim por diante.

Figura 4 - Tipologia das *fake news*

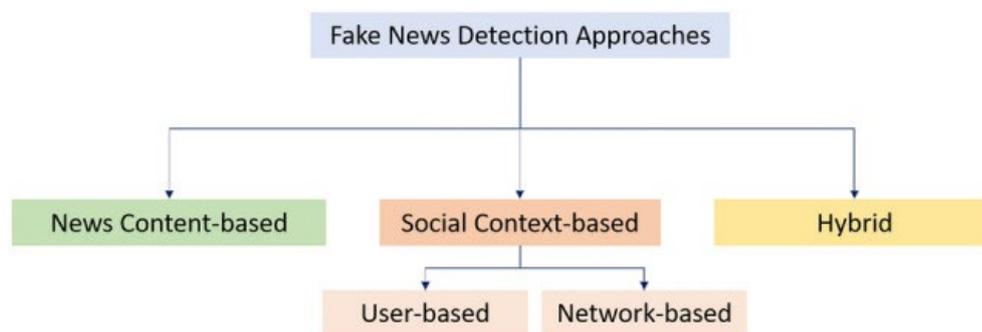


Fonte: Aïmeur et al., 2023.

A tipologia das notícias falsas é uma abordagem interessante, pois ela revela o fenômeno em suas múltiplas camadas, destacando a sua capacidade de se espalhar amplamente por meio de diversos formatos e configurações. Ademais, ela também destaca como as notícias falsas se adaptam às diferentes plataformas de mídia, públicos e contextos, tornando-se altamente contagiosas.

Outro ponto relevante trazido por Aïmeur et al. (2023), está na revisão da literatura sobre detecção de *fake news* em redes sociais online, apontando que os estudos existentes podem ser classificados em categorias mais amplas com base em dois principais aspectos: conteúdo (relacionado ao conteúdo da postagem de notícias) e contexto (relacionado ao contexto da postagem de notícias). Nesse sentido, eles oferecem três categorias, conforme a figura 5, contemplando também as abordagens híbridas que podem ser baseadas tanto no conteúdo quanto no contexto para definição da melhor solução.

Figura 5 - Classificação de abordagens de detecção de *fake News*

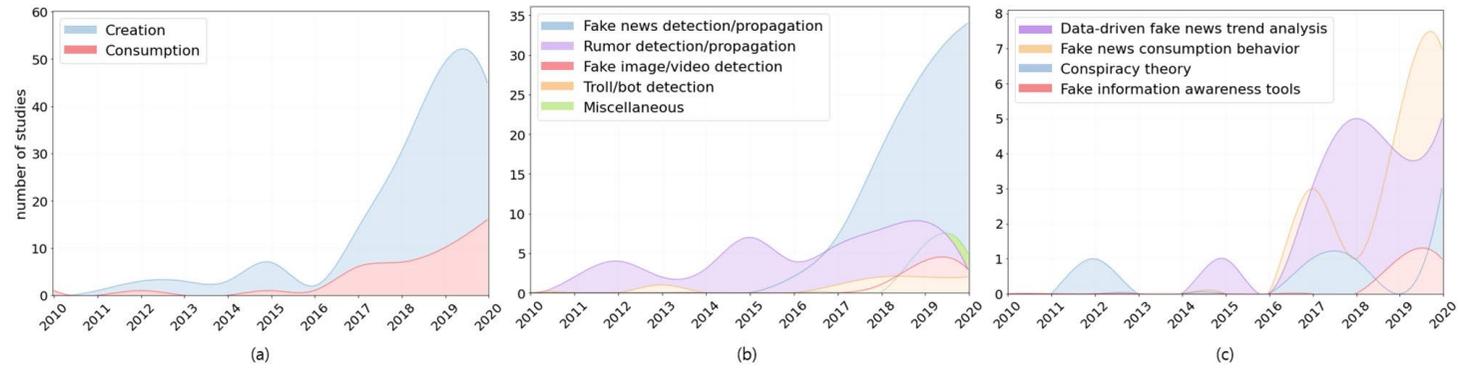


Fonte: Aïmeur et al., 2023.

Por fim, a revisão sistemática também aponta para as técnicas de detecção utilizadas pelos pesquisadores, incluindo *machine learning* (ML, aprendizado de máquina), *deep learning* (DL, aprendizado profundo), *natural language processing* (NLP, processamento de linguagem natural), verificação de fatos (*fact-checking*) entre tantos outros. Um ponto interessante é que a maioria das pesquisas revisadas pelos autores que se baseiam nos conteúdos das notícias para a detecção de notícias falsas depende de pistas baseadas em formato textual, extraídas diretamente do conteúdo da notícia, como o seu corpo textual e seu título.

Em trabalho semelhante de revisão, Kim et al. (2021) coletam 2.277 trabalhos relacionados a *fake news* em seis editoras principais (ACM, IEEE, arXiv, APA, ELSEVIER e Wiley) de julho a setembro de 2020. Aqui, após aplicação de critérios de inclusão e exclusão, os autores analisam 182 trabalhos publicados através das lentes da criação e consumo de notícias. Ao analisar as tendências de pesquisa sobre *fake news* na última década, é possível observar uma ampliação no número de pesquisas sobre o tema, principalmente a partir de 2016, com foco principal em sua criação, sua detecção e propagação. Conforme salienta Dourado (2020), a proeminência das fake news no debate político-eleitoral virou problema democrático que toma corpo, eleição após eleição, desde a vitória de Donald Trump nos Estados Unidos e da decisão pela saída do Reino Unido da União Europeia. Além disso, o terceiro gráfico aponta para um crescimento na análise de tendências de *fake news* baseadas em dados a partir do mesmo ano, assim como o comportamento de consumo de *fake news*.

Figura 6 - Tendências de pesquisa sobre *fake news* na última década (2010–2020)



Fonte: Kim et al., 2021.

Conforme indicado por van der Linden et al. (2020), com o surgimento do novo coronavírus em dezembro de 2019, a desinformação se disseminou amplamente nas redes sociais. Isso incluiu desde a promoção de falsas "curas", como o gargarejo com limão ou água salgada, até teorias de conspiração de que o vírus tinha sido criado em um laboratório em Wuhan (Andersen et al., 2020). Além disso, figuras políticas proeminentes, como o ex-presidente Donald Trump e o ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, contribuíram para a disseminação de notícias falsas ao fazer afirmações falsas de que a hidroxicloroquina estaria supostamente funcionando em outros lugares como tratamento para o vírus (Constine, 2020).

De acordo com a Agência Aos Fatos, em 1.459 dias como presidente, Bolsonaro deu 6.685 declarações falsas ou distorcidas²⁰, dessas, 2.337 declarações são relacionadas à pandemia e incluem falas de que vacinas aumentariam o risco de infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV), questionamentos de medidas de proteção com eficácia comprovada e previsões subestimadas do número de mortos pela infecção, além da diminuição da gravidade da pandemia. É devido a essa complexidade e pervasividade da desinformação que se busca entender aspectos como a mobilização de pessoas, radicalização dos discursos, ascensão de líderes populistas, utilização do negacionismo como estratégia política, ascensão de influenciadores da desinformação entre tantos outros tópicos que variam a partir do contexto.

Em revisão bibliométrica sobre a desinformação Wang et al. (2023) constatam que um total de 139 países/regiões estiveram envolvidos na produção de pesquisas científicas sobre desinformação durante o período de 2002 a 2021. Os dez principais países em termos de produção científica são os Estados Unidos, Reino Unido, Austrália, China, Canadá, Alemanha, Itália, Espanha, Países Baixos e Índia. É interessante observar que o Brasil aparece no décimo primeiro lugar, mesmo que a revisão tenha considerado o critério da língua inglesa para inclusão e análise.

De acordo com Resende, Melo, Sousa et al. (2019), a circulação de *fake news* seguiu um padrão diferente do que foi observado nas eleições dos Estados Unidos em 2016, com a centralidade para o fato de que as notícias falsas inundaram aplicativos de mídia social, como Facebook, Twitter e Whatsapp, esse último utilizado por mais da metade das pessoas no país (Machado et al. 2019). Nesse sentido, propõe-se analisar os estudos da desinformação a partir do Brasil. Com a crescente penetração da internet e o uso massivo das plataformas digitais (ou provedores de aplicação de internet) pelos brasileiros, não apenas os

²⁰ Disponível em <https://www.aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/>. Acesso em 31 de out 2023

hábitos de informação sofreram alterações, mas a própria natureza da informação política foi profundamente impactada.

Além das transformações tecnológicas, eventos políticos relevantes, a polarização ideológica e crescimento de discursos populistas, o ambiente informacional passou a ser caracterizado pela disseminação rápida de desinformação. Através dela, foi possível gerar mobilização e visibilidade muito maiores do que o conjunto de conteúdos altamente tendenciosos e partidários (Dourado, 2020; Newman et al., 2019). Além disso, ela deu origem a frentes de radicalização e violência política que estão diretamente relacionadas aos atos golpistas ocorridos em 8 de janeiro de 2023. De fato, conforme veremos a seguir, uma série de pesquisadores têm se dedicado a analisar a relação da desinformação e a saúde da democracia brasileira, pesquisando temas como as atitudes de Jair Bolsonaro e seu papel na formação da opinião pública ao longo da pandemia (Batista Pereira e Nunes, 2021) o processo eleitoral e o uso das urnas eletrônicas (Borba e Dutt-Ross, 2022; Dourado, 2021), políticas públicas (Gomes, 2023), literacia midiática e informacional (Samuel et al. 2023), o papel desempenhado pelas agências de checagem de fatos (Porter et al. 2023; Batista Pereira et al. 2022; Carey et al. 2020; Machado et al. 2019), entre muitos outros tópicos de interesse público.

3.2 Estudos da desinformação a partir do Brasil

Pelo menos desde 2018, assiste-se no Brasil país um cenário de transformação na paisagem informacional. Não é exagero reconhecer que uma cascata de eventos culminou em um dos períodos mais marcantes no país. Eventos como a morte de Marielle Franco (PSOL), a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva e a greve dos caminhoneiros representaram terreno fértil para aumento da polarização e disseminação de notícias falsas no ano eleitoral. Além disso, no mesmo período vieram à tona as investigações dos jornais “The New York Times” e “Guardian”, revelando que dados de mais de 50 milhões de usuários haviam sido usados pela empresa britânica Cambridge Analytica para fazer análise política e influenciar as eleições americanas de 2016. À época, o Facebook afirmou que o número era ainda maior, cerca de 87 milhões de usuários tiveram dados explorados pela Cambridge Analytica. Entre eles, quase 450 mil brasileiros.

O impacto que as plataformas digitais tiveram na vida dos brasileiros ao longo do ano também merece destaque. Não apenas o Facebook, mas o Twitter, Google e WhatsApp também tiveram que lidar com questionamentos sobre a influência de suas plataformas e sobre como

elas permitiam a disseminação de informações falsas. Mesmo aprovando no ano a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), o país passou, ao longo das eleições presidenciais, por um período de elevada negligência das plataformas. Ozawa et al. (2023) apontam que as eleições brasileiras de 2018 se tornaram um exemplo notável do poder político do WhatsApp, com evidências apontando para campanhas de desinformação que favoreceram a vitória do Presidente Jair Bolsonaro (Evangelista e Bruno, 2019). Como exemplo, apenas algumas semanas antes do segundo turno das eleições, Tardáguila et al. (2018) analisaram 100.000 imagens políticas que circularam em 347 grupos do WhatsApp, descobrindo que apenas 8% das 50 imagens mais compartilhadas eram verdadeiras.

Em outro estudo, Avelar (2019) evidenciou que o conteúdo de apoio a Jair Bolsonaro no WhatsApp era particularmente propenso a conter informações falsas. De acordo com levantamento do The Guardian relatou de uma amostra de 11.957 mensagens compartilhadas em 296 grupos do WhatsApp durante as eleições brasileiras de 2018, quase 42% do conteúdo de direita era falso, enquanto menos de 3% das mensagens de esquerda continham falsidades, conforme as agências verificadoras de fatos.

Além disso, a desinformação foi um motor da campanha de Jair Bolsonaro utilizando-se de um discurso contrário ao Partido dos Trabalhadores (PT), violento e radical. Exemplo dessa comunicação pública foram as falas distorcidas e homofóbicas sobre o suposto “kit gay”. Em diferentes momentos Jair Bolsonaro divulgou em suas redes sociais conteúdos falsos relacionados aos materiais educacionais produzidos pelo Departamento de Educação do governo em 2004, comandado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), com o objetivo de capacitar educadores de escolas públicas com materiais para treinamentos contra a homofobia, alegando que o material promoveria a homossexualidade entre crianças. Conforme salienta Dourado (2020), em 2018 o antipetismo, enquanto “sentimento partidário negativo” direcionado ao PT, se fortaleceu a ponto de sustentar a decisão eleitoral pelo bolsonarismo.

Em sua tese de doutorado intitulada “Fake news na eleição presidencial do Brasil de 2018”, Dourado (2020) oferece importantes análises sobre a penetração das *fake news* no contexto político e social do país. Ao utilizar métodos mistos de análise e coleta de conteúdo e costurar as relações que se estabelecem entre os atalhos informativos, os fluxos de informação e discussão política na esfera pública, a autora evidencia, entre outras conclusões, que a maioria das *fake news* que circulavam no período foram classificadas como pró-Bolsonaro. Além disso, os resultados evidenciaram para a importância de se atentar à participação de contas gerenciadas por seres humanos entre os principais e mais relevantes propagadores de *fake news*; ao fato de que *fake news* transitam organicamente entre plataformas, principalmente Facebook

e WhatsApp; à percepção de que uma ou poucas contas atraem em torno de si volume de compartilhamento suficiente para tornar uma história popular e à participação de líderes de opinião como agentes estratégicos para enquadrar fatos e acontecimentos públicos de forma distorcida e mentirosa.

Na mesma linha da autora, Ozawa et al. (2023) também apontam para o fato de que em diferentes jornais do Brasil, relatou-se a existência do “Gabinete do Ódio”, termo utilizado para se referir a um grupo de assessores de Jair Bolsonaro que atuavam no Palácio do Planalto e foram coordenados pelo ex-presidente e por Carlos Bolsonaro, seu filho. O grupo atuava na gestão das redes sociais do ex-presidente e foi formado durante a campanha para a eleição presidencial no Brasil em 2018, continuando a atuar até o fim de seu mandato. O nome “Gabinete do Ódio” foi criado por membros dissidentes do governo devido às táticas agressivas usadas contra adversários e se popularizou através da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) das Fake News, criada em setembro de 2019. O grupo servia como uma espécie de “bunker ideológico” (Ozawa et al., 2023), instalado em uma sala no terceiro andar do Palácio do Planalto, o escritório oficial do presidente em Brasília.

Com foco central na qualidade da informação que molda a opinião pública no Brasil, o estudo, feito por Ozawa et al. (2023), utilizou entrevistas com especialistas no ambiente de propaganda computacional do WhatsApp para produzir uma cronologia do Gabinete do Ódio, definido por eles como o aparato presidencial de Jair Bolsonaro para disseminar desinformação de maneira distribuída e descentralizada. A partir dessa definição, os autores buscaram preencher uma lacuna existente no estudo das eleições brasileiras de 2018 ao analisar aspectos da propaganda computacional financiada pelo próprio Estado, fornecendo um relato que aponta para a utilização da propaganda inclusive em período posterior às eleições. Para eles, a história recente evidenciou o poder das narrativas através da desinformação, como já citado o exemplo do “kit gay”, que sobreviveu a quatro ciclos de eleições: 2012, 2014, 2016 e 2018, e que ainda estava sendo usada como uma narrativa política por candidatos em 2020 (Martins, 2020).

O estudo pioneiro de Batista Pereira et al. (2023), intitulado “Fake News, Fact Checking, and Partisanship: The Resilience of Rumors in the 2018 Brazilian Elections”, também aponta para um grande desafio ao redor da desinformação no país: ao contrário da análise de estudos em outros países, as correções de *fake news* através da verificação de fatos são ineficazes mesmo entre uma grande parcela de eleitores auto identificados como não-partidários e também quando a verificação de fatos confirma o que é sugerido pelas identidades políticas individuais.

Para chegar a essa conclusão, os autores examinam o fenômeno das percepções políticas no contexto das eleições de 2018 no Brasil, reconhecendo que elas foram particularmente afetadas pela disseminação de informações falsas. Nesse sentido, buscam avaliar em primeiro lugar se as correções feitas através da verificação de fatos (*fact-checking*) são eficazes fora das democracias desenvolvidas, em contextos que apresentam níveis mais baixos de educação, menores níveis de leitura de jornais e menor atenção às organizações de verificação de fatos. Esse ponto merece destaque devido ao fato de que grande parte desses estudos são realizados em democracias desenvolvidas e apontam para a eficácia da correção da informação através de mecanismos de verificação dos fatos (Frederico Batista Pereira et al., 2023).

Em segundo lugar, os autores se debruçam sobre as condições necessárias para que a informação corrigida tenha sucesso ou falhe em relação à mudança de opinião dos indivíduos. Eles buscam aqui investigar se a explicação dominante do raciocínio motivado partidário (*partisan motivated reasoning*, PMR) se aplica ao Brasil, onde existe uma configuração diferente de atitudes partidárias. O raciocínio motivado partidário é tido como o principal motivador da crença política em informações falsas (*political misinformation* ou desinformação política) e como a explicação central para avaliação do sucesso ou fracasso das correções de informações feitas através da checagem dos fatos.

Através de um *design* de pesquisa que envolveu a manipulação de correções de *fake news* feitas através da checagem dos fatos, os autores conseguiram avaliar a prevalência de crenças falsas sobre política, assim como a eficácia de correções profissionais através da checagem de fatos em seis histórias falsas que tiveram grande circulação no Brasil. O projeto utilizou *fake news* sobre o Partido dos Trabalhadores (PT) e seu principal líder, Luiz Inácio Lula da Silva. É interessante notar que a escolha do PT é justificada pelos autores devido ao fato de que ele foi o grupo político mais visado pela circulação de informações falsas no Brasil em 2018. A coleta de dados foi feita em uma grande amostra representativa de eleitores do estado de Minas Gerais, que possui o segundo maior contingente de eleitores do país, poucos dias antes do primeiro turno das eleições presidenciais em 2018. As descobertas apontaram para o fato de que cerca de um terço da amostra aceitou as histórias falsas usadas no estudo. Mais importante ainda, ao contrário do que foi encontrado nas democracias desenvolvidas, a utilização de informações corretas na correção de *fake news* não conseguiu mudar as opiniões durante as eleições no Brasil.

Após as eleições, a desinformação não apenas aumentou, mas também se consolidou como uma prática política e institucional de Jair Bolsonaro durante a pandemia de Covid-19. Frederico Batista Pereira e Felipe Nunes (2021) exploraram o principal mecanismo através do

qual Bolsonaro desafiou um amplo consenso, alterando inclusive a percepção de seus apoiadores em relação ao surto de Covid-19. Na análise dos autores, Bolsonaro desafiou a mídia *mainstream* existente na comunicação de massa do país, utilizando das redes sociais como espaços para disseminação de mensagens entre seus apoiadores, justamente pela possibilidade de seus eleitores escolherem o conteúdo que desejam saber. Dessa forma, seus apoiadores evitaram a cobertura mais uniforme focada na saúde e recorreram às informações online do Presidente.

A partir de três pesquisas online coletadas em diferentes estágios da pandemia no Brasil (março, abril e junho), fica evidente que a diminuição da preocupação e do apoio a políticas, assim como a polarização política, se tornou mais presente ao longo do tempo entre os entrevistados que dependiam de fontes de internet para consumir notícias. Merece destaque também no estudo dos autores o fato de que, conforme evidenciado, a mudança nos ambientes informacionais das democracias, em última análise, redefine a lógica do populismo. Nesse sentido, as conclusões apontam para o surgimento de características das lideranças populistas em uma era em que as pessoas desfrutam de maior variedade de opções de mídia do que nunca. Além disso, por mais que as disputas relacionadas à pandemia no Brasil tenham sido amplificadas e incentivadas em ambientes online, um dos principais impulsionadores do desacordo era um líder populista reacionário (Lynch e Cassimiro, 2022) com objetivos políticos específicos de distrair eleitores de comportamentos inadequados e minar consensos científicos. Dessa forma, as descobertas indicam que existem potenciais ameaças à responsabilidade em ambientes informativos nos quais os populistas conseguem atingir públicos e manter seu apoio sem a mediação de outras instituições.

Em outro artigo de 2022, intitulado “Presidential Influence and Public Opinion During Crises: The Case of COVID-19 in Brazil”, os autores exploram a mudança nas visões dos brasileiros sobre o surto de coronavírus, evidenciando que a influência presidencial, considerada como um fenômeno pouco estudado em democracias em desenvolvimento Frederico Batista e Felipe Nunes (2022), pode ser um fator importante na formação da opinião pública sobre questões emergentes e durante período de crises. Ao utilizar métodos como pesquisas de opinião pública e padrões agregados de buscas online os autores apontam para a ideia de que a mudança na retórica de Jair Bolsonaro, passando de uma trivialização ambígua para o negacionismo explícito, impulsionou as mudanças na opinião pública sobre a pandemia.

Pesquisas que discutem soluções possíveis para conter a disseminação de informações falsas no Brasil também merecem destaque. É o caso do estudo “Inoculation Reduces Misinformation: Experimental Evidence from a Multidimensional Intervention in Brazil”,

conduzido por Frederico Batista Pereira, Natália Bueno, Felipe Nunes e Nara Pavão (2023), pesquisadores brasileiros que têm renovado o estudo da desinformação e das *fake news* a partir de abordagens multimétodos. Neste artigo, eles investigam um tipo específico de ferramenta contra a desinformação, que são as intervenções preventivas tais como campanhas de conscientização e educação midiática que buscam motivar e treinar indivíduos para se envolverem criticamente com o conteúdo de notícias e distinguirem entre informações precisas e imprecisas. A ideia aqui é imunizar cidadãos contra a desinformação.

O estudo, que se enquadra como um dos poucos estudos com intervenções experimentais de campo, utiliza dois experimentos incorporados em painéis de pesquisa online para testar a eficácia de uma campanha contra a desinformação. No primeiro, em parceria com o maior jornal brasileiro, a Folha de São Paulo, os autores forneceram assinaturas gratuitas e conteúdo de e-mails para serem utilizados nos estímulos de tratamento durante as eleições municipais de 2020 em São Paulo. No segundo estudo, conduzido em janeiro de 2022, os autores replicaram características do primeiro estudo, incluindo alguns elementos adicionais como uma bateria mais extensa de rumores falsos. Os resultados são intrigantes e revelam que as intervenções de fato reduziram a aceitação de rumores, fornecendo mais evidências de que campanhas de conscientização e educação midiática podem diminuir a crença das pessoas em informações falsas. Para eles, esse achado é particularmente impressionante no contexto brasileiro, uma vez que a desinformação é disseminada com muita velocidade e não há consenso em relação às evidências da eficácia de verificações de fatos.

A partir dessas mudanças recentes, há também indicativos de uma reconfiguração do cenário informativo no Brasil nos próximos anos impulsionada principalmente pela ascensão de plataformas digitais menos reguladas e moderadas, conhecidas como "dark platforms" (Zeng e Schäfer, 2021), além de extensos ecossistemas de desinformação compostos por canais, grupos e arquitetos da desinformação em rede (Ong e Cabañes, 2018). Esses ecossistemas são majoritariamente liderados por atores da extrema-direita, que promovem a disseminação de narrativas sobre eventos públicos e mobilizam a atenção política em torno de temas como nacionalismo, ordem, racismo, antiglobalismo, anti-imigração e outros (Bennet; Livingston, 2018).

Nascimento et al. (2022) analisam os ecossistemas multiplataforma de grupos de extrema-direita brasileiros na plataforma Telegram a partir de uma perspectiva de métodos mistos, articulando análise computacional de dados com análises sócio-antropológicas acerca da gramática e das lógicas de ação. Para entender a multiplicidade de mediadores informativos no Brasil, os autores resgatam o conceito de públicos refratados (Abidin, 2021), utilizado para

definir tanto as propriedades técnicas da arquitetura das plataformas quanto às decisões e agência dos usuários humanos que operam entre camadas mais e menos visíveis da web.

Os achados dos autores são impressionantes e revelam a existência de núcleos de radicalização cada vez mais refinados em termo de adoção de estratégias que dificultam a rastreabilidade do conteúdo que circula nesses espaços (Nascimento et al., 2022), como a política de apagamento de conteúdo dentro de vinte e quatro horas, além da utilização crescente de *bots* e automatizações que mesclam humanos e robôs na propagação de ideias radicais. Além disso, os autores também apontaram para a prevalência do YouTube como principal plataforma para a qual são direcionados links externos ao Telegram, sugerindo que o YouTube pode se configurar como o epicentro da produção de conteúdo de extrema-direita no Brasil. Para eles, essa presença massiva de links endossa as observações da literatura que enfatizam a necessidade de compreender o Telegram dentro de uma ecologia de mídia mais ampla.

Rossini et al. (2023) também identificou que as crenças em desinformações eleitorais podem ser explicadas por uma combinação de fatores políticos, informativos e atitudinais. Esse diagnóstico é consonante com pesquisas anteriores sobre desinformação em contextos altamente polarizados, evidenciando que a ideologia de direita é um preditor positivo para a manutenção de crenças desinformadas sobre a eleição. Além disso, a autora também descobriu que aqueles que tinham menos confiança nos resultados da eleição de 2022 eram mais propensos a manter crenças desinformadas amplamente difundidas pelo então presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores.

Conforme elucidado, há uma forte movimentação no país em termos de endereçamento e compreensão das transformações informacionais. No campo das instituições do país, a preocupação com tema também se reflete através da adoção de iniciativas como o Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação da Justiça Eleitoral (PPED) e a Frente Nacional de Enfrentamento à Desinformação (Frente), instâncias como a Procuradoria Nacional de Defesa da Democracia (PNDD) e a Secretaria de Políticas Digitais (SPDIGI) e campanhas nacionais como #BrasilContraFake. Além delas, nota-se também o protagonismo de organizações como o Instituto Vero, Desinformante, Open Knowledge Brasil, Transparência Brasil, InternetLab, Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), Aos Fatos, Agência Lupa entre tantas outras que têm se dedicado a compreender as novas relações que se estabelecem entre tecnologia, internet e informação política.

Diante desse cenário, evidenciar que a viabilidade de uma cidadania informada torna-se cada vez mais difícil é apontar para o óbvio. Longe de fazer isso, propõe-se uma reflexão sobre a possível reformulação desse ideal a partir da própria natureza da democracia, que se

movimenta e se reajusta a partir de fenômenos como as crescentes transformações na paisagem informacional. Nesse contexto, é essencial repensar como a democracia e a cidadania informada podem coexistir e prosperar diante dos inúmeros desafios trazidos pela desinformação.

3.3 Em busca de um novo ideal?

Há cerca de vinte anos atrás, Michael Schudson já argumentava que o ideal do cidadão informado precisava ser seriamente reconsiderado. Em seu livro “The Good Citizen: A History of American Civic Life”, Schudson (1998) aponta a existência de quatro eras distintas da vida cívica americana, cada uma caracterizada por um modelo diferente de cidadania. Ao longo dos séculos XVIII e início do século XIX, representando a primeira era, os cidadãos dependiam basicamente da liderança das elites políticas, e a responsabilidade cívica consistia principalmente em afirmar a legitimidade dessa casta governante. No restante do século XIX, a segunda era, os cidadãos desempenharam um papel mais central, ainda que fortes organizações partidárias mobilizassem as massas por meio de entretenimento e outras recompensas individuais e materiais, em vez de apelos detalhados à ideologia ou questões.

A terceira era ocorreu no final do século XIX e início do século XX, perdurando até a década de 1950 em reação à prática partidária do período anterior. Nela, dois modelos de cidadania eram concorrentes: o modelo dominante, originado das reformas progressistas, enfatizava a eficiência gerencial, uma imprensa profissional não partidária e um governo liderado por especialistas e o segundo modelo que enfatizava a participação direta dos cidadãos na política e na formulação de políticas, e era caracterizado, por um lado, por grupos de discussão locais e outras formas de deliberação cívica. A última era, a partir da década de 1950 é dominada, na visão de Schudson, pelo cidadão que é consciente de direitos.

Cada uma dessas nuances trazidas por Schudson revelam que diferentes versões de democracia são acompanhadas por diferentes conceitos de cidadania. Como observado por Delli Carpini (2000), cada um desses modelos de vida cívica pontuados por Schudson carregam implicações positivas e negativas para o regime democrático. Uma crítica enfática feita por ele, no entanto, é em relação ao ideal problemático do “cidadão informado” que surge de forma mais explícita na segunda era. Para ele, a ascensão desse ideal no século XX levou a uma espécie de higienização da política, deixando de lado elementos viscerais e emocionais que serviram como poderosas forças motivadoras em eras anteriores, além disso, ele acelerou a rejeição da política partidária e de uma política entrelaçada com a vida social cotidiana criando

demandas intelectuais tão impossíveis para os cidadãos que acabaram enfraquecendo, em vez de fortalecer, os esforços para criar uma vida cívica mais participativa e democrática.

A abordagem de Schudson sobre o ideal do cidadão informado é notável, principalmente ao salientar que os sistemas políticos ensinam aos cidadãos os comportamentos esperados deles. Conforme as regras políticas do jogo mudaram fundamentalmente ao longo da história americana, ele argumenta, também mudaram as concepções do bom cidadão. Sua análise histórica posiciona o modelo do "cidadão informado", ainda considerado essencial para boa cidadania, como socialmente construído e mantido. Além disso, embora ele reconheça que esse ideal ainda mantém um lugar importante em nossa estrutura de valores políticos, Schudson também destaca a necessidade de reformulá-lo. Sua recomendação aponta para a adoção de um modelo mais realista, adequado ao nosso tempo, conhecido como "cidadão monitorial" (monitorial citizen), no qual os cidadãos regularmente monitoram e escaneiam o ambiente político e social. Essa prática constante permite que eles estejam prontos para ação quando necessário. Dessa forma, os cidadãos se mantêm suficientemente informados e alertas apenas na medida necessária para a tomada de decisões, com um comportamento caracterizado pela vigilância ativa e supervisão, além da capacidade de desempenhar várias tarefas enquanto permanecem atentos (Schudson, 1998).

É preciso mencionar que a proposta de reformulação, no entanto, significaria dizer que o "cidadão monitorial" substituiria o "cidadão informado" (Ytre-Arne e More, 2018), uma vez que os conceitos de cidadania não são exclusivos. O "cidadão monitorial" seria, na realidade, um tipo de cidadão que soma aos conceitos existentes de cidadania e que corresponde a uma tipificação mais adequada para entender a atuação dos cidadãos em sociedades modernas de acordo com Schudson. Além disso, embora esse modelo atenua a responsabilidade dos cidadãos em relação à sua rotina de coleta de informações, colocando-os como vigilantes que podem realizar diferentes tarefas ao mesmo tempo enquanto estão alertas, algumas questões ainda permanecem presentes. Uma delas, por exemplo, é o quanto seria necessário estar informado suficiente para vigiar e reagir. Outro ponto é justamente o papel que a mídia e outros canais desempenham na construção desse "cidadão monitorial" (Ytre-Arne e Moe, 2018).

Apesar desses questionamentos, a relevante contribuição de Schudson (1998) para o debate sobre o papel da informação dos cidadãos em uma democracia reside não somente em mostrar como as noções de cidadãos ideais variaram na história dos Estados Unidos, mas também apontar o modelo de "cidadão bem informado" como algo socialmente construído. Esses modelos não são petrificados ou imutáveis, pelo contrário, há uma tendência de ocorrerem mudanças principalmente devido às condições sociais e tecnológicas que os

indivíduos desfrutam (Kligler-Vilenchik, 2017). Se nos modelos de “cidadão informado” a mídia referia-se à televisão, rádio e jornal, com o surgimento da internet e das redes sociais o aprofundamento em interpretações alternativas sobre as relações sociais e políticas com a informação torna-se essencial. Conforme evidenciado anteriormente, nesses espaços a informação adquire novos contornos, da mesma forma que ferramentas e rotinas são adicionadas ao rol de obrigações e deveres dos cidadãos dentro de uma democracia.

Inspirados na discussão trazida por Schudson, autores têm pensado a questão do papel das novas mídias na mudança das concepções de cidadania, através da interpretação desse novo ambiente como parte de um paradigma mais amplo. Para Kligler-Vilenchik (2017) o argumento compartilhado que une esse paradigma não é somente o local que ocorre essa mudança (no ambiente de mídia digital ou fora dele), mas sim uma discussão sobre a constante mudança da natureza da cidadania. É relevante destacar que, ao empregar o termo "paradigma", a autora não está afirmando que os diversos acadêmicos que fazem parte dele concordam de maneira precisa com a configuração atual da cidadania. Pelo contrário, o paradigma se caracteriza por uma abundância de modelos que buscam compreender a transformação em curso e pela compreensão de que os modelos tradicionais podem não ser adequados para avaliar o atual estado da cidadania.

Inseridos nesse paradigma, estão autores como Ethan Zuckerman (2014), que aponta em sua obra “New Media, New Civics?” para um processo de mudança na cidadania impulsionado pelo surgimento das mídias participativas. Com foco de pesquisa em um contexto não-ocidental, Zuckerman analisa a ação de ativistas em movimentos como a buscando compreender novas formas e limitações de engajamento cívico online. É interessante entoar como o autor descreve a nova modalidade de cidadania participativa, apontando para as formas de engajamento cívico que usam mídia digital como componente central e adotam um modelo pós-'cidadão informado' de participação cívica (Zuckerman, 2014). Além disso, nesse cenário, o elemento catalisador da cidadania seriam as teorias de mudança, processo pelo qual as pessoas acreditam que a mudança social pode ser alcançada. O ativismo online seria utilizado, dessa forma, com um vetor na promoção de transformações envolvendo a mudança de opinião pública, pressão política, defesa de interesses entre outros. Dessa forma, o modelo debatido por Zuckerman (2014) é um modelo que vê novas formas de cidadania como dependentes de mídias digitais e em rede, que não poderia sem ambos os cenários.

Kligler-Vilenchik (2017) também resgata o exemplo de Lance Bennett (2008) que, nas últimas décadas, tem produzido uma extensa obra que aborda a transformação dos estilos de cidadania. Ao contrário do modelo de cidadania obediente (dutiful citizen) ou cidadão

informado (informed citizen), descrito como um dos principais paradigmas de cidadania, Bennett argumenta que um número crescente de pessoas, em sua maioria jovens, exerceria um modelo de cidadania chamado de "Auto-Realizadora" (Self-Actualizing Citizenship). Nesse modelo, as motivações para a participação política surgem da expressão de opiniões e ações, promovidas principalmente através de relações de confiança. Conforme lembra Kligler-Vilenchik (2017), Bennett e seus colegas não encaram a cidadania "auto-realizadora" como derivada do ambiente de novas mídias, mas identificam as novas mídias como uma força-chave na expressão desses modos de cidadania e em sua contínua formação. Essa abordagem está em consonância com argumentos que enfatizam como as tecnologias digitais capacitam os indivíduos a participar da chamada "esfera pública em rede" (Benkler, 2006).

Merece destaque também na abordagem de Bennett et al. (2009) a compreensão de que a cultura da informação associada às mídias digitais e redes sociais leva a um conjunto diferente de disposições em relação ao conhecimento cívico e seus vários componentes, incluindo questões como autoridade, credibilidade, produção, consumo e compartilhamento de informações. Essas abordagens mencionadas anteriormente, reconhecem explicitamente o papel das novas mídias na mudança das concepções de cidadania. Kligler-Vilenchik (2017) argumenta ainda que esses novos modelos andam de mãos dadas com uma série de outras sugestões sobre a mudança cívica feitas por Paul Lichterman (1995, 1996), Pippa Norris (1999), Russell Dalton (2009) e Pierre Rosanvallon (2008). Embora essas outras sugestões não considerem o ambiente de novas mídias ou a menciona apenas de passagem, elas compartilham o fundamento de que a cidadania está passando por um processo de mudança em sua forma ou estilo, uma mudança que não deve ser percebida como declínio, mas sim como o surgimento de algo novo.

Dessa forma, o ponto central reside em reconhecer que embora a boa cidadania seja frequentemente retratada como um conjunto fixo e autoevidente de padrões, o "bom cidadão" é, na verdade, uma construção social situada em um local e tempo específicos (Pykett et al., 2010). Isso significa dizer que ao longo do tempo e em diferentes contextos, o conjunto de ideias sobre o papel do cidadão na sociedade e os modos desejados de participação podem mudar, acompanhado também das intensas transformações sociais e tecnológicas (Schudson, 1998). Além disso, os modelos de cidadania têm considerável poder ideológico na formação de expectativas sobre como um bom cidadão deve se comportar e agir (Kligler-Vilenchik, 2017).

O reconhecimento da maneira como as crescentes tecnologias têm impactado os papéis de cidadania é um esforço que vem sendo realizado nos últimos anos, principalmente em termos normativos. Temas como as novas formas de ação cívica, espaços de participação e deliberação

apontam para uma redefinição não apenas no entendimento dos indivíduos em relação aos processos democráticos, mas principalmente no modo como eles se envolvem com a política e a informação. Apesar do progresso alcançado, ainda existe espaço para análises, especialmente no nível empírico. Até o momento, temos reconhecido o desafio hercúleo de se manter atualizado sobre tudo o que ocorre no domínio político. No entanto, há questões adicionais que merecem exploração, tais como: de que maneira um cidadão se torna "suficientemente informado" (Ytre-Arne e Moe, 2018)? É importante também investigar de que forma a desinformação afeta a percepção das pessoas sobre o quão bem informadas estão e até que ponto estão desinformadas.

A partir desse cenário, Walter Lippmann parece oferecer insights importantes para o século XXI. Seu ceticismo revela uma natureza pedagógica ao pontuar que nenhum ser humano jamais elaborou um ideal absoluto ou universal na política, pelo simples motivo de que ninguém sabe o suficiente, nem poderia saber o suficiente para fazê-lo. Há uma ênfase aqui nas intensas transformações virtualmente inacessíveis que definem e redefinem as dinâmicas sociais e políticas, conforme vimos anteriormente. Cada uma dessas nuances somam a uma questão central e norteadora do presente trabalho: o papel da informação nas democracias.

No relatório Global Digital feito pela organização We Are Social e Meltwater (2023), que analisa anualmente o uso de internet, mídia social, celulares e e-commerce pelo mundo é possível encontrar grandes indícios de um processo de transformação em curso. A pesquisa revela que atualmente existem 5,16 bilhões de usuários de internet no mundo, o que significa que mais da metade da população mundial está agora online. Além disso, os dados também mostram que "encontrar informações" ainda é a razão principal pela qual as pessoas usam a internet hoje.

No Brasil, o relatório recente "Desigualdades informativas: entendendo os caminhos informativos dos brasileiros na internet" feito pelo AláfiaLab (Santos et al., 2023) revelou que as redes sociais são utilizadas no país por 94% das pessoas como fontes de informação. De maneira semelhante, no estudo recente "Os vetores da comunicação política em aplicativos de mensagens: hábitos e percepções" o InternetLab em parceria com a Rede Conhecimento Social (2023) foi possível constatar que o Whatsapp continua sendo o aplicativo mais utilizado pela população brasileira. Além disso, nota-se um aumento do uso do Telegram e um movimento de consolidação de seu uso em 2022.

O que esses estudos recentes revelam é que a transformação na paisagem informacional não é um fenômeno recente, tampouco isolado. Envolve, na realidade, temas como acesso, qualidade, consumo, laços de confiança, autoridade, credibilidade, canais, comunicação direta, entre outros. Cada um desses elementos incide sobre a maneira como os indivíduos se

relacionam com a informação e utilizam ela na tomada de decisões nos espaços privados e públicos. Além disso, eles preenchem uma lacuna de existência de dados sobre o ambiente informativo do Brasil assim como as relações de consumo da informação dos brasileiros.

Nesse sentido, salienta-se aqui o espaço para o aprofundamento nas complexidades em evolução da paisagem informacional, seja através de pesquisas conforme as citadas anteriormente, ou incorporação de conceitos que auxiliem no entendimento do papel da informação a partir de um regime democrático. De maneira semelhante, é necessário também endereçar questões como a credibilidade e integridade informacional, as assimetrias informacionais, a sobrecarga informacional (Metag e Gurr., 2023), a recepção de informação política combinando métodos qualitativos e quantitativos, o papel dos governos no provimento de informações em Linguagem Simples e em formatos acessíveis (Pires, 2021) entre tantos outros.

CONCLUSÃO

É evidente que as relações sociais e políticas dos indivíduos com a informação estão passando por transformações. De maneira semelhante, também transforma-se a centralidade da cidadania informada através da proposição de novos modelos e abordagens que buscam entender tanto o papel da informação nas democracias, quanto a maneira pela qual indivíduos processam as informações e as traduzem em decisões políticas. Essa dinâmica em constante evolução nos desafia a reavaliar continuamente abordagens, metodologias e análises. Dessa forma, à medida que navegamos por um mundo cada vez mais digital e interconectado, é essencial continuar a explorar as complexidades dessa evolução e a adaptar nossas teorias e práticas de cidadania para refletir as realidades informacionais.

De maneira geral, é preciso reconhecer que o esforço dedicado à pesquisa sobre a cidadania informada e o papel da informação política nas democracias tem sido fundamental para enriquecer o entendimento sobre o funcionamento do regime. Tanto do ponto de vista teórico quanto empírico, abordados ao longo trabalho, essas investigações revelam uma preocupação central de compreender fenômenos que impactam o comportamento político, as eleições, o voto, os processos de deliberação e participação. A análise proposta aqui não é, dessa forma, somente fruto do momento atual, mas acompanha uma tendência presente no curso da história como algo inescapável ao se referir à qualidade do regime democrático.

É crucial ressaltar também que o fato desta discussão estar impregnada de pressupostos normativos que ao longo do tempo foram sujeitos a contestações não implica, de forma alguma, que a busca pela informação ou pela cidadania informada não tenha relevância na democracia. Longe de fazer tal alegação, o propósito deste trabalho é resgatar as diversas abordagens e compreensões sobre a informação dos cidadãos, buscando mapear as tensões, controvérsias, métodos de mensuração, ideais e os novos contornos que essa relação adquire na contemporaneidade. O interesse central do trabalho surge da constatação de que, embora a Ciência Política tenha fornecido uma justificativa ético-política para a cidadania informada e para a melhoria das decisões por meio da informação, ainda existe uma lacuna a ser preenchida ao reinterpretar essa justificativa à luz de fenômenos contemporâneos, como a desinformação.

Além disso, cada vez mais trabalhos apontam para a necessidade de interpretação de uma democracia realista, como um renovo nos estudos relacionados à democracia, considerando os cidadãos como ignorantes, ocupados, com pouco interesse ou desinteressados em relação à política. O que grande parte desses estudos deixam escapar, no entanto, é que tais questões já estavam inseridas há muito tempo em debates que encontramos na Teoria Política,

conforme elucidado ao longo do primeiro capítulo. Tensões, controvérsias e desconfianças em relação aos requisitos informacionais da cidadania democrática já estão presentes pelo menos desde Platão e Aristóteles. Uma análise cuidadosa permitiu observar que essa é uma questão central durante todo o século XX.

Outro ponto que merece destaque é a incorporação de conceitos como a sofisticação política nos estudos sobre a informação política dos indivíduos, devido ao seu potencial para enriquecer a compreensão da dinâmica da cidadania informada nas democracias contemporâneas. Essa abordagem, que se concentra na capacidade dos cidadãos de processar informações políticas, vai além de uma visão simplista da participação política e da mera coleta de informações, mas abrange a compreensão que os indivíduos possuem sobre o universo da política. É interessante notar como pouco a pouco amplia-se a compreensão a respeito das capacidades políticas dos indivíduos inclusive através dos conceitos que são propostos. Dada a sua relevância, a sofisticação política reaparece também, mais recentemente, como uma variável importante na compreensão dos novos contornos da informação. Por essa razão, priorizou-se o resgate deste conceito ao longo do trabalho em detrimento de outros, como a cultura política, conforme elucidada por Almond e Verba (1963).

Além disso, ao explorar as complexidades da cidadania informada, buscou-se aqui elucidar as camadas existentes na maneira como os cidadãos acessam, interpretam e utilizam a informação política em seus processos de tomada de decisão, apontando para pesquisadores e métodos renovados de pesquisa que buscam entender, monitorar e frear as implicações que os novos contornos da informação trazem para as democracias. Embora esse esforço seja relativamente recente, destaca-se aqui a proeminência de pesquisas a partir do Brasil.

Pesquisadores como Nara Pavão, Felipe Nunes, Frederico Batista, Natália Bueno, entre tantos outros têm realizado importante trabalho de propor análises que deslocam a atenção para além de países como os Estados Unidos, buscando entender novas configurações discursivas, estratégicas e informativas que impulsionam fenômenos como a radicalização, o populismo reacionário, o negacionismo entre tantos outros. Cada uma dessas contribuições enfatiza a necessidade de pesquisas para frear inclinações autoritárias e rupturas democráticas.

O trabalho recente de Rossini et al. (2023) é particularmente interessante ao fornecer uma triangulação analítica que combina fatores políticos, informativos e atitudinais. No estudo sobre crenças em informações falsas ao longo das eleições presidenciais de 2022 os autores constatam, entre outras coisas, que aqueles que tinham menos confiança nos resultados da eleição de 2022 eram mais propensos a manter crenças desinformadas amplamente difundidas pelo então presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores. A primeira questão que surge como

horizonte de pesquisa a partir desse resultado é o papel de atores ou elites políticas como mediadores informacionais, impactando na ampliação dos níveis de desinformação dos indivíduos e impulsionando mobilizações.

Como destacado por Batista Pereira et al. (2022), a identificação de quem compartilha desinformação e o que é compartilhado como tal depende, em grande parte, das abordagens de medição. No entanto, várias abordagens para detectar a desinformação consistentemente sugerem que o ato de compartilhar desinformação é uma ocorrência rara entre os líderes políticos no Brasil. No estudo intitulado "Detecting Misinformation: The Spread of False News by Political Leaders in the Global South", há uma imagem global caracterizada por baixa frequência na publicação de informações falsas por parte desses líderes. Nesse contexto, tais publicações representam apenas uma pequena parcela das atividades dos líderes políticos nas mídias sociais.

Embora essa frequência seja baixa, o estudo evidencia que fatores políticos, como a afinidade eleitoral com Bolsonaro ou Haddad e a orientação ideológica, estão consistentemente associados ao compartilhamento de desinformação, embora a força dessas associações varie de acordo com a abordagem de medição e a forma como a variável de resultado é definida. Dentre esses fatores, o alinhamento eleitoral com Bolsonaro emerge como um indicador mais sólido do compartilhamento de notícias falsas quando se utiliza a abordagem baseada em texto.

Em trabalho semelhante, Nara Pavão et al. (2023) apresenta alguns resultados preliminares que indicam que a disseminação de desinformação de fato beneficia os políticos, ainda que a frequência de postagem de peças de desinformação seja baixa, pois esse tipo de narrativa é eficaz na mobilização de eleitores. No trabalho "Political Elites, Misinformation, and Mobilization: Evidence from Brazil" os autores testam empiricamente esse argumento usando dados descritivos e experimentais no Brasil, mostrando que as postagens dos políticos que contêm desinformação têm níveis mais elevados de interações aparentemente positivas com os usuários de mídias sociais no Brasil. É interessante observar à luz desses trabalhos e pesquisas recentes como a triangulação de fatores políticos, informativos e atitudinais (Rossini et al., 2023) de fato se concretiza, apontando para caminhos que permitam o endereçamento desses fenômenos à luz da realidade brasileira.

Apesar desses avanços notáveis na literatura sobre desinformação no Brasil, nota-se que ainda há espaço para aprofundamento em questões como as disputas e guerras informacionais (infowars), as estratégias de mobilização, ocultação e contestação dos fatos, credibilidade informacional, além de assimetrias informacionais, padrões de consumo informacional e exposição recorrente à desinformação. Rossini et al. (2023) também pontuam um para o fato de

que a desinformação eleitoral se encaixa em uma narrativa conspiratória mais ampla de desconfiança institucional. É preciso, portanto, que essas agendas sejam mais exploradas, a fim de contribuir para a evolução das soluções teóricas e práticas propostas sobre o assunto.

Desde já é possível mapear algumas questões cruciais que merecem investigação, a saber: i) como a desinformação está relacionada aos diversos modos pelos quais os eleitores são expostos e consomem informações políticas; ii) quais estratégias os eleitores adotam para avaliar a credibilidade das informações e como isso afeta a sua recepção e compartilhamento de conteúdo; iii) se existem disparidades no consumo regular de informações de baixa credibilidade; iv) como as tensões, o ceticismo e a desconfiança em relação a informações reais se manifestam; v) quais estratégias de mobilização nas redes sociais questionam a integridade das informações e das instituições que as divulgam.

Questões amplas relacionadas a esses temas também surgem, como, por exemplo: "Como a exposição frequente à desinformação afeta a percepção da credibilidade das fontes de informação e a aceitação de informações incorretas ou enganosas em comparação com informações corretas e confiáveis por parte dos eleitores?". Além disso, é possível formular algumas hipóteses com base nisso. A primeira delas, por exemplo, busca investigar se a exposição contínua à desinformação influencia a percepção da credibilidade das fontes de informação, tornando os indivíduos: a) mais propensos a aceitar informações incorretas ou enganosas; b) menos propensos a aceitar informações corretas e confiáveis. A segunda hipótese consiste em avaliar se os indivíduos que percebem a informação como altamente confiável serão mais propensos a atualizar suas crenças e comportamentos de maneira que varie de acordo com a confiança na fonte de informação.

Outro ponto mencionado ao longo do trabalho é a necessidade de um olhar sobre as relações sociais da informação. A discussão, trazida por Peter Cook (1989), é essencial nesse sentido. O autor salienta que a contribuição de tecnologias específicas da informação para aprimorar ou inibir a cidadania informada deve ser vista no contexto geral do que ele chama de relações sociais da informação. Essas relações são definidas por ele como o conjunto de condições, restrições e recursos que permitem a produção, distribuição e recepção de informações dentro e entre sociedades específicas. Nessa definição, as relações sociais da informação seriam toda a gama de mídias de informação em suas diversas relações técnicas e organizacionais, incluindo também o papel da autoridade.

A partir dessa chave analítica, a cidadania informada vai além simplesmente de possuir informações sobre uma situação ou evento. Ela também pressupõe ter motivações para buscar informações e ter a capacidade de agir (ou optar por não agir) de forma relevante como resultado

dessas informações. Nesse sentido, um cidadão informado não seria apenas alguém que está bem informado, mas antes de tudo cidadão, pois deve ser reconhecido como um agente que possui interesses, direitos, obrigações e responsabilidades dentro de uma comunidade histórica e territorial específica. Além disso, a relação dos cidadãos com a informação também pode variar. É possível por exemplo que esteja informado, mas que não atribua importância à situação relatada, ou até mesmo que não seja capaz de realizar algo para alterá-la. Da mesma forma, o fato de estar informado não necessariamente significa que ele atribuirá importância a qualquer matéria ou evento, nem mesmo que agirá em relação a eles.

Essa contribuição possui grande relevância pois além de contextualizar indivíduos à luz das assimetrias existentes na sua relação com a informação, ela também desmistifica o imperativo da ação correta a partir da posse de informações adequadas, propondo camadas que também podem ser fatores determinantes para ação dos indivíduos como os seus interesses o seu contexto entre outros.

É devido à relevância desses temas emergentes que este estudo se propõe a oferecer um embasamento teórico que contribua para a identificação dos fundamentos norteadores de uma cidadania informada, assim como o seu intenso processo de transformação. Além disso, o foco está especialmente voltado para o contexto brasileiro, reconhecendo a importância de investigar esse tema em um cenário político profundamente influenciado pela polarização política e pela disseminação de desinformação. Como evidência, observa-se um aumento na contestação das eleições presidenciais, na desconfiança em relação às urnas e na integridade do processo eleitoral, além de ataques virtuais direcionados a órgãos de verificação de fatos em uma variedade de tópicos. Sob a alegação de que tais instituições operam com agenda política, grupos autodenominados de direita têm criado narrativas, canais e ambientes de disputa informacional em que a verificação de fatos e as fontes oficiais são vistas como suspeitas, permitindo que desinformações continuem a se propagar. Cada um desses elementos contribui para um contexto que gera inquietações quanto à estabilidade democrática, indo além das divisões políticas e ideológicas, e representando uma ameaça para os alicerces da democracia brasileira e a confiança pública no sistema político.

Por último, o propósito deste estudo também visou aprofundar reflexões sobre questões contemporâneas. Ao investigar os princípios teóricos subjacentes à cidadania informada, surge a indagação sobre até que ponto esses alicerces se refletem hoje em maiores responsabilidades informacionais, especialmente num contexto de sobrecarga de informações e desordem informacional, acompanhados da crescente demanda por estar bem informado. Estes desafios são agravados pela crescente penetração do "regime da informação" (Han, 2022), no qual as

informações e seu processamento por algoritmos e inteligência artificial exercem influência decisiva sobre os processos sociais, econômicos e políticos. A partir disso, para compreender e enfrentar esses desafios, torna-se imperativo considerar os alicerces que moldaram o nosso caminho informacional até o momento presente.

REFERÊNCIAS

- Aalberg T. *Achieving Justice: Comparative Public Opinion on Income Distribution*. Leiden, Netherlands: Koninklijke, Brill NV, 2003.
- Abad, A. C. C. Uma revisão de literatura sobre desinformação. Trabalho de Conclusão de Curso. <http://pantheon.ufrj.br/handle/11422/11856>, 2018.
- Abidin C. From “networked publics” to “refracted publics”: A companion framework for researching “below the radar” studies. *Social Media + Society* 7(1): 1–13, 2021.
- Achen, C. R., Bartels, L.M, *Democracy for Realists: Why Elections Do Not Produce Responsive Government*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2016.
- Aïmeur E., Amri, S., Brassard G. Fake news, disinformation and misinformation in social media: a review. *Soc Netw Anal Min.* 2023;13(1):30. doi: 10.1007/s13278-023-01028-5. Epub 2023 Feb 9. PMID: 36789378; PMCID: PMC9910783.
- Allcott, H., e Gentzkow, M. Social media and fake news in the 2016 election. *Journal of Economic Perspectives*, 31(2), 211–236, 2017.
- Almeida, A. *A Cabeça do Brasileiro*. São Paulo: Record, 2007.
- Almond, G.; Verba, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1966 [1963].
- Alonso-Galbán, P., Alemañy-Castilla C. Curbing misinformation and disinformation in the Covid-19 era: a view from cuba. *MEDICC Rev* 22:45–46, 2022.
- Althaus, S. L. "Information Effects in Collective Preferences." *American Political Science Review*, 92: 545-558, 1998.
- Amaral, O. E. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. *Debates*, v. 7, n. 2, 2013.
- Ames, B; Baker, A. e Rennó, L. The Quality of Elections in Brazil: Policy, Performance, Pageantry, or Pork? In: Kingstone, Peter and Power, Timothy (eds.). *Democratic Brazil Revisited*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2008.
- Andersen, K. G., Rambaut, A., Lipkin, W. I., Holmes, E. C., and Garry, R. F. The proximal origin of SARS-CoV-2. *Nat. Med.* 26, 450–452, 2020.
- Araújo, A. C. The Lisbon Earthquake of 1755 – Public Distress and Political Propaganda. *e-JPH*, v. 4, n. 1, p. 1–11, 2006.

Aristóteles, *Política*. Trad. de Mário da Gama Kury. Brasília,. Editora Universidade de Brasília, 1985.

Aristóteles, *Tópicos: Dos argumentos sofisticos; Metafísica : (Livro I e Livro II) ; Ética a Nicômaco ; Poética*, vol. 4, Editora Abril Cultural, 1973.

Arnold, J. R. The electoral consequences of voter ignorance. *Electoral Studies*, 31(4), 796– 815, 2012.

Aronow, P. M., e Miller, B. T. Policy misperceptions and support for gun control legislation. *The Lancet*, 387(10015), 223, 2016.

Asingo, P. O. Democracy without informed citizens: the influence of partisan cues on political perceptions of uninformed kenyans, 2012.

Avelar, D. WhatsApp fake news during Brazil election “favoured Bolsonaro”.*The Guardian*. <https://www.theguardian.com/world/2019/oct/30/whatsapp-fake-news-brazil-election-favoured-jair-bolsonaro-analysis-suggests>, 2019.

Baines, D.; Elliott, R. J.R. Defining misinformation, disinformation and malinformation: An urgent need for clarity during the COVID-19 infodemic. *Discussion Papers*, p. 20-06, 2020.

Baker, A; Ames, B. e Rennó, L. “Social Context and Campaign Volatility in New Democracies: Networks and Neighborhoods in Brazil’s 2002 Elections.” *American Journal of Political Science*. 50:2, p. 2006.

Baptista, J. Ethos, pathos e logos. *Análise comparativa do processo persuasivo das (fake) news*. Eikon, 1(7), 2020.

Baptista, J. P., e Gradim, A. Understanding Fake News Consumption: A Review. *Social Sciences*, 9(10), Art. 10, 2020.

Baptista, J.P, Gradim A. A working definition of fake news. *Encyclopedia* 2(1):632–645, 2022.

Baquero, M. “Novos padrões de comportamento eleitoral: pragmatismo nas eleições municipais de 1996 em Porto Alegre”. In: BAQUERO, Marcello (org) *A Lógica do Processo Eleitoral em Tempos Modernos: Novas Perspectivas de Análise*. POA/Canoas: Editora da Universidade/UFRGS/ Centro Educacional LaSalle de Ensino Superior, 1997.

Bartels, L. M. Beyond the running tally: Partisan bias in political perceptions. *Political Behavior*, 24(2), 117–150, 2002.

Bartels, L. M. *Unequal Democracy : The Political Economy of the New Gilded Age*. Princeton University Press, Princeton, NJ, 2008.

Bartels, L. M. Uninformed votes : Information effects in presidential elections. *American Journal of Political Science*, 40(1):194–230, 1996.

Batista Pereira, F. Non causa pro causa: o voto de direita e esquerdano Brasil. *Opin. Pública* 26, 2020.

Batista Pereira, F. Prejudice, Information, and the Vote for Women in Personalized PR Systems: Evidence from Brazil. *Journal of Women, Politics & Policy*, 42, 4, 2021.

Batista Pereira, F. Racionalidade, ambientes e Sofisticação Política na escolha do candidato a presidente. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

Batista Pereira, F. Sofisticação política e opinião pública no Brasil: revisitando hipóteses clássicas, *Opin. Pública* 19, 2013.

Batista Pereira, F., N. S. Bueno, F. Nunes, e N. Pavão. Fake News, Fact Checking, and Partisanship: The Resilience of Rumors in the 2018 Brazilian Elections. *The Journal of Politics* 84(4): 2188–201, 2022.

Batista Pereira, F., Bueno, N., Nunes, F., Pavão, N., Santos, J. P., & Wirtschafter, V. Detecting Misinformation: The Spread of False News by Political Leaders in the Global South. Oct., 2022.

Batista Pereira, F., N. S. Bueno, N. Pavão, and F. Nunes. Replication Data for: Inoculation Reduces Misinformation: Experimental Evidence from Multidimensional Interventions in Brazil, 2023.

Baum, B. *Rereading Power and Freedom in J.S. Mill*. [s.l.] University of Toronto Press, 2000.

Benkler Y. *The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom*. London: Yale University Press, 2006.

Bennett, W. L., e Livingston, S. The disinformation order: Disruptive communication and the decline of democratic institutions. *European Journal of Communication*, 33(2), 122–139, 2018.

Berelson, B. R., Lazarsfeld, P. F. e MCPhee, W. *Voting: A Study of Opinion Formation in a Presidential Campaign*. Chicago, University of Chicago Press, 1954.

Berinsky, A. J. et Lenz, G. S. Education and political participation : Exploring the causal link. *Political Behavior*, 33(3):357–373, 2011.

Berinsky, A. J. Rumors and health care reform: Experiments in political misinformation. *British Journal of Political Science*, 47(2), 241–262, 2017.

Berinsky, A. J. *Silent Voices : Public Opinion and Political Participation in America*. Princeton University Press, Princeton, NJ, 2005.

Bhuiyan MM, Zhang AX, Sehat CM, Mitra T. Investigating differences in crowdsourced news credibility assessment: raters, tasks, and expert criteria. *Proc ACM Hum Comput Interact* 4(CSCW2):1–26, 2020.

Blais, A. 'Political Participation'. In LeDuc Lawrence, Richard Niemi and Pippa Norris. eds. *Comparing Democracies 3: Elections and Voting in the 21st Century*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2010.

Blais, A., Gidengil, E., Fournier, P. et Nevitte, N. Information, visibility and elections :Why electoral outcomes differ when voters are better informed. *European Journal of Political Research*, 48(2):256–280, 2009.

Bode, L., Vraga, E. K. Correction Experiences on Social Media During COVID-19. *Social Media + Society*, 7(2), 2021.

Borba, F., Dutt-Ross, S. “Horário Gratuito De Propaganda Eleitoral E a formação Da opinião Pública Na eleição Presidencial De 2018”, *Opin. Pública* 27 (3), 2022.

Borba, J., Cardoso, G. R. Os estudos de comportamento político na ciência política brasileira: caracterização do campo, apontamentos sobre a literatura e trabalhos de referência. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, [S. l.], n. 89, p. 1–33, 2019.

Borba, J., Cardoso, G. R. Os estudos de comportamento político na ciência política brasileira: caracterização do campo, apontamentos sobre a literatura e trabalhos de referência. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, [S. l.], n. 89, p. 1–33, 2019.

Brashier NM, Pennycook G, Berinsky AJ, Rand DG Timing matters when correcting fake news. *Proc Natl Acad Sci*, 2021.

Brennan, J. *Against Democracy*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2017.

Brilhante, A. A., Rocha, F. J. S. Democracy and Plural Voting in John Stuart Mill’s Political Thought, *ethic@ - Florianópolis* v.12, n.1, p. 53 – 65, Jun. 2013.

Bringula, R. P., Annaliza E., Catacutan-Bangit, M. B. Garcia, John Paul S. G. e Arlene, M. C. V. “Who is gullible to political disinformation?” : predicting susceptibility of university students to fake news, *Journal of Information Technology & Politics*, 19:2, 165-179, 2022.

Bryanov, K., e Vziatyshcheva, V. Determinants of individuals’ belief in fake news: A scoping review determinants of belief in fake news, 2021.

Budd, J. M.; Stewart, K. M. News, Fake News, and Critical Authority. In: KURBANOĞLU, S.; SONJA, S.; MIZRACHI, D. Information Literacy at the workplace: communications in computer and information science. In: EUROPEAN CONFERENCE OF INFORMATION LITERACY (ECIL), 5., Saint Malo, France, 2018.

Burbules, N. Struggling with the World Wide Web. *Campus Review*, [s. l.], v. 19, p. 20- 22, 1997.

Campbell, A. Converse, P. Miller, W. e Stokes, D., *The American voter*. New York: John Wiley e Sons, Inc, 1960.

Campos, L. A. *Imprensa e esfera pública: retomando o debate Lippmann-Dewey sobre o papel público da imprensa*. Compós. Brasília, 2015.

Capurro, R. Foundations of information science: review and perspectives. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON CONCEPTIONS OF LIBRARY AND INFORMATION SCIENCE. Tampere: University of Tampere, 1991.

Capurro, R. Hermeneutics and the Phenomenon of Information. In: MITCHAM, C. (ed.). *Metaphysics, Epistemology, and Technology. Research in Philosophy and Technology*. Amsterdam: JAI/Elsevier Inc. v. 19, p. 79-85, 2000.

Capurro, R. What is information science for? A philosophical reflection. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (ed.). *Conceptions of library and Information Science: Historical, empirical and theoretical perspectives*. London: Taylor Graham. p.82-98, 1992.

Carey, J. M., V. Chi, D. J. Flynn, B. Nyhan, and T. Zeitzoff. The Effects of Corrective Information about Disease Epidemics and Outbreaks: Evidence from Zika and Yellow Fever in Brazil. *Science Advances* 6(5), 2020.

Cassel, C.A. 'Issues in Measurement: The "Levels of Conceptualization" Index of Ideological Sophistication, *American Journal of Political Science*, 28 (2): 418-429, 1984.

Castro, M. M. M. *Determinantes do Comportamento Eleitoral: a centralidade da sofisticação política*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, IUPERJ, 1994.

Clarke J., Chen H., Du D., Hu YJ. Fake news, investor attention, and market reaction. *Inf Syst Res*, 2020.

Constine, J.. Facebook Deletes Brazil President's Coronavirus Misinfo Post. *Tech Crunch*, 2020. Disponível em: <<https://techcrunch.com/2020/03/30/facebook-removes-bolsonaro-video/>>. Acesso em 3 nov. 2023.

Converse, P. E. Attitudes and Nonattitudes: Continuation of a Dialogue. In D. Apter, ed., *Ideology and Discontent*. New York: Free Press, 206-261, 1970.

Converse, P. E. "Popular Representation and the Distribution of Information." In J. A. Ferejohn and J. H. Kuklinski, eds., *Information and Democratic Processes*. Urbana: University of Illinois Press, 1990.

Converse, P. E. "The Nature of Belief Systems in Mass Publics." In D. E. Apter, ed., *Ideology and Discontent*. New York: Free Press, 1964.

Cook, P.. *The Informed Citizen: Technology and Responsibility in the Information Age*. Thesis, Simon Fraser University, 1989

Dahl, R. *Sobre a democracia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

Dalaqua, G. H. Representation, Epistemic Democracy, and Political Parties in John Stuart Mill and José de Alencar. *Brazilian Political Science Review*, v. 12, p. e0004, 21 maio de 2018.

Dalton R. *Citizen Politics: Public Opinion and Political Parties in Advanced Industrial Democracies*. Washington DC: QC Press, 2008.

Dalton RJ e Welzel C. *The Civic Culture Transformed: From Allegiant to Assertive Citizens*. New York: Cambridge University Press, 2014.

Dalton RJ. *The Good Citizen: How a Younger Generation is Reshaping American Politics*. Washington, DC: CQ Press, 2009.

Dalton, R. e Klingerman, H.D. 'Citizens and Political Behavior'. In Dalton Russell and Hans-Dieter Klingerman eds. *The Oxford Handbook of Political Behavior*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

Dalton, R. *The Good Citizen: How a Younger Generation is Reshaping American Politics*. Washington, DC: CQ Press, 2009.

Damstra, A., Boomgaarden, H. G., Broda, E., Lindgren, E., Strömbäck, J., Tsfati, Y., e Vliegenthart, R. What Does Fake Look Like? A Review of the Literature on Intentional Deception in the News and on Social Media. *Journalism Studies*, 22(14), 1947–1963, 2021.

Delli Carpini, M. X. 'The Psychology of Civic Learning'. In Borgida Eugene, Christopher Federico and John Sullivan. eds. *The Political Psychology of Democratic Citizenship*. New York: Oxford University Press, 2009.

Delli Carpini, M. X. e Keeter, S. 'Gender and Political Knowledge'. In TollesenRinehart Sue and Jyl Joseph. eds. *Gender and American Politics: Women, Men and the Political Process*. New York: M.E Sharpe Inc, 2005.

Delli Carpini, M. X. e Keeter, S. 'Measuring Political Knowledge: Putting First Things First'. *American Journal of Political Science*. 37: 1179-1206, 1993.

Delli Carpini, M. X. e Keeter, S. 'The Public's Knowledge of Politics'. In Kennamer David. ed. *Public Opinion, the Press and Public Policy*. Westport, CT: Praager Pubs, 1994.

Delli Carpini, M. X. e Keeter, S., *What Americans Know about Politics and why it Matters*. New Haven: Yale University Press, 1996.

Delli Carpini, M. X. In Search of the Information Citizen: What Americans Know About Politics and Why It Matters. *The Communication Review*, 4 129-164, 1999.

Delli Carpini, M. X. Review of Michael Schudson, *The Good Citizen: A History of American Civic Life*. *Public Opinion Quarterly*, 64 (4), 546-549, 2000.

Delli Carpini, M., Keeter, S. The Internet and an Informed Citizenry. *The Civic Web*, p. 129–153, 1 jan. 2002.

Dennis, T. *The Democratic Citizen*. New York: Cambridge University Press, 1970.

Desai, A. N., Ruidera D, Steinbrink JM, Granwehr B, Lee DH. Misinformation and disinformation: the potential disadvantages of social media in infectious disease and how to combat them. *Clin Infect Dis* 74(Supplement–3):e34–e39, 2022.

Di Domenico, G., Sit, J., Ishizaka, A., e Nunan, D. Fake news, social media and marketing: A systematic review. *Journal of Business Research*, 124, 329–341, 2021.

Dourado, T. M. S. G. Fake news na eleição presidencial de 2018 no Brasil. 308 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

Downs, A. *An Economic Theory of Democracy*. New York: Harper and Row, 1957.

Drochon, H. Robert Michels, the iron law of oligarchy and dynamic democracy. *Constellations*, 27: 185– 198. 2020

Dunn, J. *Setting the People Free: The Story of Democracy*, Second Edition. NED-New edition ed. [s.l.] Princeton University Press, 2019.

Elster, J. (ed.). *Rational Choice*. New York: New York University Press, 1986.

Estlund, D. Why not epistocracy? In Naomi Reshotko (ed.), *Desire, Identity and Existence: Essays in honor of T. M. Penner*. Academic Printing and Publishing. pp. 53-69, 2003.

Estrada-Cuzcano, A., Alfaro-Mendives, K., Saavedra-Vásquez, V., Estrada-Cuzcano, A., Alfaro-Mendives, K., e Saavedra-Vásquez, V. Disinformation y Misinformation, Posverdad y Fake News: Precisiones conceptuales, diferencias, similitudes y yuxtaposiciones. *Información, cultura y sociedad*, 42, 93–106, 2020.

Evangelista, R. e Bruno, F. WhatsApp and political instability in Brazil: targeted messages and political radicalisation. *Internet Policy Review*, 8(4), 2019.

Eysenck, M.W. e Keane, M.T. *Cognitive Psychology*. New York: Taylor and Francis group, 2005.

Fallis, D. A Functional Analysis of Disinformation. In: *iCONFERENCE, 2014, Berlin. Proceedings [...]*. Berlin: University Humboldt, 2014.

Fazio L. Pausing to consider why a headline is true or false can help reduce the sharing of false news. *Harv Kennedy School Misinformation Rev*, 2020.

Ferejohn, J. A. . "Information and the Electoral Process." In J. A. Ferejohn and J. H. Kuklinski, eds., *Information and Democratic Processes*. Urbana:University of Illinois Press, 1990.

Figueiredo, M. *A Decisão do Voto: (democracia e racionalidade)*. São Paulo: Ed. Sumaré/ANPOCS, 1991.

Fiske, S.T. e Kinder, D.R. 'Involvement, Expertise, and Schema Use: Evidence from Political Cognition.', in Cantor, N. and Kihlstrom, J.F. (eds) *Personality, Cognition, and Social Interaction*.L. Erlbaum Associates, 171–90, 1981.

Fiske, S.T., Kinder, D.R. e W.M. Larter,. 'The Novice and the Expert: Knowledge-Based Strategies in Political Cognition', *Journal of Experimental Social Psychology*, 19 (4): 381-400, 1983.

Flynn, D. J., Nyhan, B., e Reifler, J. The nature and origins of misperceptions: Understanding false and unsupported beliefs about politics. *Advances in Political Psychology*, 38(S1), 127–150, 2017.

Forster, R., Carvalho, R. M. de, Filgueiras, A., e Ávila, E. *Fake News: O Que É, Como Se Faz E Por Que Funciona?*, 2021.

Fuks, M., Batista Pereira, F. "Informação e conceituação: a dimensão cognitiva da desigualdade política entre jovens de Belo Horizonte". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 26 (76), p. 123-143, 2011.

Galstone, W. 'Civic Knowledge, Civic Education and Civic Engagement'. In Shea Daniel and John Green. eds. *Fountain of Youth: Strategies and Tactics for Mobilizing America's Young Voters*. Lanham MA: Rowman and Littlefield Publishers, 2007.

Gans H.. *Democracy and the News*. New York: Oxford University Press, 2004.

Gidengil, E., Blais, A., Nevitte, N. et Nadeau, R. *Citizens*. UBC Press, Vancouver, 2004.

Goldstein I., Yang L. Good disclosure, bad disclosure. *J Financ Econ* 131(1):118–138, 2019.

Gomes, C.P. de B. O impacto das fake news sobre as políticas públicas. *Revista Digital de Direito Administrativo*, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 23-48, 2021.

Graber, D. 'Have I Heard This Before and Is It Worth Knowing? Variations in Political Information Processing', paper presented at the 1982 annual meeting of the American Political Science Association, 1982.

Graeff, E. *Monitorial Citizenship*. p. 1–15, 9 maio 2019.

Green, D. e Shapiro, I. *Pathologies of Rational Choice Theory: A Critique of Applications in Political Science*. New Haven: Yale University Press, 1994.

Guess A, Nagler J, Tucker J. Less than you think: prevalence and predictors of fake news dissemination on Facebook. *Sci Adv*, 2019

Hameleers, M, Brosius, A, Marquart, F, et al. Mistake or manipulation? Conceptualizing perceived mis- and disinformation among news consumers in 10 European countries. *Communication Research*, 2021.

Hameleers, M., e van der Meer, T. G. Misinformation and polarization in a high-choice media environment: How effective are political fact-checkers? *Communication Research*, 47(2), 227–250, 2019.

Hansen, K. M. Changing patterns in the impact of information on party choice in a multiparty system. *International Journal of Public Opinion Research*, 21(4):525–546, 2009.

Hegel, G. W. F., *Miscellaneous writings of G.W.F. Hegel*, tradução: Jon Bartley Stewart, Northwestern University Press, 2002.

Held, D. *Democracia, o Estado-nação e o sistema global*. Lua Nova, São Paulo, nº 23, 1991.

Held, D. *Modelos de Democracia*. Editora Paidéia, Belo Horizonte, 1987.

Hinds, S. The European Union approach to disinformation and misinformation: the case of the 2019 European Parliament elections. 2019. Dissertation (Master's Degree in Human Rights and Democratisation) University of Strasbourg, Estrasburgo, 2019.

Hobsbawm, E. J. *Globalização, democracia e terrorismo*. Tradução de José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Hundert, E.J. A Cognitive Ideal and its Myth: Knowledge as Power in the Lexicon of the Enlightenment." *Social Research* 53 (Spring): 132-157, 1986.

InternetLab; Rede Conhecimento Social. *Os Vetores da Comunicação política em aplicativos de mensagens: hábitos e percepções*. Edição 3 - 2022/2023. São Paulo, 2023.

Izumi, M. "Ideologia, sofisticação política e voto no Brasil". *Opinião Pública*, vol. 25, nº 1, p. 29-62, 2019.

Jackson, T.H. e Marcus, G.E. 'Political Competence and Ideological Constraint', *Social Science Research*, 4: 93-111, 1975.

Jones-Jang S. M., Mortensen T, Liu J. Does media literacy help identification of fake news? Information literacy helps, but other literacies don't. *Am Behav Sci* 65(2):371–388, 2021.

Kahan, D. M. Ideology, motivated reasoning, and cognitive reflection. *Judgment and Decision Making*, 8(4), 407–424, 2013.

Kahan, D. M. Ideology, motivated reasoning, and cognitive reflection. *Judgment and Decision Making*, 8(4), 407–424, 2013.

Kahan, D. M., Peters, E., Wittlin, M., Slovic, P., Ouellette, L. L., Braman, D., e Mandel, G. The polarizing impact of science literacy and numeracy on perceived climate change risks. *Nature Climate Change*, 2(10), 732–735, 2012.

Karlova, N.; Fisher, K. A social diffusion model of misinformation and disinformation for understanding human information behavior. *Information Research*, Sweden, v. 18, n. 1, 2013.

Kim B, Xiong A, Lee D, Han K. A systematic review on fake news research through the lens of news creation and consumption: Research efforts, challenges, and future directions, 2021.

Kim, J. N. e Gil de Zúñiga, H. Pseudo-information, media, publics, and the failing marketplace of ideas: theory. *American Behavioral Scientist* 65(2): 163–179, 2021.

Kligler-Vilenchik, , N. Alternative citizenship models: Contextualizing new media and the new “good citizen”. *New Media & Society*, v. 19, n. 11, p. 1887–1903, 1 nov. 2017.

Kogan S., Moskowitz T.J., Niessner M. Fake news: evidence from financial markets, 2019.

Krosnick, J.; Rahn, W. Attitude Strength. *Encyclopedia of Human Behavior*, 1, p. 279-289, 1994.

Krosnick, J.A. ‘Expertise and Political Psychology’, *Social Cognition*, 8 (1): 1-8, 1990.

Kuklinski, J. H., Quirk, P. J., Jerit, J., Schwieder, D., e Rich, R. F. Misinformation and the currency of democratic citizenship. *Journal of Politics*, 62(3), 790–816, 2000.

Kuklinski, J.H., Luskin, R.C. and Bolland, J. ‘Where is the Schema? Going Beyond the “S” Word in Political Psychology’, *American Political Science Review*, 85 (4), pp. 1341-1356, 1991.

Landemore, H. *Democratic Reason: Politics, Collective Intelligence, and the Rule of the Many*. Core Textbook ed., Princeton: Princeton University Press, 2013.

Lau R. R.; Redlawski D. P. *How voters decide: Information processing during election campaigns*. New York: Cambridge University Press. 2006.

Lau, R. R.; Andersen, D. J. e Redlawski, D. P. “An Exploration of Correct Voting in Recent U.S. Presidential Elections.” *American Journal of Political Science* 52, no. 2: 395–411, 2008.

Lawrence, C.N. ‘The Role of Political Sophistication in the Decision-Making Processes of Voters’, Unpublished PhD Thesis, University of Mississippi, 2003.

Lazarsfeld, P. F., Berelson, B., e Gaudet, H. *The people's choice: How the voter makes up his mind in a presidential campaign*. New York: Duell, Sloan and Pearce, 1944.

Lazer, D. M. J., Baum, M. A., Benkler, Y., Berinsky, A. J., Greenhill, K. M., Menczer, F., Metzger, M. J., Nyhan, B., Pennycook, G., Rothschild, D., Schudson, M., Sloman, S. A., Sunstein, C. R., Thorson, E. A., Watts, D. J. e Zittrain, J. L.. The science of fake news. *Science*, 359(6380), 1094–1096, 2018.

Lichterman P. Beyond the seesaw model: public commitment in a culture of self-fulfillment. *Sociological Theory* 13(3): 275–300, 1995.

Lichterman P. *The Search for Political Community: American Activists Reinventing Commitment*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1996.

Lintott, A. Aristotle and Democracy. *The Classical Quarterly*, v. 42, n. 1, p. 114–128, 1992.

Lippmann, W. *The Phantom Public*. Harcourt Brace and Company, New York, 1925.

Lippmann, W. *Public Opinion*. Glencoe: Free Press, 1922.

Lobo, D. A. C. e Conceição, D. L. L., Ódio e fake news como estratégia política no discurso de Bolsonaro nas redes sociais digitais. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 43., 2019, Caxambu, MG. Anais eletrônicos [...]. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2019.

Lodge, M., e Taber, C. S. *The rationalizing voter*. Cambridge University Press, 2013.

Luo M, Hancock JT, Markowitz DM. Credibility perceptions and detection accuracy of fake news headlines on social media: effects of truth-bias and endorsement cues. *Commun Res* 49(2):171–195, 2022.

Lupia, A. "Shortcut versus Encyclopedias: Information and Voting Behavior in California Insurance Reform Elections." *American Political Science Review*, 88: 63-76, 1994.

Lupia, A. e McCubbins, *The Democratic Dilemma, Political Economy of Institutions and Decisions*, 1998.

Luskin, R. "Explaining Political Sophistication". *Political Behavior*, 12 (4), p. 331-361, 1990.

Luskin, R. "Measuring Political Sophistication". *American Journal of Political Science*, 31 (4), p. 856-899, 1987.

Lutz G. . *Participation, Information and Democracy; the Consequences of Low Levels of Participation and Information for the Functioning of Democracy*. Hamburg: LitVerlag, 2006.

Lutzke L, Drummond C, Slovic P, Árvai J. Priming critical thinking: simple interventions limit the influence of fake news about climate change on Facebook. *Glob Environ Chang*, 2019.

Lynch, Christian; Cassimiro, Paulo. *O Populismo Reacionário: ascensão e legado do bolsonarismo*. São Paulo: Contracorrente, 2022.

Machado, C., B. Kira, V. Narayanan, B. Kollanyi, e P. N. Howard. A Study of Misinformation in Whatsapp Groups with a Focus on the Brazilian Presidential Elections. Companion Proceedings of the 2019 World Wide Web Conference (WWW '19). Association for Computing Machinery, New York, NY, 1013–1019, 2019.

Madison, J., Letter to William T. Barry, Aug. 4, 1822, in Writings, ed. Jack N . Rakove, New York: Library of America, [1822], 1999.

Marcus, G. E. *The sentimental citizen : emotion in democratic politics* University Park, PA : Pennsylvania State University Press, 2002.

McGrew S, Breakstone J, Ortega T, Smith M, Wineburg S. Can students evaluate online sources? Learning from assessments of civic online reasoning. *Theory Res Soc Educ* 46(2):165–193, 2018.

McGrew S. Learning to evaluate: an intervention in civic online reasoning. *Comput Educ* 145:103711, 2020.

Metag, J. e Gurr, G. Too Much Information? A Longitudinal Analysis of Information Overload and Avoidance of Referendum Information Prior to Voting Day. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 100(3), 646-667, 2023.

Metzger MJ, Hartsell EH, Flanagin AJ. Cognitive dissonance or credibility? A comparison of two theoretical explanations for selective exposure to partisan news. *Commun Res* 47(1):3– 28, 2020.

Meyer, W. J. Democracy: Needs over Wants. *Political Theory* 2, no. 2: 197–214, 1974.

Michels, R. *Political Parties: A Sociological Studies of the Oligarchical Tendencies of Modern Democracies*. Kitchener: Batoche Books, 2001

Mill, J. S. 1806-1873. *Considerações Sobre o Governo Representativo*. Trad. de Manoel Innocêncio de L. Santos Jr. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

Moraro, P. Against Epistocracy. *Social Theory and Practice*, v. 44, n. 2, p. 199–216, 2018.

Nakov P. Can we spot the “fake news” before it was even written? arXiv preprint arXiv:2008.04374, 2020.

Nascimento, L. F., Cesarino, L., Fonseca, P., Barreto, T., Mussa, V. Públicos refratados: grupos de extrema-direita brasileiros na plataforma Telegram. *Internet & Sociedade*, v. 3, n. 1, ago 2022, p. 31-60.

Neuman, W. R. “Differentiation and Integration: Two Dimensions of Political Thinking”. *The American Journal of Sociology*. 86 (6), p. 1236-1268, 1981.

Neuman. W. R. *The Paradox of Mass Politics: Knowledge and Opinion in the American Electorate*. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

Newman, N., Fletcher, R., Kalogeropoulos, A., Levy, D., Nielsen, R. K. Reuters institute digital news report 2018. Reuters Institute for the Study of Journalism, 2019.

Nicolau, J. e Oliveira, L. Political Science in Brazil: an analysis of academic articles (1966-2015), *Sociologia e Antropologia*, 7: 371-393, 2017.

Niemi, R. e Junn, J. *Civic Education: What Makes Students Learn*. New Haven: Yale University Press, 1998.

Norris P. *A Virtuous Circle: Political Communications in Postindustrial Societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

Nunes, F., Batista Pereira, F. Media Choice and the Polarization of Public Opinion About Covid-19 in Brazil. *Revista Latinoamericana de Opinión Pública*, Vol 10, p. 1-19, 2021.

Nyhan, B., e Reifler, J. When corrections fail: The persistence of political misperceptions. *Political Behavior*, 32(2), 303–330, 2010.

Nyhan, B., Reifler, J., Richey, S., e Freed, G. L. Effective messages in vaccine promotion: A randomized trial. *Pediatrics*, 133(4), 2014.

Ong, J. C. e Cabañes, J. V. A., "Architects of Networked Disinformation: Behind the Scenes of Troll Accounts and Fake News Production in the Philippines", 2018.

Oscarsson, H. A matter of fact? knowledge effects on the vote in Swedish general elections, 1985–2002. *Scandinavian Political Studies*, 30(3):301–322, 2007.

Ozawa, J. V. S., Woolley, S. C., Straubhaar, J., Riedl, M. J., Joseff, K., e Gursky, J. How Disinformation on WhatsApp Went From Campaign Weapon to Governmental Propaganda in Brazil. *Social Media + Society*, 9(1), 2023.

Page, B.I. e Shapiro, R.Y. *The Rational Public: Fifty Years of Trends in Americans' Policy Preferences*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

Parry, G. *Citizenship and Knowledge*. In *Democracy, Consensus and Social Contract*, pp. 37-57. Edited by Pierre Birnbaum, Jack Lively, and Geraint Pany. Sage Modern Politics Series, vol. 2. London and Beverly Hills: Sage Publications, 1978.

Pavão, N., Batista Pereira, F., Bueno, N., Nunes, F., Santos, J. P., & Wirtschafter, V. *Political Elites, Misinformation, and Mobilization: Evidence from Brazil*, 2023.

Pennycook G, Bear A, Collins ET, Rand DG. The implied truth effect: attaching warnings to a subset of fake news headlines increases perceived accuracy of headlines without warnings. *Manag Sci* 66(11):4944–4957, 2020a.

Pennycook G, Rand DG. Fighting misinformation on social media using crowdsourced judgments of news source quality. *Proc Natl Acad Sci* 116(7):2521–2526, 2019.

Pennycook G, Rand DG. Who falls for fake news? The roles of bullshit receptivity, overclaiming, familiarity, and analytic thinking. *J Pers* 88(2):185–200, 2020.

Pennycook, G, e Rand, D. G. Lazy, not biased: Susceptibility to partisan fake news is better explained by lack of reasoning than by motivated reasoning. *Cognition*, 188, 39–50, 2019b.

Perez, O. *Complexity, Information Overload and Online Deliberation*, 2008.

Pierce, J.C. 'Party Identification and the Changing Role of Ideology', in *Midwest Journal of Political Science*, 14: 25–42, 1970.

Pierce, J.C. and Hagner, P.R. 'Conceptualization and Party Identification: 1956–1976.', *American Journal of Political Science* 26:377–87, 1982.

Pinheiro, M. M. K., Brito, V.P. "Em busca do significado da desinformação", *Revista de Ciência da Informação*, 15(6), p. 1–7, 2015.

Pires, Heloisa Fischer de Medeiros; Mont'Alvão, Cláudia; Rodrigues, Erica dos Santos. *Impactos da Linguagem Simples na compreensibilidade da informação em governo eletrônico: o caso de um benefício do INSS*. Dissertação de Mestrado – Departamento de Artes e Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 263p. Rio de Janeiro, 2021.

Plamenatz, J. *Democracy and Illusion: An Examination of Certain Aspects of Modern Democratic Theory*, Longman, 1973.

Platão, Êutifron, *Apologia de Sócrates, Críton*. Trad. José Trindade dos Santos, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985

Platão, 'The Republic'. Ferrari, G. R. F. e Griffith, Tom (eds.). Cambridge University Press, 2000.

Popkin, S. *The Reasoning Voter: Communication and Persuasion in Presidential Campaigns*. London: University of Chicago Press, 1991.

Porter, E., Y. Velez, and T. J. Wood. Correcting COVID-19 vaccine misinformation in 10 countries. *Royal Society Open Science* 10(3): 221097, 2023.

Porto, M. P. *Mídia e Deliberação Política: O Modelo do Cidadão Interpretante*. *Revista Política & Sociedade*, UFSC, v. 2 n. 2, 2003.

Porto, M. P. *Muito além da informação: mídia, cidadania e o dilema democrático*. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 17-25, out, 1998.

Proctor, R. e Schiebinger, L. *Agnology: The Making and Unmaking of Ignorance*, Stanford University Press Stanford, California, 2008.

Pykett J, Saward M e Schaefer A. Framing the good citizen. *British Journal of Politics & International Relations* 12: 523–538, 2010.

Radmann, E., R., H. O eleitor brasileiro uma análise do comportamento eleitoral. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

Rapaport, E. Is Democracy Possible? *American Philosophical Quarterly*, Vol. 19, No. 4 (Oct.), pp. 355-363, 1982.

Regalzi, F., *Democracy and Its Discontents: Walter Lippmann and the Crisis of Politics (1919-1938)*, E-rea [Online], 9.2 | 2012.

Reis, F. W. “Conclusão: Em busca da lógica do processo eleitoral brasileiro” In: Reis, Fábio Wanderley (Org.) *Os Partidos e o Regime: A Lógica do Processo Eleitoral Brasileiro*. São Paulo: Símbolo, 1978.

Reis, F. W. “Identidade, Política e a Teoria da Escolha Racional”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol.3, nº6, 1988.

Rennó, L. “Information and voting: microfoundations of accountability in complex electoral environments”. Tese de Doutorado em Ciência Política. University of Pittsburgh, Pittsburgh, 2004.

Rennó, L. “Os militantes são mais informados? Desigualdade e informação política nas eleições de 2002”. *Opinião Pública*, vol. 12, nº 2, p. 329-347, 2006.

Resende G., Melo P., Sousa H., Messias J., Vasconcelos M., Almeida J., Benevenuto F. (Mis)information dissemination in WhatsApp: Gathering, analyzing and countermeasures. In *WWW’19: The World Wide Web conference* (pp. 818–828). Association for Computing Machinery, 2019.

Ribeiro, Márcio Moretto e Ortellado, Pablo. O que são e como lidar com as notícias falsas. *Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 15, n. 27, p. 71-83, 2018

Ricard J., Medeiros J. Using misinformation as a political weapon: Covid-19 and Bolsonaro in Brazil. *Harv Kennedy School misinformation Rev* 1(3), 2020.

Roozenbeek J., van der Linden S, Nygren T. Prebunking interventions based on the psychological theory of “inoculation” can reduce susceptibility to misinformation across cultures. *Harv Kennedy School Misinformation Rev*, 2020a.

Roozenbeek J., van der Linden S. Fake news game confers psychological resistance against online misinformation. *Palgrave Commun* 5(1):1–10, 2019.

Rosanvallon P. *Counter-Democracy: Politics in an Age of Distrust*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2008.

Rose, J. “Are Negative Ads Positive? Political Advertising and the Permanent Campaign.” In *How Canadians Communicate IV: Media and Politics*, edited by D. Taras, and C. Waddell, 149–68. Edmonton: Athabasca University Press, 2012.

Rossini, P., Mont’Alverne, C., Kalogeropoulos, A., Explaining beliefs in electoral misinformation in the 2022 Brazilian election: The role of ideology, political trust, social media, and messaging apps, *Harvard Kennedy School Misinformation Review*, , Volume 4, Issue 3, may, 2023.

Samuel, L.; Rocillo, P.; Pereira, W. G. D.; *Educação midiática no Brasil: contribuições à consulta pública sobre educação midiática da Secretaria de Comunicação da Presidência da República aberta em 19/05/2023*. Belo Horizonte: Instituto de Referência em Internet e Sociedade, 2023.

Santos, B. de S., Avritzer, L. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B. S. (org.). *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Santos, N., Almada, M. P., Carreiro, R., Cerqueira, E. *Desigualdades informativas: entendendo os caminhos informativos dos brasileiros na internet*. Salvador: Aláfia Lab, 2023.

Santos-D’Amorim, K., Miranda, M. K. F. O. Informação incorreta, desinformação e má informação: esclarecendo definições e exemplos em tempos de desinfodemia. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 26, p. 1-23, 2021.

Sartori, G., *A Teoria da Democracia Revisitada: O Debate Contemporâneo*. São Paulo, Editora Ática, [1987] 1994.

Schudson, M. *The Good Citizen: A History of American Civic Life*. [s.l.] Harvard University Press, 1998.

Schumpeter, J. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Trad.: Luiz Antônio Oliveira de Araújo, Editora Unesp, 2017.

Shaw, T. Max Weber on Democracy: Can the People Have Political Power in Modern States? *Constellations*, v. 15, n. 1, p. 33–45, 2008.

Shenkman R. *Just How Stupid are we? Facing the truth about the American Voter*. New York: Basic Books, 2008.

Simonds, A.P. ‘On Being Informed’, *Theory and Society*: 11 (5): 586-616, 1982.

Smith, E. ‘The Levels of Conceptualization: False Measures of Ideological Sophistication’, *American Political Science Review*, 74 (3) : 685-696, 1980.

Sniderman, P.; Brody, R.; Tetlock, P. Reasoning and Choice: Explorations in Political Psychology. New York: Cambridge University Press, 1991.

Soll, J. The Long and Brutal History of Fake News. Political Magazine, 2016. Disponível em: <<https://www.politico.com/magazine/story/2016/12/fake-news-historylong-violent-214535>>. Acesso em: 3 nov. 2023.

Sullivan, M. It 's time to retire the tainted term 'fake news'. The Washington Post, 2017. Disponível em <https://www.washingtonpost.com/lifestyle/style/its-time-to-retire-the-tainted-term-fake-news/2017/01/06/a5a7516c-d375-11e6-945a-76f69a399dd5_story.html>. Acesso em 3 nov. 2023.

Szwako, José; Ratton, José Luiz (orgs). Dicionário dos negacionismos no Brasil. Recife, Editora Cepe, 2022.

Tardáguila, C., Benevenuto, F., e Ortellado, P. (2018, October 17). Fake news is poisoning Brazilian politics. WhatsApp can stop it. The New York Times. <https://www.nytimes.com/2018/10/17/opinion/brazil-election-fake-news-whatsapp.html>

Thompson, D. F. John Stuart Mill and Representative Government. Princeton: Princeton University Press, 1976.

Thompson, D. F. The Democratic Citizen: Social Science and Democratic Theory in the Twentieth Century. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.

Tóka, G. e Popescu, M. Inequalities of political influence in new democracies. International Journal of Sociology, 37(4):67–93, 2007.

Treen, K.M.d, Williams HT, O'Neill SJ. Online misinformation about climate change. Wiley Interdiscip Rev Clim Change 11(5):e665, 2020.

Turgeon, M., Rennó, L. “Informação política e atitudes sobre gastos governamentais e impostos no Brasil: evidências a partir de um experimento de opinião pública”. Opinião Pública, vol. 16, nº 1, p. 143-159, 2010.

Vaïsse, M. As Relações Internacionais desde 1945. Edições 70, 1995.

Valenzuela S., Muñoz C, Santos M. Social media and belief in misinformation in mexico: a case of maximal panic, minimal effects? Int J Press Polit, 2022.

Van der Linden S, Panagopoulos C, Roozenbeek J. You are fake news: political bias in perceptions of fake news. Media Cult Soc 42(3):460–470, 2020.

Van der Linden S., Roozenbeek J. Psychological inoculation against fake news. In: Accepting, sharing, and correcting misinformation, the psychology of fake news, 2020.

van Gunsteren, H. R. "Admission to Citizenship." Ethics 98 (July): 731- 741, 1988.

van Gunsteren, H., Notes on a Theory of Citizenship. In *Democracy, Consensus and Social Contract*, pp. 9-36. Edited by Pierre Birnbaum, Jack Lively, and Geraint Parry. Sage Modern Politics Series, vol. 2. London and Beverly Hills: Sage Publications, 1978.

Vasilopoulos, P. *Political Sophistication: Theoretical, Methodological and Empirical Perspectives*. Thesis of Doctorate. Faculty of Communication and Media Studies, National and Kapodistrian University of Athens, 2012.

Vegetti, F. e Mancosu, M. *The Impact of Political Sophistication and Motivated Reasoning on Misinformation*, *Political Communication*, 2020.

Vosoughi, S., Roy, D., e Aral, S. The spread of true and false news online. *Science*, 359 (6380), 1146–1151, 2018.

Vraga E. K., Bode L. Correction as a solution for health misinformation on social media. *American Journal of Public Health*, 110(Suppl. 3), S278–S280, 2020.

Walker, A. S. Preparing Students for the Fight Against False Information with Visual Verification and Open Source Reporting. *Journalism e Mass Communication Educator*, Columbia, v. 74, n. 2, p. 227-239, 2019.

Wang, S.; Su, F.; Ye, L.; Jing, Y. Disinformation: A Bibliometric Review. *Int. J. Environ. Res. Public Health*, 19, 16849, 2022.

Wardle, C. *Fake News. It's Complicated*. First Draft, 2017. Disponível em: <https://firstdraftnews.org/articles/fake-news-complicated/>.

Wardle, C.; Derakhshan, H. *Information disorder: towards an interdisciplinary framework for research and policy-making*. Council of Europe, 2017.

We Are Social e Meltwater, *Digital 2023 Global Overview Report*, 2023. Disponível em: <<https://datareportal.com/reports/digital-2023-global-overview-report>> acesso em 3 nov. 2023

Weitz-Shapiro, R. e Winters, M. S. Can Citizens Discern? Information Credibility, Political Sophistication, and the Punishment of Corruption in Brazil, *The Journal of Politics: Vol 79, No 1*, 2017.

Ytre-Arne, B., e Moe, H. Approximately Informed, Occasionally Monitorial? Reconsidering Normative Citizen Ideals. *The International Journal of Press/Politics*, 23(2), 227-246, 2018.

Zaller, J. *The Nature and Origins of Mass Opinion*. New York: Cambridge University Press, 1992.

Zeng, J. e Schäfer, M. Conceptualizing “Dark Platforms”. *Covid-19-Related Conspiracy Theories on 8kun and Gab*, *Digital Journalism*, 9:9, 1321-1343, 2021.

Zuckerman, E. New media, new civics? *Policy and Internet* 6(2): 151–168, 2014.

Zuckerman, E. Stop saying “ fake news ”. It’s not helping, 2017. Disponível em: <<http://www.ethanzuckerman.com/blog/2017/01/30/stop-saying-fake-news-its-nohelping/>>. Acesso em: 3 nov. 2023.